

RAPHAEL AUTRAN DOURADO E SOUZA

CENTRO DE ESTUDOS DO MAR  
BIBLIOTECA

**PREPARAÇÃO DAS EMPRESAS JUNIORES DE OCEANOGRAFIA DO BRASIL  
PARA ATUAÇÃO NA GESTÃO AMBIENTAL COSTEIRA**

Monografia apresentada como requisito parcial  
à obtenção do grau de Bacharel em  
Oceanografia, pelo Curso de Graduação em  
Oceanografia, Setor de Ciências da Terra,  
Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Náina Pierri Estades

CENTRO DE ESTUDOS DO MAR  
BIBLIOTECA

M  
333.7  
S 729 P  
2005  
ex. 01

PONTAL DO PARANÁ

2005

M 2005-19

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS DA TERRA  
CENTRO DE ESTUDOS DO MAR**

**MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**PREPARAÇÃO DAS EMPRESAS JUNIORES DE OCEANOGRAFIA DO BRASIL  
PARA ATUAÇÃO NA GESTÃO AMBIENTAL COSTEIRA**

**RAPHAEL AUTRAN DOURADO E SOUZA**

CENTRO DE ESTUDOS DO MAR  
BIBLIOTECA

**PONTAL DO PARANÁ  
2005**

## TERMO DE APROVAÇÃO

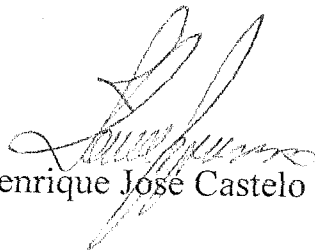
Raphael Autran Dourado e Souza

### “PREPARAÇÃO DAS EMPRESAS JUNIORES DE OCEANOGRAFIA DO BRASIL PARA ATUAÇÃO NA GESTÃO AMBIENTAL COSTEIRA”.

Monografia aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Oceanografia, da Universidade Federal do Paraná, pela Comissão formada pelos professores:



Prof. Dr. Maurício Garcia Camargo



M. Sc. Henrique José Castelo Branco (FAE)



Prof.ª Dr.ª Náira Pierri Estades  
Presidente

Pontal do Paraná, 17 de novembro de 2005.

Definitivo, como tudo o que é simples. Nossa dor não advém das coisas vividas, mas das coisas que foram sonhadas e não se cumpriram.

Por que sofremos tanto por amor?

O certo seria a gente não sofrer, apenas agradecer por termos conhecido uma pessoa tão bacana, que gerou em nós um sentimento intenso e que nos fez companhia por um tempo razoável, um tempo feliz.

Sofremos por quê?

Porque automaticamente esquecemos o que foi desfrutado e passamos a sofrer pelas nossas projeções irrealizadas, por todas as cidades que gostaríamos de ter conhecido ao lado do nosso amor e não conhecemos, por todos os filhos que gostaríamos de ter tido juntos e não tivemos, por todos os shows e livros e silêncios que gostaríamos de ter compartilhado, e não compartilhamos.

Por todos os beijos cancelados, pela eternidade.

Sofremos não porque nosso trabalho é desgastante e paga pouco, mas por todas as horas livres que deixamos de ter para ir ao cinema, para conversar com um amigo, para nadar, para namorar.

Sofremos não porque nossa mãe é impaciente conosco, mas por todos os momentos em que poderíamos estar confidenciando a ela nossas mais profundas angústias se ela estivesse interessada em nos compreender.

Sofremos não porque nosso time perdeu, mas pela euforia sufocada.

Sofremos não porque envelhecemos, mas porque o futuro está sendo confiscado de nós, impedindo assim que mil aventuras nos aconteçam, todas aquelas com as quais sonhamos e nunca chegamos a experimentar.

Como aliviar a dor do que não foi vivido?

A resposta é simples como um verso: se iludindo menos e vivendo mais!

A cada dia que vivo, mais me convenço de que o desperdício da vida está no amor que não damos, nas forças que não usamos, na prudência egoísta que nada arrisca, e que, esquivando-se do sofrimento, perdemos também a felicidade.

A dor é inevitável.

O sofrimento é opcional.

CENTRO DE ESTUDOS DO MAR  
BIBLIOTECA

CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE

## AGRADECIMENTOS

Aos membros das Ejs de Oceanografia de todo o Brasil, em especial para aqueles que me forneceram os dados necessários para minha pesquisa: "Lizi, Alex, Fred, Bruno, Nélio, André, Gustavo, Peri, João Pedro e Carine". E claro que à "Fer", por ter me auxiliado no preenchimento de praticamente todos os questionários. E agradeço carinhosamente a todos aqueles que de alguma maneira contribuíram para que este trabalho pudesse ser concretizado.

Agradeço à Deus por me conceder a vida e o pão de cada dia, e por eu ter a oportunidade de fazer parte da família dos meus sonhos. Agradeço especialmente aos meus pais, pela oportunidade ímpar de desenvolvimento pessoal e profissional concedida a nós filhos. E a minha avó que, juntamente aos meus pais, me propiciou experiências muito prazerosas, ao longo de minha vida, sempre procurando me apoiar da maneira mais sensata possível. Além, claro, dos meus irmãos, um mais divertido e companheiro que o outro que, apesar de eu não muito demonstrar fisicamente o quanto os amo, sei que estarão sempre ao meu lado, tanto nos bons momentos quanto nos "dias de chuva".

Ao "Magrão", a pessoa mais lúcida, companheira e humanitária que já conheci até hoje, por sempre apoiar, mesmo que muitas vezes como forma de desafio, todas as minhas escolhas, tenham sido elas bem ou mal sucedidas – certeza de que sempre caminhará ao meu lado, seja nos sonhos ou nas realizações.

À "Vani", por ter "segurado a maior barra" quando mais precisei, horas ao telefone e "outras horas" ao vivo e a cores – sempre incentivando a conquista de meus sonhos – certeza de carinho e amor eternos em minha vida.

Ao irmão e companheiro de todas as horas e noitadas, "Krebs" – definitivamente não existe "tempo ruim" para esse cara, animador de carteirinha. Que todos os seus desejos se realizem!

Ao "Digão", conselheiro "Hitch", companheiro de todas as viagens e assuntos polêmicos, um grande guerreiro. Que juntamente a "mim", ao "Magrão" e ao "Marama", idealizou, planejou e fundou a Maris, certamente a principal escola a qual fiz – e sempre farei parte em Pontal do Sul. Já que falei na Maris, agradeço muito também às "meninas", a nova geração desta escola. Tenho certeza de que, se depender dos esforços e dedicação delas, certamente a Maris cumprirá sua missão.

A mais um irmão, o "Manga", por ter acolhido a mim e a meu irmão logo em nossa chegada à Curitiba, e principalmente por ter nos dado a oportunidade de vivenciar o Movimento Escoteiro, em especial o GEMAV – Grupo Escoteiro do Mar Amigo Velho que, ainda que um pouco fora de meus planos nesses últimos anos, me possibilitou crescer em todos os sentidos, além das primeiras experiências no ambiente marinho.

Aos mestres "Ozzy" e "Basa", onde a cada encontro nosso é uma nova lição de vida, não há quem não fique entusiasmado e até um tanto "fantasiado" na presença destes dois.

Ao "Edinho", "dotôr", batalhador e amigo eterno. Parabéns por suas grandes conquistas em tão pouco tempo, certamente você é um exemplo de vitória e dedicação em minha vida. A porta de casa sempre estará aberta para ti!

Ao grande companheiro, garoto boêmio "Jhon", o melhor músico que já conheci. Estamos agora muito próximos de montar a "A princípio", e enfim concretizarmos este sonho. Rumo ao Empório! Boa sorte no teu vestibla!

A um outro irmão, "Damião", grande amigo, adora um papo cabeça, mais um exemplo de "gente que faz" em tão pouco tempo.

E, carinhosamente, a minha orientadora e amiga "Naína", por ter me dado a oportunidade de desenvolver um trabalho no qual realmente me identifico, sendo assim uma peça fundamental nesta conquista. Serei infinitamente grato por isso! Desejo tudo de bom em sua vida pessoal e profissional!

## SUMÁRIO

|                                                                                          |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>LISTA DE TABELAS</b> .....                                                            | ix  |
| <b>LISTA DE SIGLAS</b> .....                                                             | x   |
| <b>RESUMO / ABSTRACT</b> .....                                                           | xii |
| <b>1. INTRODUÇÃO</b> .....                                                               | 13  |
| 1.1. DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS GERAIS.....                                                 | 14  |
| 1.2. DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....                                            | 14  |
| <b>2. ANTECEDENTES GERAIS: AMBIENTE E GERENCIAMENTO COSTEIRO</b> .....                   | 16  |
| 2.1. O AMBIENTE COSTEIRO.....                                                            | 16  |
| 2.1.1. Contexto ambiental.....                                                           | 16  |
| 2.1.2. Contexto sócio-demográfico.....                                                   | 17  |
| 2.1.3. Contexto econômico.....                                                           | 18  |
| 2.1.4. Contexto cultural.....                                                            | 18  |
| 2.2. O GERENCIAMENTO COSTEIRO.....                                                       | 20  |
| 2.2.1 Principais objetivos do PNGC.....                                                  | 20  |
| 2.2.2. Institucionalização da gestão costeira no Brasil.....                             | 21  |
| 2.2.3. Áreas de atuação.....                                                             | 22  |
| 2.2.4. Principais fragilidades e potencialidades do PNGC.....                            | 22  |
| <b>3. O MOVIMENTO EMPRESA JÚNIOR</b> .....                                               | 24  |
| 3.1. CONCEITO EMPRESA JÚNIOR.....                                                        | 24  |
| 3.2. HISTÓRICO DO MEJ.....                                                               | 26  |
| 3.2.1. Origem histórica das Ejs.....                                                     | 26  |
| 3.2.2. A criação da CNJE.....                                                            | 27  |
| 3.2.3. A fundação da JADE.....                                                           | 28  |
| 3.3. O MOVIMENTO EMPRESA JÚNIOR NO BRASIL.....                                           | 29  |
| 3.3.1. Breve contextualização do movimento.....                                          | 29  |
| 3.3.2. As primeiras dificuldades enfrentadas.....                                        | 31  |
| 3.3.3. A fundação da FEJESP.....                                                         | 31  |
| 3.3.4. A necessidade de uma representatividade a nível nacional.....                     | 32  |
| 3.4. DADOS DO MEJ NACIONAL.....                                                          | 33  |
| 3.5. ASPECTOS ORGANIZACIONAIS E POSSÍVEIS PROJETOS A SEREM<br>DESENVOLVIDOS POR EJS..... | 36  |

|                                                                                                                                                                    |           |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| 3.5.1. Em relação aos aspectos organizacionais.....                                                                                                                | 36        |
| 3.5.2. Em relação aos projetos, consultorias e atividades em geral.....                                                                                            | 37        |
| 3.6. DIFICULDADES OBSERVADAS NO MEJ.....                                                                                                                           | 38        |
| 3.7. POSSÍVEIS BENEFÍCIOS ADVINDOS DO MEJ.....                                                                                                                     | 40        |
| 3.7.1. Benefícios acadêmicos.....                                                                                                                                  | 40        |
| 3.7.2. Benefícios profissionais.....                                                                                                                               | 40        |
| 3.7.3. Benefícios pessoais.....                                                                                                                                    | 41        |
| 3.7.4. Benefícios para as Universidades.....                                                                                                                       | 42        |
| 3.7.5. Benefícios para a sociedade.....                                                                                                                            | 42        |
| <b>4. METODOLOGIA DE PESQUISA.....</b>                                                                                                                             | <b>44</b> |
| <b>5. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>                                                                                                                              | <b>46</b> |
| 5.1. HISTÓRICO DE CONSTITUIÇÃO DAS EJS DE OCEANOGRAFIA NO<br>BRASIL.....                                                                                           | 46        |
| 5.1.1. Ejs de Oceanografia existentes.....                                                                                                                         | 46        |
| 5.1.2. Uma breve contextualização da criação de cada Ej.....                                                                                                       | 47        |
| 5.1.3. Elementos utilizados pelas Ejs em suas propostas de criação e posterior<br>divulgação, principais e apoios e dificuldades observados neste<br>processo..... | 49        |
| 5.2. COMPOSIÇÃO ATUAL E MECANISMOS DE INGRESSO E SELEÇÃO DE<br>MEMBROS, DIRETORIAS E CONSELHO.....                                                                 | 52        |
| 5.3. ASPECTOS LEGAIS DAS EJS DE OCEANOGRAFIA.....                                                                                                                  | 58        |
| 5.4. VINCULO ATUAL COM AS FEDERAÇÕES ESTADUAIS.....                                                                                                                | 59        |
| 5.5. VÍNCULOS COM SUAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO E RELAÇÃO ENTRE<br>EJS DE OCEANOGRAFIA.....                                                                          | 60        |
| 5.5.1. Situação formal da Ej perante a Universidade.....                                                                                                           | 60        |
| 5.5.2. Vínculo atual com suas instituições de ensino superior.....                                                                                                 | 61        |
| 5.5.3. Grau de autonomia de gestão perante a Universidade.....                                                                                                     | 61        |
| 5.5.4. Principais colaborações fornecidas às Universidades.....                                                                                                    | 62        |
| 5.5.5. Apoio fornecido entre Ejs de Oceanografia.....                                                                                                              | 62        |
| 5.6. ASPECTOS ORGANIZACIONAIS DAS EJS DE OCEANOGRAFIA.....                                                                                                         | 63        |
| 5.6.1. Quanto ao Planejamento Estratégico.....                                                                                                                     | 64        |
| 5.6.2. Quanto aos métodos de avaliação contínua de desempenho.....                                                                                                 | 65        |
| 5.6.3. Quanto aos planos de marketing para divulgação de seus serviços.....                                                                                        | 66        |



|                                                                                                   |            |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 5.6.4. Quanto aos recursos financeiros.....                                                       | 67         |
| 5.6.4.1. Mecanismos para geração de recursos financeiros.....                                     | 67         |
| 5.6.4.2. Formas de arrecadação de recursos financeiros.....                                       | 68         |
| 5.6.4.3. Formas de aplicação de seus recursos financeiros.....                                    | 70         |
| 5.6.5. Quanto aos mecanismos de ingresso, contratação de membros e<br>desligamento de sócios..... | 73         |
| 5.6.6. Quanto aos mecanismos de organização e distribuição de tarefas.....                        | 73         |
| 5.6.7. Quanto ao cadastro atualizado de membros.....                                              | 74         |
| 5.6.8. Quanto aos métodos para arquivar informações e procedimentos<br>administrativos.....       | 74         |
| 5.6.9. Quanto aos serviços de contabilidade financeira.....                                       | 75         |
| 5.6.10. Aspectos complementares.....                                                              | 76         |
| 5.7. RECURSOS MATERIAIS.....                                                                      | 76         |
| 5.8. ÁREAS DE ATUAÇÃO, ATIVIDADES E PROJETOS.....                                                 | 77         |
| 5.8.1. Relação dos serviços prestados pela Ecoservice.....                                        | 78         |
| 5.8.2. Relação dos serviços prestados pela Ecoceano.....                                          | 83         |
| 5.8.3. Relação dos serviços prestados pela Maris.....                                             | 88         |
| 5.8.4. Relação dos serviços prestados pela IO Jr.....                                             | 94         |
| 5.8.5. Relação dos serviços prestados pela Nauta.....                                             | 98         |
| <b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                               | <b>102</b> |
| <b>7. REFERÊNCIAS.....</b>                                                                        | <b>107</b> |
| <b>8. APÊNDICES.....</b>                                                                          | <b>110</b> |
| <b>9. ANEXOS.....</b>                                                                             | <b>119</b> |

## LISTA DE TABELAS

|           |                                                                                                                                                                                                            |     |
|-----------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| TABELA 1  | - DIFICULDADES INTRÍNSECAS AO MEJ NO BRASIL: SUAS POSSÍVEIS CAUSAS E PROPOSTAS DE SOLUÇÕES / MITIGAÇÕES – 2003 - 2005.....                                                                                 | 38  |
| TABELA 2  | - DIFICULDADES ENCONTRADAS PELAS EMPRESAS JUNIORES, SE NÃO BEM TRABALHADOS OS SEUS PROCESSOS DE CONSTITUIÇÃO E CONSOLIDAÇÃO: SUAS POSSÍVEIS CAUSAS E PROPOSTAS DE SOLUÇÕES / MITIGAÇÕES – 2003 – 2005..... | 39  |
| TABELA 3  | - MEMBROS ENTREVISTADOS EM CADA EJ DE OCEANOGRAFIA, COM SEUS RESPECTIVOS ANOS DE CURSO E CARGOS OCUPADOS –2005.....                                                                                        | 45  |
| TABELA 4  | - DISTRIBUIÇÃO DAS EJS DE OCEANOGRAFIA, POR ANO DE FORMAÇÃO, UNIVERSIDADE A QUAL PERTENCEM E UF / REGIÃO DO PAÍS ONDE SE LOCALIZAM.....                                                                    | 46  |
| TABELA 5  | - ELEMENTOS CONTIDOS NAS PROPOSTAS DE CRIAÇÃO DAS EJS DE OCEANOGRAFIA DO BRASIL – 2005.....                                                                                                                | 49  |
| TABELA 6  | - COMPOSIÇÃO DO QUADRO SOCIAL DE CADA EJ DE OCEANOGRAFIA. DISTRIBUIÇÃO DE SEUS MEMBROS, POR ANO DE CURSO – 2005 .....                                                                                      | 54  |
| TABELA 7  | - ASPECTOS ORGANIZACIONAIS (APENAS PREVISTOS; APLICADOS PARCIALMENTE; OU INEXISTENTES) APRESENTADOS PELAS EJ DE OCEANOGRAFIA – 2005.....                                                                   | 64  |
| TABELA 8  | - PRINCIPAIS FORMAS DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS DAS EJS DE OCEANOGRAFIA – 2005.....                                                                                                             | 69  |
| TABELA 9  | - PRINCIPAIS FORMAS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS DAS EJS DE OCEANOGRAFIA – 2005.....                                                                                                              | 71  |
| TABELA 10 | - RELAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA ECOSERVICE A PARTIR DE 1999, E UMA BREVE DESCRIÇÃO DE SEUS CONTEÚDOS – 2005.....                                                                                     | 81  |
| TABELA 11 | - RELAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA ECOCEANO A PARTIR DE 2003, E UMA BREVE DESCRIÇÃO DE SEUS CONTEÚDOS – 2005.....                                                                                       | 87  |
| TABELA 12 | - RELAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA MARIS A PARTIR DE 2003, E UMA BREVE DESCRIÇÃO DE SEUS CONTEÚDOS – 2005.....                                                                                          | 92  |
| TABELA 13 | - RELAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA IO JR. A PARTIR DE 2004, E UMA BREVE DESCRIÇÃO DE SEUS CONTEÚDOS – 2005.....                                                                                         | 97  |
| TABELA 14 | - RELAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA NAUTA A PARTIR DE 2004, E UMA BREVE DESCRIÇÃO DE SEUS CONTEÚDOS – 2005.....                                                                                          | 101 |

## LISTA DE SIGLAS

|                |                                                                            |
|----------------|----------------------------------------------------------------------------|
| CBEJ           | – Confederação Brasileira de Empresas Juniores                             |
| CEFAM          | – Centro de Educação Ambiental / Museu Oceanográfico-FURG                  |
| CEM/UFPR       | – Centro de Estudos do Mar/UFPR                                            |
| CEPUERJ        | – Centro de produção da Universidade Estadual do Rio de Janeiro            |
| CIJE           | – Confederazione Italiana Junior Enterprise                                |
| CIRM           | – Comissão Interministerial para os Recursos do Mar                        |
| CNJE           | – Confédération Nationale des Junior Enterprise                            |
| CNPJ           | – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica                                     |
| COMEJ          | – Conferência Mundial de Empresas Juniores                                 |
| COOPSERRAMAR   | – Cooperativa de Pescados de Antonina – PR                                 |
| COPEL          | – Companhia de Energia Elétrica do Paraná                                  |
| EJ             | – Empresa júnior                                                           |
| EMATER         | – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – PR                     |
| ENEJ           | – Encontro Nacional de Empresas Juniores                                   |
| EPEJ           | – Encontro Paulista de Empresas Juniores                                   |
| FAAP/SP        | – Fundação Armando Álvares Penteado, Estado de São Paulo                   |
| FEJEPAR        | – Federação das Empresas Juniores do Estado do Paraná                      |
| FEJESBA/UNIJR. | – Federação Estadual das Empresas Juniores do Estado da Bahia              |
| FEJESC         | – Federação das Empresas Juniores do Estado de Santa Catarina              |
| FEJESP         | – Federação das Empresas Juniores do Estado de São Paulo                   |
| FEPAM          | – Fundação Estadual de Proteção Ambiental – RS                             |
| FGV/SP         | – Fundação Getulio Vargas, Estado de São Paulo                             |
| FNJE           | – Fedeatic van Nederlandse                                                 |
| FURG           | – Fundação Universidade Federal do Rio Grande                              |
| GERCO          | – Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro                              |
| IAP            | – Instituto Ambiental do Paraná                                            |
| IBAMA          | – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis |

|            |                                                                            |
|------------|----------------------------------------------------------------------------|
| IES        | – Instituições de Ensino Superior                                          |
| INPE       | – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais                                |
| IO-USP     | – Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo                     |
| IPEP       | – Instituto de Permacultura e Ecovilas da Pampa – RS                       |
| ITCP       | – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares                         |
| JADE       | – Junior Association for Development in Europe                             |
| JEP        | – Júnior Empresas de Portugal                                              |
| ESSEC      | – L'École Supérieure des Sciences Economiques et<br>Commerciales           |
| LAGEMAR    | – Laboratório de Geologia Marinha – UFF.                                   |
| LOG        | – Laboratório de Oceanografia Geológica – FURG.                            |
| MEJ        | – Movimento Empresa Júnior                                                 |
| MMA        | – Ministério do Meio Ambiente                                              |
| NUDESE     | – Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico – RS.                       |
| PNGC       | – Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro                                 |
| PNMA       | – Política Nacional do Meio Ambiente                                       |
| PNRM       | – Política Nacional para os Recursos do Mar                                |
| RIO JUNIOR | – Federação das Empresas Juniores do Estado do Rio de<br>Janeiro           |
| SEAP/PR    | – Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca / Presidência da<br>República |
| SGI        | – Sistema de Gestão Integrada                                              |
| SMS        | – Programa Saúde, Meio Ambiente e Segurança                                |
| SNO        | – Semana Nacional de Oceanografia                                          |
| UC         | – Unidade de Conservação                                                   |
| UERJ       | – Universidade Estado do Rio de Janeiro                                    |
| UFES       | – Universidade Federal do Espírito Santo                                   |
| UFF        | – Universidade Federal Fluminense                                          |
| UFPA       | – Universidade Federal do Pará                                             |
| UFPR       | – Universidade Federal do Paraná                                           |
| UNICAMP    | – Universidade Estadual de Campinas                                        |
| UNIVALI    | – Universidade do Vale do Itajaí, SC                                       |
| USJE       | – Union Suisse des Junior Entreprises                                      |

## RESUMO

O gerenciamento costeiro surgiu da necessidade de se administrar os recursos naturais da zona costeira de forma sustentável. Estas regiões possuem grande atrativo comercial, industrial e turístico. Por esta razão, o desgaste dos recursos é evidenciado em vários aspectos, como o aumento da população urbana e industrial (face ao aglomerado populacional), pesca predatória, exploração maciça de recursos minerais, entre outros problemas igualmente relevantes. A fim de haver uma gestão apropriada destes ambientes, é preciso que haja a participação efetiva de todos os setores envolvidos no processo, desde a fase de planejamento até a implementação de planos de ação – política, econômica e socialmente viáveis. As empresas juniores são um real exemplo de articulação e trabalho em conjunto com órgãos públicos, universidades e sociedade em geral, em vista das potencialidades que apresentam para isso, além de uma série de benefícios sociais que podem vir a gerar através de suas atividades e serviços. O presente estudo procurou caracterizar as empresas juniores dos cursos de graduação em Oceanografia no país, com base em entrevistas, e na experiência vivenciada pelo próprio autor no Movimento Empresa Júnior. Através dos perfis apresentados por elas quanto à organização, estrutura e serviços, foi possível identificar suas potencialidades e limites para atuação na gestão ambiental costeira.

**Palavras-chave:** Empresa Júnior, Movimento Empresa Júnior, Gerenciamento Costeiro, Gestão Ambiental Costeira, Oceanografia.

## ABSTRACT

Coastal management comes out from the urge of both exploring and preserving natural resources at coastal zones in a sustainable way. Commonly, those places show great attractiveness for trading, industrial and touristic activities, resulting in an increasing consumption of natural resources. This can be seen in a rapid growth of urban population, predatory fishing practices, massive exploration of mineral resources, among others equally relevant evidences. Managing these environments in an appropriate way requires the engagement and the contribution of all the society, particularly the sectors strictly involved in the process. Junior entrepreneurship is such an example of real joint work and articulation of Universities, public agencies and society in the pursuit of equating and solving those environmental questions. Besides, there are lots of social and economical benefits that come out from those activities. The aim of this study is to identify and to characterize the general configuration and performance of junior enterprises which are organized out of oceanographic graduation courses in Brazilian Universities. As a result, it can be evaluated the potentialities and limitations of such organizations to acting on coastal management issues.

**Key-words:** Coastal Management, Junior Entrepreneurship, Oceanography, Environmental Management.

## 1. INTRODUÇÃO

A zona costeira no Brasil constitui um espaço extremamente complexo devido à diversidade de suas características ambientais e as suas finalidades múltiplas. A intensificação do processo de ocupação antrópica do litoral tem originado nessas regiões graves conflitos de uso e ocupação do solo, além de diversos problemas ambientais (ASMUS & KITZMANN, 2004).

Os limites legais da zona costeira brasileira foram estabelecidos no Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC (ANEXO 1), para fins de gestão governamental, e compreendem duas faixas: terrestre (faixa do continente formada pelos municípios que sofrem influência direta dos fenômenos ocorrentes na zona costeira) e marítima. A faixa terrestre abrange cerca de 400 municípios, distribuídos ao longo de 8.698 km de faixa costeira (ao se considerar as reentrâncias do litoral), numa área de aproximadamente 388 mil km<sup>2</sup>. A faixa marítima abrange 12 milhas marítimas a partir da linha de costa, que corresponde à totalidade do mar territorial brasileiro, de acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (BRASIL, 2004).

A zona costeira no Brasil compõe uma região de contrastes. Ao mesmo tempo em que apresenta intensa urbanização, desenvolvimento portuário e industrial acentuados, além da exploração turística em larga escala, esses espaços são permeados por áreas de baixa densidade populacional e pela ocorrência de ecossistemas de grande relevância. Dos pontos de vista ambiental e sócio-cultural, esses ecossistemas merecem destaque, uma vez que vêm sendo continuamente degradados pela ação antrópica (MMA, 2003).

O Governo Brasileiro concebeu e implantou o PNGC, através da Lei Federal nº. 7.661, de 16/05/1988, visando o planejamento integrado da utilização dos recursos costeiros e marinhos, e o ordenamento da ocupação dos espaços litorâneos (BRASIL, 1988).

As fragilidades encontradas com a implementação do PNGC, possibilitam o profissional de Oceanografia explorar novos nichos de mercado, por fazer parte de sua formação curricular o processo de gestão ambiental com ênfase em ambientes costeiros.

O oceanógrafo é um profissional de formação técnico-científica direcionada ao conhecimento e à previsão do comportamento dos oceanos e ambientes costeiros sob todos os seus aspectos. Capacitado a atuar de forma transdisciplinar nas atividades de uso e exploração racional de recursos marinhos e costeiros, o oceanógrafo deve possuir visão crítica e criativa para a identificação e resolução de problemas, com atuação empreendedora e abrangente no atendimento às demandas da sociedade (IO-USP, 2005).

Associada à proposta de formação curricular deste profissional, grande parte das instituições onde se ensina Oceanografia no Brasil teve vinculada ao seu curso de graduação, associações civis sem fins lucrativos, voltadas para a aplicação dos conteúdos abordados em salas de aula. Conhecidas como empresas juniores – Ejs – estas surgem como proposta de articulação e integração entre Universidades e sociedade, através da prestação de seus serviços nas diversas áreas do conhecimento do curso no qual estão inseridas.

### 1.1. DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS GERAIS

O presente estudo procurou caracterizar as empresas juniores dos cursos de graduação em Oceanografia no país. Buscou-se descrever seus perfis quanto a sua organização, estrutura e serviços. Com base na proposta do PNGC, objetivou-se apresentar as principais potencialidades dessas empresas para atuarem na gestão ambiental costeira. Este estudo ainda visou identificar os limites atuais de cada Ej, contribuindo assim para que elas possam superá-los.

### 1.2. DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Apresentar brevemente a proposta do PNGC;
- Identificar suas principais potencialidades e fragilidades;
- Conceituar e apresentar um histórico do Movimento Empresa Júnior;
- Identificar as potencialidades, dificuldades e os possíveis benefícios advindos do Movimento Empresa Júnior;

- Apresentar as empresas juniores de Oceanografia do país, e descrevê-las quanto:
  - à composição de seu quadro social;
  - o seu histórico de formação;
  - os seus vínculos com as Universidades, federações de Ejs, e entre elas;
  - os seus principais aspectos organizacionais;
  - os seus recursos materiais e financeiros;
  - as suas principais áreas de atuação;
  - as suas principais atividades e projetos desenvolvidos até hoje;
  - às principais dificuldades observadas em todos os aspectos mencionados anteriormente, e;
- à análise do retorno até então observado, a partir de sua atuação na gestão ambiental costeira.

O capítulo a seguir apresenta os antecedentes gerais deste estudo, no que diz respeito à contextualização do ambiente costeiro, sob distintos aspectos (ambiental, sócio-demográfico, econômico e cultural), e à definição de gerenciamento costeiro, com ênfase nas principais características do PNGC. No capítulo 3 são apresentados os principais conceitos e aspectos relacionados ao Movimento Empresa Júnior – MEJ – em seu país de origem, e principalmente no Brasil. No capítulo seguinte (cap. 4) é apresentada a metodologia desenvolvida para a coleta dos dados relacionados às empresas juniores de Oceanografia do país; seguida dos resultados obtidos a partir dessa pesquisa e de uma discussão sobre os seus principais aspectos (cap. 5). Em decorrência desses resultados, de maneira geral pôde-se observar uma série de potencialidades que essas empresas apresentam para o desenvolvimento de serviços e atividades que visem a melhoria da gestão ambiental costeira no Brasil (cap.6). Este trabalho também pôde identificar os limites atuais dessas Ejs em suas áreas de atuação, de forma a contribuir para que elas possam superá-los em um futuro próximo.



## 2. ANTECEDENTES GERAIS: AMBIENTE E GERENCIAMENTO COSTEIRO

### 2.1. O AMBIENTE COSTEIRO

#### 2.1.1. Contexto ambiental

A costa brasileira compreende a faixa latitudinal entre 04°30'N e 33°44'S, localizada entre as zonas intertropical e subtropical, o que demonstra a complexidade de seus ambientes e sua alta relevância ecológica. Essa região, segundo Diegues<sup>1</sup> (1999 *apud* ASMUS & KITZMANN, 2004), abrange uma grande variedade de ecossistemas e habitats, como recifes costeiros, manguezais, sistemas lagunares, formação de restingas, ilhas barreiras, marismas, ambientes praias, dunas, entre outros.

Nesta faixa localizam-se as maiores manchas residuais da Mata Atlântica, bioma que inicialmente abrangia desde o litoral nordestino ao extremo sul do país, com uma área de mais de um milhão de km<sup>2</sup>. Hoje este bioma praticamente inexistente, devido à intensificação dos usos agrícola, pastoril e urbano, restando apenas de 05 a 10% de sua configuração original, localizados principalmente nas encostas de relevo mais íngremes da Serra do Mar, nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná (ASMUS & KITZMANN, 2004).

Os manguezais são ecossistemas de expressiva abundância na faixa costeira, com uma área de cerca de 14.000 km<sup>2</sup>, que abrange estuários, lagunas e enseadas. Se consideradas as formações associadas a eles – os marismas – essa estimativa passa dos 25.000 km<sup>2</sup> (ASMUS & KITZMANN, 2004).

As formações vegetais costeiras como mangues, restingas e marismas são essenciais à manutenção da biodiversidade marinha e ao equilíbrio dinâmico das interações dos ambientes terrestre e marítimo. Assim como a Mata Atlântica, elas sofreram alterações significativas ao longo do processo de ocupação da faixa costeira, com grande prejuízo às espécies endêmicas da região. Espécies essas essenciais à fixação do solo costeiro e ao fornecimento de abrigo e alimento para

---

<sup>1</sup> DIEGUES, A. C. Human populations and coastal wetlands: conservation and management in Brazil. *Ocean & Coastal Management*, v.42, p. 187-210. 1999.

muitas espécies costeiras e estuarinas.

De maneira geral, a conservação dos ambientes litorâneos é imprescindível para a manutenção da biodiversidade costeira e marinha, onde a intensidade do processo de ocupação desordenada está cada vez mais as colocando em risco (ASMUS & KITZMANN, 2004).

### 2.1.2. Contexto sócio-demográfico

A zona costeira concentra 23,9% da população nacional, ou seja, 40,6 milhões de pessoas (IBGE, 2000), concentradas em apenas 07% de um total de 5.561 municípios brasileiros. A densidade média é de 105 habitantes/km<sup>2</sup>, número cinco vezes superior à média nacional (20 habitantes/km<sup>2</sup>).

Cinco das onze maiores aglomerações urbanas no Brasil estão localizadas na zona costeira (Belém, Fortaleza, Recife, Salvador e Rio de Janeiro), e concentram cerca de 21,8 milhões de habitantes – 12,9% da população nacional. Além disto, 13 das 17 capitais dos estados litorâneos estão à beira-mar. Esta situação é resultante do processo histórico de ocupação colonial do território nacional, onde os primeiros assentamentos localizavam-se na região costeira, e somente muito mais tarde iniciou-se a exploração de áreas interiores (ASMUS & KITZMANN, 2004).

As concentrações populacionais variam muito ao longo da costa brasileira. Há regiões com baixa densidade demográfica como o estado do Amapá, com 6,1 habitantes/km<sup>2</sup>, enquanto que Pernambuco e Rio de Janeiro apresentam as maiores concentrações populacionais litorâneas, com 803,0 habitantes/km<sup>2</sup> e 656,5 habitantes/km<sup>2</sup>, respectivamente. De uma forma geral, a ocupação costeira é menor nas regiões Norte (4,0 milhões de habitantes) e Sul (3,3 milhões), e maior no Nordeste (17,4 milhões) e Sudeste (16,0 milhões) (IBGE, 2000).

A tendência é que o processo de ocupação do litoral se intensifique nos próximos anos, o que agravará ainda mais os conflitos de uso e ocupação destes espaços. A construção de casas em áreas de alta sensibilidade ambiental tais como dunas, mangues, estuários etc., bem como a falta de saneamento básico, juntamente com o desenvolvimento da agroindústria, são os principais fatores responsáveis pela degradação dos ambientes naturais. Tendo em vista a perspectiva de crescimento populacional e intensificação da densidade demográfica em áreas costeiras, há a

urgência do estabelecimento de estratégias adequadas de manejo dos recursos costeiros e de redução/mitigação dos impactos ao meio ambiente, assim como de melhoria da qualidade de vida das populações residentes nessas localidades (ASMUS & KITZMANN, 2004).

### 2.1.3. Contexto econômico

As atividades econômicas historicamente se concentraram nas regiões costeiras do país. Ao longo do tempo houve o desenvolvimento da agricultura e pecuária, atividades agroindustriais, extração mineral e vegetal, reflorestamento, salinas, complexos portuários, áreas petrolíferas (extração e refino), exploração pesqueira, aqüicultura, bem como intensificação do veraneio e turismo (ASMUS & KITZMANN, 2004).

Por razões históricas e estruturais, o crescimento econômico foi baseado na industrialização, que se concentrou na região costeira por questão de praticidade, induzindo o seu crescimento populacional e urbano. Esta forte associação entre urbanização e industrialização caracterizou os processos de dinâmica territorial, populacional e econômica na história do Brasil, e, por conseqüência, da zona costeira (ASMUS & KITZMANN, 2004).

A política nacional voltada às exportações a partir da década de 1960, condicionou a instalação de pólos industriais na zona costeira, implicando no desenvolvimento de importantes complexos portuário-industriais para escoamento da produção, como o de Cubatão/Santos/São Vicente (SP) e o de Rio Grande (RS). Várias das atividades industriais desenvolvidas nestes complexos possuem alto potencial poluidor, como a siderurgia, papel e celulose, e a indústria química, comumente concentradas nas regiões metropolitanas situadas ao longo da faixa costeira (ASMUS & KITZMANN, 2004).

### 2.1.4. Contexto cultural

O intenso processo de degradação que tem sofrido os ecossistemas ao longo dos anos, implica em impactos negativos para a biodiversidade e para as populações tradicionais ali residentes, por serem ambientes de fundamental importância para a

sustentabilidade e expressão cultural desses povos (ASMUS & KITZMANN, 2004).

No Brasil, ao longo da zona costeira vivem muitas comunidades tradicionais, tais como jangadeiros (Ceará e sul da Bahia), caiçaras (RJ, SP, PR e norte de SC), comunidades ribeirinhas (litoral amazônico, entre PI e AP), e pescadores, que dependem da pesca artesanal e do extrativismo de recursos naturais para sua subsistência. Devido a processos como a sobre-exploração dos recursos pesqueiros por parte da pesca industrial, e o intenso processo de especulação imobiliária, com conseqüente degradação ambiental dos espaços costeiros, estas comunidades têm experimentado cada vez mais um processo de empobrecimento econômico e cultural (ASMUS & KITZMANN, 2004).

As comunidades caiçaras, por exemplo, ao mesmo tempo em que revelam a grande diversidade histórico-cultural do litoral brasileiro, são evidências dos processos de degradação social, cultural e ambiental das populações tradicionais que habitam a costa brasileira. Os caiçaras são provenientes da miscigenação entre os indígenas, colonizadores portugueses e negros. São comunidades que têm um modo de vida característico, intimamente associado à pesca, à agricultura de subsistência, ao artesanato e ao extrativismo vegetal, e ao longo de sua existência desenvolveram tecnologias compatíveis com a sustentabilidade ambiental. Além de possuírem um conhecimento aprofundado sobre os ambientes em que vivem, e uma importante identidade cultural, repleta de danças, músicas e de um vocabulário com inúmeras expressões de uso exclusivamente local (ASMUS & KITZMANN, 2004).

Nas últimas décadas, intensificaram-se os conflitos entre populações tradicionais costeiras, especuladores imobiliários, empreendedores turísticos e o próprio Governo Federal – este último através da criação e implantação de unidades de conservação ao longo da costa brasileira, sem que haja um processo de planejamento participativo nestes locais. Sob todos os aspectos, as populações tradicionais estão sendo desfavorecidas, seja pelo fato de perderem o direito de exploração dos ambientes costeiros, ainda que para sua própria subsistência, seja pelo fato de terem suas terras invadidas e degradadas por empreendimentos turísticos e estabelecimentos comerciais (ASMUS & KITZMANN, 2004).

Justamente devido à diversidade dos conflitos de uso e ocupação do solo, à fragilidade dos ambientes e à complexidade de sua gestão, são necessárias ações efetivas de planejamento e ordenamento das atividades desenvolvidas nos espaços

costeiros. Para isso torna-se imprescindível a mobilização e capacitação dos agentes das diversas esferas sociais envolvidas no processo de gestão destes ambientes, procurando assim direcionar as políticas públicas nacionais incidentes de acordo com os interesses coletivos (ASMUS & KITZMANN, 2004).

## 2.2. O GERENCIAMENTO COSTEIRO

Foi justamente com base na problemática relatada anteriormente que o PNGC foi instituído, com a função de unir os mais diversos setores governamentais, a sociedade organizada e a contribuição da ciência. Dessa forma, o PNGC pretende compatibilizar os diversos interesses setoriais e públicos, através da preparação e implantação de um plano integrado para a conservação dos ecossistemas e recursos costeiros, visando o desenvolvimento viável desta região (ASMUS & KITZMANN, 2004).

O PNGC pode ser definido como um processo de gestão, contínuo e dinâmico, no qual são tomadas decisões coletivas para o uso sustentável, desenvolvimento e proteção dos recursos costeiros e marinhos (MMA, 2003).

Entende-se por gestão: “um processo participativo, contínuo, interativo e adaptativo, que inclui uma série de deveres associados, os quais devem ser desenvolvidos de forma a alcançar metas e objetivos pré-determinados” (CICIN-SAIN, 1993).

A gestão ambiental constitui-se num processo de articulação dos diferentes agentes sociais que interagem em um dado espaço, visando garantir, com base em princípios e diretrizes previamente acordados/definidos, a adequação dos meios de exploração dos recursos – naturais, econômicos e socioculturais – às especificidades do meio ambiente (LANNA, 1995).

### 2.2.1. Principais objetivos do PNGC

Para o fortalecimento da base legal dos processos decisórios envolvidos na gestão costeira, é necessária a participação de todos os setores envolvidos, sejam eles governamentais ou não, visando a elaboração de políticas e o encaminhamento de propostas para o uso sustentável do litoral. Assim sendo, o PNGC é

fundamentado no planejamento de usos e no manejo de sistemas e recursos, levando em consideração aspectos de natureza histórica, cultural e tradicional, bem como conflitos de interesses e usos do espaço analisado. Trata-se, portanto, de um processo contínuo e evolucionário (ASMUS & KITZMANN, 2004).

Os principais objetivos do PNGC são: (1) preservar e proteger a produtividade e a biodiversidade dos ecossistemas costeiros, prevenindo a poluição e destruição de habitats; (2) reforçar a gestão integrada através de treinamento, legislação e formação de pessoal, e; (3) promover o desenvolvimento racional e sustentável dos recursos costeiros (MMA, 2003).

Para que em um processo de gestão costeira sejam alcançados os seus objetivos, destacam-se seis áreas de interesse estratégico: planejamento (dos usos e ocupação das áreas costeiras e oceânicas); proteção ambiental (preservação da base ecológica e da biodiversidade); promoção do desenvolvimento socioeconômico; resolução de conflitos (equilíbrio e harmonização dos usos presentes e futuros); segurança pública (frente aos eventos naturais e às ações antrópicas); e gerenciamento de áreas públicas (garantia do uso correto de recursos coletivos) (MMA, 2003).

### 2.2.2. Institucionalização da gestão costeira no Brasil

No Brasil, a gestão costeira está institucionalizada a níveis nacional e estadual, caracterizando-se como um sistema com complexa estrutura e dinâmica, que tem evoluído através de uma grande diversidade de processos e controles de naturezas política, econômica, institucional, ecológica, administrativa e espacial.

O Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro – GERCO, cujo objetivo é operacionalizar o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC, de forma descentralizada e participativa, tem como arranjo institucional para a sua execução o Ministério do Meio Ambiente, como órgão centralizador. Este coordena todas as ações no nível federal, bem como articula os 17 governos estaduais litorâneos através dos seus respectivos órgãos ambientais, no papel de executores estaduais, os quais buscam integrar suas ações com os municípios (ASMUS & KITZMANN, 2004).

### 2.2.3. Áreas de atuação

O campo de atuação do PNGC é bastante amplo, extrapolando estritamente a preservação ambiental. Envolve em sua implementação, a articulação de diversas políticas setoriais (1. política de desenvolvimento urbano, com destaque para o setor de saneamento básico – abastecimento de água, esgotamento sanitário e tratamento de resíduos; 2. política de pesca; 3. política do setor portuário e de transportes; 4. política industrial; 5. política de turismo), com a conseqüente atuação dos órgãos responsáveis pela implementação das mesmas. Por tais características tornou-se fundamental a criação de fóruns para promover as articulações necessárias entre essas áreas de atuação (BRASIL, 2004). Visto que esses setores possuem grande importância no processo de ocupação do litoral brasileiro, a articulação responsável e efetiva de suas ações constitui um elemento indispensável para a viabilização do PNGC (ASMUS & KITZMANN, 2004).

### 2.2.4. Principais fragilidades e potencialidades do PNGC

Ainda é bastante frágil a participação dos diversos atores sociais nas ações do gerenciamento costeiro, embora essa seja uma característica fundamental para o sucesso das ações propostas pelo PNGC. Essa fragilidade ocorre por haver dificuldades no estabelecimento de representações legítimas nos fóruns estabelecidos para tratar das questões costeiras, principalmente no âmbito local. Há ainda dificuldades em compor fóruns adequados e mantê-los operantes, além da lentidão das tomadas de decisões, quando há a necessidade de soluções rápidas. Fora isso, detecta-se a falta de organização e preparo de muitos segmentos sociais para participar do processo de gestão ambiental com envolvimento da comunidade. Essa deficiência deve ser trabalhada principalmente através da interação e do estabelecimento de parcerias entre os órgãos públicos gestores e instituições de produção de conhecimento, como Universidades, Institutos de pesquisa e ONG's, de modo a otimizar ao máximo as atividades propostas pelo PNGC (ASMUS & KITZMANN, 2004).

A base de ciência e tecnologia como suporte ao gerenciamento costeiro é ainda deficitária. Para alguns locais da costa brasileira, o conhecimento do ambiente,

quando existente, muitas vezes é centrado na descrição de seus componentes ecológicos, econômicos e sociais, sem avançar para o necessário entendimento dos processos dinâmicos que os produzem e os moldam. Como resultado, por vezes os gestores são forçados a aguardar períodos de tempo demasiados, necessários para a realização de ações de investigação, e posteriormente tomadas de decisão. Com isso, eles acabam tomando decisões sem o necessário embasamento científico e tecnológico, aumentando a incerteza sobre sua eficiência (ASMUS & KITZMANN, 2004).

Entretanto, alguns aspectos positivos do GERCO podem ser evidenciados. O programa funciona como um fator de convergência entre a Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA e a Política Nacional para os Recursos do Mar – PNRM (ASMUS & KITZMANN, 2004).

São bastante promissoras as implantações de novos projetos relacionados à gestão costeira no Brasil, como por exemplo, o Projeto ORLA, que visa a compatibilização das políticas ambientais com as políticas voltadas à gestão patrimonial dos terrenos de marinha, definindo critérios e prioridades dos investimentos públicos e privados no litoral do país (ASMUS & KITZMANN, 2004).

O GERCO apresenta grande potencialidade para uma maior participação da sociedade em seus processos de planejamento e de tomadas de decisões, bem como implantação de suas ações. Nos estados em que tal participação tem ocorrido, o processo tem mostrado maior riqueza de soluções dos problemas, compartilhamento das responsabilidades e maior compromisso com os resultados (ASMUS & KITZMANN, 2004).



### 3. O MOVIMENTO EMPRESA JÚNIOR

#### 3.1. CONCEITO DE EMPRESA JÚNIOR

Há distintas definições para o conceito de empresa júnior. Originalmente, de acordo com a *Junior Association for Development in Europe – JADE*, instituição que congrega as confederações nacionais de empresas juniores da Europa (CNJE, 1999): “empresa júnior é uma entidade formada por alunos de graduação de uma instituição de ensino superior, que visa estender os conhecimentos adquiridos em salas de aula através da prestação de serviços à sociedade nas áreas de domínio dos cursos desta instituição, orientados ou supervisionados, direta ou indiretamente, por professores, técnicos especializados ou alunos de pós-graduação”.

No âmbito jurídico, uma Ej é uma associação civil, sem fins lucrativos – denominação reservada para entidades como institutos, clubes, associações de bairro ou outras organizações formadas com objetivos e metas comuns, bem definidos entre seus associados, porém que não têm no lucro sua finalidade (FEJESP, 1990). Possui personalidade jurídica própria, desvinculada da Universidade ou dos seus órgãos acadêmicos, constituída e gerenciada exclusivamente por estudantes de graduação da faculdade ou Universidade onde ela se insere, os quais compõem desde seu corpo diretor até a equipe executora de projetos (NOVAIS, 2000).

A combinação de outras definições, informalmente abordadas pelo Movimento Empresa Júnior – MEJ, pode gerar um resultado interessante e um pouco mais abrangente do que vem a ser uma empresa júnior. Como a seguir: uma Ej é um espaço aberto para estudantes de graduação adquirirem experiência pessoal e profissional; onde eles possuem total liberdade para elaboração e execução de projetos propostos pela própria comunidade acadêmica, ou trazidos pelas necessidades sociais e/ou de mercado. Ela pode ser considerada um instrumento de extensão universitária, já que atende de maneira ampla as duas missões básicas dessa forma de atuação de uma Instituição de Ensino Superior – IES: tanto funciona como um veículo ágil de comunicação com a sociedade, repassando-lhe informação, quanto se coloca como importante canal de transferência de conhecimento para os estudantes universitários, a partir do desenvolvimento de projetos ou participação

em sua estrutura. Em uma empresa júnior o aluno desenvolve-se além da instrução programada, lhe permitindo proporcionar um *feedback* à sua instituição de ensino, pois consegue detectar lacunas em sua formação teórica e pode buscar preenchê-las, com o seu trabalho, juntamente com seus professores e demais orientadores.

Segundo DE MATOS (1997), uma Ej é capaz de ultrapassar os limites convencionais da atividade de extensão universitária, pois antes de ser considerada um projeto, ela vem a ser um espaço para projetos, capaz de fornecer estrutura para o desenvolvimento de uma contínua política de ação. Além de abranger a concorrência, a negociação comercial e estar atuando num mercado competitivo. Todas estas características permitem desenvolver a personalidade e a experiência dos estudantes universitários, dando uma nova dimensão à formação nos cursos superiores.

Em relação ao MEJ, o sistema de estágios em empresas públicas ou privadas hoje é o modelo mais próximo capaz de complementar a formação do universitário, conferindo-lhe assim alguma experiência profissional. Ao desenvolver um estágio empresarial, o estudante passa a ter uma importante vivência profissional, no momento em que conhece mais intimamente o modo de atuação de uma empresa, como se dão as relações de trabalho em sua hierarquia, além da possibilidade de ser efetivado como funcionário. Dos três itens citados, a empresa júnior só é capaz de fornecer aos seus associados o primeiro, já que não é de seu interesse a criação de uma estrutura hierárquica de trabalho, tão pouco ela poderá oferecer quaisquer chances de contratação do estudante em um futuro emprego (DE MATOS, 1997).

No entanto, há outras formas de ganho com a participação em uma Ej. O estudante passa a ter maior responsabilidade sobre o serviço que executa, sendo que muitas vezes esta pode custar o sucesso ou a liquidação de sua empresa. Ele também poderá aprender a gerenciar e liderar um grupo de trabalho, a partir do exercício de um cargo de diretoria. E ainda encontrará um amplo espaço para poder inovar e criar projetos, com a possibilidade de vê-los concretizados (DE MATOS, 1997).

Uma empresa júnior não pretende extrapolar os ganhos que um estágio empresarial possa oferecer ao universitário, mas sim procura criar outras formas de aprendizado para seus associados, funcionando como um suplemento em sua formação pessoal e profissional (DE MATOS, 1997).

## 3.2. HISTÓRICO DO MEJ

### 3.2.1. Origem histórica das Ejs

A primeira empresa júnior surgiu na *ESSEC (L'École Supérieure des Sciences Economiques et Commerciales)* no ano de 1967, em Paris – França. Os alunos desta Universidade, cientes da necessidade de complementarem os seus conhecimentos teóricos, através da aplicação prática dos mesmos, criaram a *Junior-Entreprise*, uma associação capaz de proporcionar maior grau de liberdade no trabalho e aproximação da realidade empresarial. Essa estrutura se destinaria à prestação de serviços de consultoria próprios da área de especialização do curso universitário, oportunizando aos estudantes que estivessem à frente dos projetos ali desenvolvidos, sua interação com o mercado e o desenvolvimento de seu espírito empreendedor (ESSEC, 2002).

O contexto no qual foram criadas as primeiras empresas juniores foi particularmente complexo, dos pontos de vista econômico, social e político. A instabilidade e o desemprego assolavam toda a Europa. A classe operária mundial, aliada à juventude, lutava contra o regime capitalista e pela construção do socialismo. Simultaneamente às lutas operárias, houve uma campanha nas cidades universitárias contra o Plano Fouchet, uma tentativa de reforma do ensino superior, onde os estudantes tiveram grande protagonismo, por suas posições anticapitalistas, como: inconformidade com o modelo de sistema universitário; reivindicação de espaço para o saber no modelo econômico vigente; forte percepção da ausência de se colocar em prática a teoria dada em sala de aula; e a falta de relevância social dos conteúdos curriculares, num episódio conhecido por “maio francês”. O objetivo da reforma educacional era adequar a saída de estudantes das Universidades às necessidades da economia, que sofria uma crise de sobreprodução capitalista. Seria preciso, portanto, controlar, selecionar e limitar a saída de profissionais, uma vez que o mercado não conseguia absorvê-los. Em janeiro de 1968, o ministro francês Alain Peyrefitte sintetiza a Reforma Fouchet na seguinte frase: “Tem estudante demais nas Universidades” (LBI).

As relações internacionais passavam por uma séria crise que determinava a retração dos mercados nacionais; a bipolarização global – entre a ora extinta União

das Repúblicas Socialistas Soviéticas e os Estados Unidos da América – impunha em todo o mundo um clima de grande tensão política, no processo que ficou conhecido como Guerra Fria; e a Guerra do Vietnã animava especialmente os sentimentos anti-bélicos, anti-imperialistas e até anti-sistêmicos, particularmente por parte dos jovens de países desenvolvidos como França e EUA, cujos governos tinham direta responsabilidade na guerra (FOLLARI, 1995).

Neste contexto a reforma proposta passou a dar lugar, em certa medida, à demanda estudantil, por via de uma sutil transformação no sistema universitário europeu – modificações curriculares e de estrutura. Houve também uma forte apelação ao discurso da interdisciplinaridade como um dos pressupostos dessa estratégia. Assim, a interdisciplinaridade serviu naquele momento como campo de relegitimação do discurso científico-tecnocrático, reforçando a idéia de que a ciência, todavia, apontaria soluções para os problemas sociais levantados pelos estudantes (FOLLARI, 1995).

Nesse sentido, a proposta de criação de empresas juniores estava atendendo à reivindicação estudantil de aproximar mais a Universidade ao mercado, e de aliar a teoria à prática, e ao mesmo tempo reforçava as expectativas de mudanças dentro do espaço universitário mais do que na sociedade em si.

A idéia de empresa júnior teve larga aceitação pelos estudantes de muitas outras Universidades francesas que, a exemplo dos alunos da *ESSEC*, logo deram início à criação dessas entidades. Com isso, os estudantes pretendiam criar um diferencial que lhes garantisse vantagem na acirrada disputa por vagas no restrito mercado de trabalho. Foi então que o governo francês inseriu a proposta de criação de empresas juniores como parte de um projeto para a concepção de novos postos de trabalho, através da incrementação e criação de micro e pequenas empresas em Paris e, posteriormente, em toda a França (FEJESC, 2003).

### 3.2.2. A criação da CNJE

Em 1969, dois anos após a criação da *Junior-Entreprise*, cerca de vinte empresas juniores já haviam sido fundadas na França, com os mesmos moldes originais, constatando assim a necessidade da criação de um órgão representativo do movimento que, além de zelar pelos interesses dessas entidades, pudesse

promover a integração e o entendimento entre todas elas. Assim, neste mesmo ano foi criada a *CNJE – Confédération Nationale des Junior Entreprises*, com um quadro inicial de 20 membros, objetivando representar o Movimento Empresa Júnior e outras atividades afins no país, buscando dessa forma assegurar a legitimidade dos estudos realizados pelas associações filiadas (FEJESC, 2003).

No ano de 1986, um pouco mais de quinze anos após sua criação, a *CNJE* já contava com mais de cem empresas juniores confederadas, o que fortaleceu a difusão do conceito *Ej* para outros países do continente europeu, tais como: Bélgica, Espanha, Holanda, Alemanha, Portugal, Itália, Hungria e Suíça. O movimento, que de início era constituído apenas por estudantes de escolas de comércio e administração, já havia se estendido para outras áreas como arquitetura, engenharias, agronomia e veterinária (CNJE, 1999).

Rapidamente foram criadas novas confederações nacionais: a *FNJE – Fedeatic van Nederlandse* (Holanda); a *JEP – Júnior Empresas de Portugal*; a *CIJE – Confederazione Italiana Junior Enterprise*; a *USJE – Union Suisse des Junior Entreprises* (Suíça). Em 1987, uma rede de trabalhos entre as empresas juniores da Espanha, França e Suíça foi constituída. Em 1990, em Veneza, realizou-se o Primeiro Congresso Europeu de Empresas Juniores, que culminou no projeto de criação de uma Confederação Européia (DE MATOS, 1997).

Segundo o relatório anual da *CNJE* de 1989, foram computadas 113 empresas juniores francesas naquele ano (62 de engenharia; 35 de comércio; 12 mistas – engenharia e comércio; duas de comunicação; uma de arquitetura; e uma de veterinária). Dirigidas por cerca de 900 estudantes, representando um total de 12.000 membros, até a respectiva data essas empresas haviam realizado na ordem de 4.200 trabalhos, sendo a maioria deles estudos de mercado, estudos técnicos, análises financeiras, informática, comunicação e exportação, com um faturamento total próximo de US\$ 14 milhões (FEJESC, 2003).

### 3.2.3. A fundação da *JADE*

Em 1992, enfim, foi criada a Confederação Européia de Empresas Juniores, a *JADE – Junior Association for Development in Europe*, “uma organização internacional sem fins político-partidários e lucrativos com o objetivo de promover o

entrosamento entre estudantes europeus” (JADE, 2003). A entidade busca a implementação de projetos e a cooperação entre as empresas juniores dos diversos países membros através de uma rede de trabalhos, além de organizar congressos internacionais e encontros que proporcionam intercâmbio de experiência e entendimento intercultural.

Atualmente a JADE congrega cerca de 20.000 estudantes consultores juniores, distribuídos em aproximadamente 300 Ejs distribuídas nos 12 países que dela são membros. Segundo informações disponibilizadas pela própria JADE, essa organização, juntamente com a afiliada rede de empresas juniores no Brasil e com os diversos grupos de consultorias formados por estudantes em países não-membros, é uma das maiores redes de trabalhos formada por estudantes em todo o mundo (JADE, 2003).

Países externos à Europa também já contam com empresas juniores, como por exemplo, Canadá, Camarões, Marrocos, Japão e EUA, sempre preservando suas características originais a fim de manter e fortalecer a continuidade do movimento.

### 3.3. O MOVIMENTO EMPRESA JÚNIOR NO BRASIL

#### 3.3.1. Breve contextualização do movimento

O conceito de empresa júnior chegou ao Brasil em 1987, através da iniciativa do Sr. João Carlos Chaves, então diretor da Comissão de Pequenas e Médias Empresas da Câmara de Comércio Franco-Brasileira, sediada em São Paulo – SP. Conhecedor e entusiasta da experiência francesa, disseminou a idéia de organizar associações semelhantes junto a estudantes de administração de empresas, preocupados com a distância entre a teoria apresentada nas faculdades e as habilidades / experiências necessárias para um bom desempenho profissional. Neste mesmo ano, a Câmara de Comércio Franco-Brasileira ainda chegou a publicar o manual intitulado “Como Criar uma Empresa Júnior”, editado por ela mesma (DE MATOS, 1997).

Nesta época o país enfrentava problemas que, embora semelhantes aos que se passavam na Europa na década de 1960 – quando foi idealizado o movimento na

França – se manifestavam de forma muito mais severa: inflação superior a 2000% ao ano; recessão; véspera da primeira eleição direta para presidente após ditadura militar; entre outros elementos não muito favoráveis à criação de novos nichos de mercado (DE MATOS, 1997).

Da fase de primeiro contato com o conceito à idealização da primeira empresa júnior no Brasil, foram necessários dois anos para se compreender o funcionamento dessas associações, incluindo neste processo visitas, por parte de estudantes brasileiros, às empresas juniores francesas. Este trabalho inicial foi realizado com o intuito de estudar os seus estatutos e regimentos, tendo sempre em vista o desenvolvimento de um modelo adequado à realidade brasileira. Além da realização do processo de sensibilização de estudantes, professores e direção da instituição de ensino superior, para que fosse possível implementar este tipo de associação no país (DE MATOS, 1997).

Todavia, superadas as dificuldades iniciais, no ano de 1988, estudantes dos cursos de graduação em Administração e Economia da Fundação Getúlio Vargas – FGV/SP, se organizaram e fundaram a primeira empresa júnior da América Latina, a EJ-FGV, oferecendo assessoria nas áreas de organização e métodos, finanças, marketing e recursos humanos para pequenas e médias empresas (EJ-FGV).

Após a conclusão de seus primeiros projetos, a EJ-FGV lançou-se na mídia como um símbolo de sucesso e de viabilidade do Movimento Empresa Júnior no Brasil. Assim, a idéia propagou-se no meio acadêmico, incentivando estudantes de outras instituições de ensino a se organizarem e constituírem essas entidades.

Até meados de 1990, outras sete empresas juniores haviam sido criadas no Estado de São Paulo, a seguir: Júnior FAAP (curso de Administração da Fundação Armando Álvares Penteado); Júnior Mackenzie (cursos de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade Presbiteriana Mackenzie); FEA Júnior (cursos de Administração, Economia e Contabilidade da USP); Poli Júnior Estudos (cursos de Engenharia da Escola Politécnica da USP); Júnior Gepea (curso de Engenharia de Processos e Alimentos da UNICAMP); Júnior 3E (curso de Engenharia Elétrica da UNICAMP); e Mauá Júnior (cursos da Escola de Engenharia Mauá) (NOVAIS, 2000).

### 3.3.2. As primeiras dificuldades enfrentadas

As primeiras dificuldades enfrentadas pelas empresas juniores recém-constituídas no Brasil diziam respeito à falta de conhecimento, por parte dos empresários, tanto dos setores públicos e privados operantes no mercado, acerca dos serviços prestados por essas entidades. O meio empresarial as via com desconfiança, duvidando, muitas vezes, que uma instituição formada e gerenciada exclusivamente por estudantes de cursos de graduação pudesse desenvolver, de forma satisfatória, projetos e consultorias em suas diferentes áreas de atuação. Muito embora esse problema continue refreando a plena expansão do movimento, possivelmente o tempo e as experiências venham a atestar a qualidade e a ampla divulgação dos serviços prestados por essas instituições (DE MATOS, 1997).

Um segundo obstáculo, relativo à gestão das empresas juniores, é consequência da alta rotatividade dos membros que as compõem. Sendo constituídas exclusivamente por estudantes de graduação, seus membros são obrigados a deixá-las assim que concluem seus estudos universitários, impondo a admissão de novos membros e a constituição de um novo corpo gestor. As empresas juniores têm procurado superar este problema através da seleção de consultores dentre os alunos das primeiras fases dos cursos de graduação, permitindo que, pela admissão de membros cada vez mais jovens, haja uma relativa continuidade na composição de sua diretoria (DE MATOS, 1997).

### 3.3.3. A fundação da FEJESP

Em junho de 1990, quando o movimento empresa júnior experimentava sua franca expansão por todas as regiões do Brasil, as sete empresas juniores até então constituídas no Estado de São Paulo, fundaram a FEJESP – Federação das Empresas Juniores do Estado de São Paulo, estendendo dessa forma a "marca" empresa júnior às associações civis que tivessem finalidades semelhantes e atuassem de forma coerente com a filosofia do movimento, incluindo os baixos custos e a qualidade dos trabalhos executados. Rapidamente a FEJESP teve o ápice de suas atividades em 1992, a partir do 1º Fórum Estadual de Empresas



Juniore, realizado na UNICAMP, com a participação de cerca de 150 empresários juniores, representando um total de 25 empresas do estado (FEJESC, 2003).

No ano seguinte a FEJESP promoveu o I Encontro Nacional de Empresas Juniores (I ENEJ), com o intuito de divulgar o movimento e promover o intercâmbio e a integração entre as empresas juniores de todo o país. O sucesso do encontro fez com que o evento se constituísse em uma das tradições do movimento, passando a ser realizado anualmente, em constante rotatividade entre os estados brasileiros.

A partir daí, de acordo com as necessidades e representatividade do movimento em cada estado, outras federações foram sendo criadas, tais como: a FEJESBA – Federação das Empresas Juniores da Bahia – hoje conhecida por UNI-JR; e a FEJESC – Federação de Empresas Juniores do Estado de Santa Catarina, ambas fundadas em 1994 (FEJESC, 2003).

#### 3.3.4. A necessidade de uma representatividade a nível nacional

No III ENEJ, realizado em 1995 em Aracaju – SE, firmou-se, entre os dezesseis estados brasileiros ali representados, o compromisso de criar, a partir do ano seguinte, uma Confederação Brasileira de Empresas Juniores – CBEJ. Na ocasião, foram eleitos os dezesseis representantes estaduais que deveriam debater um projeto de estatuto da CBEJ, até então idealizado exclusivamente por estudantes ligados às empresas juniores do Estado de São Paulo (FEJESC, 2003).

Este projeto voltou a ser debatido em encontros subseqüentes. Todavia, além de haver pouco conhecimento acerca do assunto por parte de seus representantes, havia também uma imensa dificuldade de relacionamento e comunicação entre os mesmos, a fim de institucionalizar a Confederação.

Foi então que, em 1996, durante o IV ENEJ, realizado em Florianópolis – SC, a idéia de criação da CBEJ foi deixada de lado, dando lugar à criação de uma rede de comunicações baseadas na *Internet*, com o objetivo de desenvolver o contato entre as várias empresas juniores e as federações já consolidadas. Essa rede de trabalho foi denominada Rede Brasil Júnior que, logo após sua criação, passou a definir, da forma mais precisa possível, os preceitos e as diretrizes norteadoras do movimento, com o objetivo de possibilitar sua expansão de forma coerente aos seus ideais (FEJESC, 2003).

Após acirradas discussões acerca do regime estatutário e das metas que deveriam ser buscadas pela instituição representativa, foi apresentada e aprovada, durante o IX ENEJ, no ano de 2001 em Curitiba – PR, a proposta final da Rede Brasil Júnior, objetivando “estruturar as federações estaduais como último passo para a criação da Confederação Nacional” (FEJESC, 2003).

Instituída a Rede Brasil Júnior, imediatamente se iniciaram os primeiros debates acerca das metas propostas, no intuito de acelerar ao máximo o processo de criação da Confederação Brasileira de Empresas Juniores (FEJESC, 2003).

Dois anos depois, todas as medidas propostas pela Rede Brasil Júnior, somadas ao apoio de alguns setores da iniciativa privada e, em alguns casos, do próprio poder público, já haviam sido cumpridas, tornando cada vez mais otimistas as perspectivas de expansão do movimento no país (FEJESC, 2003).

Foi então que a Brasil Júnior – Confederação Brasileira de Empresas Juniores, foi fundada no XI ENEJ (“OXI ENEJ”), em agosto de 2003, em Salvador – BA. O evento contou com a presença de cerca de 1500 empresários juniores que se reuniram com o objetivo de discutir o potencial das Ejs para gerar ações mais estruturadas para a sociedade (BRASIL JUNIOR, 2003).

### 3.4. DADOS DO MEJ NACIONAL

Nos últimos três anos o movimento empresa júnior no Brasil tem se engrandecido e acelerado o processo de profissionalização de suas condutas e práticas. O MEJ tem chamado a atenção principalmente para o seu papel de capacitar o jovem universitário brasileiro, através da prática experimental de sua profissão e da gestão de uma micro-empresa; além de propiciar aos micro e pequenos empresários, ferramentas profissionais e tecnologia de ponta (LEVY, 2004).

Poucos setores no Brasil cresceram tanto nos últimos anos como o MEJ, que em 2003 movimentou cerca de R\$ 4,5 milhões, além de ter sediado a I Conferência Mundial das Empresas Juniores – I COMEJ, no ano de 2004, em Fortaleza – CE. O evento foi organizado pela Brasil Júnior, em parceria com a JADE – congregação europeia – e contou com cerca de 1.500 estudantes brasileiros e 500 estudantes europeus (LEVY, 2004).

Segundo o primeiro censo das empresas juniores do Brasil (BRASIL JÚNIOR, 2001), no país existem aproximadamente 15.000 empresários juniores – 3% dos universitários brasileiros – distribuídos em mais de 500 empresas juniores, espalhadas por 14 estados, entre Universidades e faculdades, o que confere ao país o maior número de Ejs no mundo. O perfil da Ej brasileira possui em média 05 anos de existência, com cerca de 25 consultores juniores em seu quadro efetivo. Juntas, elas desenvolvem a média anual de dois mil projetos e consultorias para micro e pequenos empresários. Mais da metade das Ejs (57%) é formada por alunos da área de Sociais Aplicadas, onde destacam-se os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas. Em segundo lugar estão as Ejs da área de Exatas (26%), com ênfase para os cursos de Engenharia. Em seguida estão as Ejs da área de Biológicas (9%); e por fim aquelas de cursos multidisciplinares (8%) (GRÁFICO 1).

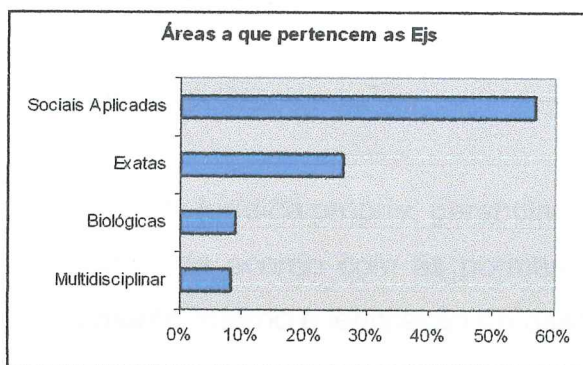
O censo também apontou que a região Sudeste concentra a maior parte das Ejs (47%). Em segundo lugar vem a região Sul (34%), seguida das regiões Nordeste (13%) e Centro Oeste (6%). No âmbito nacional, segundo o levantamento, 61% das Ejs estão localizadas em instituições públicas e 39% em instituições particulares (GRÁFICO 2). Entretanto, quando se compara esse dado entre as diferentes regiões, nota-se uma variação significativa. O Nordeste é a região onde a maior parte das Ejs (77%) pertence a Universidades públicas. Na seqüência estão as regiões Sul (64%), Sudeste (59%) e Centro Oeste (25%). Quanto às particulares, conseqüentemente a maior parte localiza-se no Centro Oeste (75%), seguido do Sudeste (41%), Sul (36%) e Nordeste (23%) (GRÁFICO 3).

De acordo com o levantamento, em 89% dos casos a iniciativa para formar a empresa júnior partiu dos próprios estudantes, seguida de 05% por parte dos professores, 05% da direção da instituição de ensino superior e 01% de alunos e professores conjuntamente. Os dados também revelaram que as Ejs recebem algum tipo de apoio das instituições das quais fazem parte, embora em muitos casos ainda exista a necessidade de maior reconhecimento do movimento júnior por parte das Instituições das IES. Em 44% dos casos estudados, há uma relação formalizada entre a Ej e a direção da instituição de ensino superior. Já em 37% dos casos, embora a direção reconheça e apóie a Ej, não há um vínculo formal entre os dois

lados. Em 18% dos casos, apesar de haver vínculo formal, isso não se traduz em apoio prático.

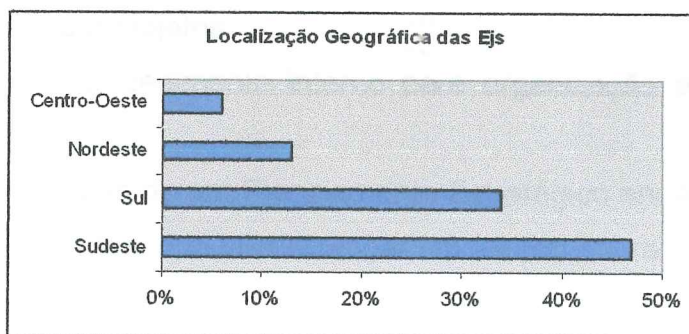
Quanto à organização jurídica, o censo revelou que 90% das Ejs pesquisadas possui estatuto registrado, enquanto que 10% possui estatuto sem registro e 0,5% não dispõe do documento. Ainda segundo o estudo, 95% tem Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), seguido de 4% que não possui, e 1% conta com o documento vinculado à outra instituição. Todas as Ejs do país são registradas como “associações civis e sem fins lucrativos”.

GRÁFICO 1 – ÁREAS A QUE PERTENCEM AS EMPRESAS JUNIORES NO BRASIL – 2001



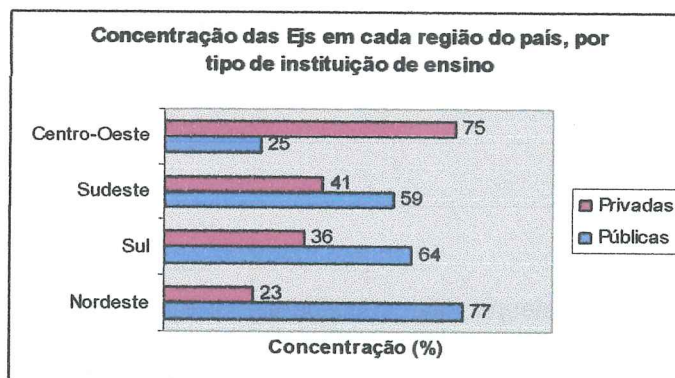
Fonte: Brasil Júnior, 2001.

GRÁFICO 2 – LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DAS EMPRESAS JUNIORES NO BRASIL – 2001



Fonte: Brasil Júnior, 2001.

GRÁFICO 3 – CONCENTRAÇÃO DAS EMPRESAS JUNIORES EM CADA REGIÃO DO PAÍS, POR TIPO DE INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR – 2001



Fonte: Brasil Júnior, 2001.

### 3.5. ASPECTOS ORGANIZACIONAIS E POSSÍVEIS PROJETOS A SEREM DESENVOLVIDOS POR EJS

Uma vez constituída, a empresa júnior é capaz de propiciar aos seus associados a oportunidade de desenvolvimento e aprimoramento de seus aspectos organizacionais, e principalmente a prestação de serviços relacionados à formação curricular do curso o qual a Ej encontra-se inserida. A seguir são apresentados alguns aspectos organizacionais possíveis de serem implementados em uma Ej, bem como os projetos, consultorias e atividades em geral, capazes de serem desenvolvidos por empresas juniores.

#### 3.5.1. Em relação aos aspectos organizacionais<sup>2</sup>

- As Ejs apresentam estrutura jurídica própria, gerenciada especificamente pelo seu corpo de associados, de acordo com as normas especificadas em seu próprio Estatuto, Regimento Interno e legislação de associações civis sem fins lucrativos;
- Controle gerencial empresarial nas áreas administrativo-financeira, recursos humanos, marketing e projetos;
- Elaboração de um procedimento interno para organização e condução de seus trabalhos;
- Elaboração e efetivação de um Planejamento Estratégico anual (formação de um conjunto de decisões, que visa alcançar um estado futuro desejado para o negócio em questão);
- Desenvolvimento de metodologias próprias de trabalho (no desenvolvimento de projetos e consultorias) para a condução de suas atividades;
- Elaboração e efetivação de um processo de seleção de novos membros da empresa;

---

<sup>2</sup> Os aspectos organizacionais supracitados são aqueles previstos nos Estatutos, Regimentos Internos e modelos de planos de trabalho, possíveis de serem obtidos junto à Brasil Júnior ou mesmo através das federações estaduais de Ejs.

- Elaboração e efetivação de métodos de avaliação de desempenho da empresa e de seus associados;
- Organização de um processo eleitoral para renovação do quadro de diretoria executiva;
- Elaboração de mecanismos de capacitação técnico-profissional de seus associados, como promoção e participação em cursos, palestras, workshops, eventos, etc;
- Elaboração de planos de marketing para divulgação de seus serviços;
- Negociação com clientes, patrocinadores, fornecedores e parceiros;
- Efetivação de contratos, parcerias, convênios, entre outras formas de relacionamento empresarial;
- Por possuírem representatividade jurídica, são capazes de gerar fundos próprios por meio da prestação de serviços e obtenção de patrocínios, entre outras formas de aquisição de recursos.

### 3.5.2. Em relação aos projetos, consultorias e atividades em geral

- Consultorias nas diversas áreas que compõem o campo disciplinar específico<sup>3</sup>;
- Desenvolvimento e assessoria em projetos e atividades de cunho social e formativo, principalmente aquelas relacionadas à formação curricular de seus associados;
- Promoção de atividades de educação e responsabilidade sócio-ambiental (individual ou conjuntamente com demais instituições que possuam semelhante foco de atuação);
- Promoção de atividades de complementação acadêmica, como palestras, cursos e eventos em geral, com caráter instrutivo e científico de acordo com os preceitos de estudo, pesquisa e extensão da instituição de ensino superior na qual a Ej está inserida.

---

<sup>3</sup> No caso das Ejs de Oceanografia abordadas neste estudo, ver detalhe em ANEXO 4.

### 3.6. DIFICULDADES OBSERVADAS NO MEJ

De forma geral, muitas das dificuldades que uma empresa júnior pode vir a enfrentar, tanto em termos gerenciais como no desenvolvimento de suas atividades e projetos, podem ser consideradas intrínsecas ao MEJ, de forma que são vivenciadas por praticamente todas as Ejs existentes, ainda que com repercussões distintas em cada uma delas.

As tabelas 1 e 2 a seguir sintetizam as principais dificuldades deparadas pelas Ejs do MEJ brasileiro, bem como suas possíveis causas e propostas de soluções e/ou mitigações para estes problemas<sup>4</sup>.

TABELA 1 - DIFICULDADES INTRÍNSECAS AO MEJ NO BRASIL: SUAS POSSÍVEIS CAUSAS E PROPOSTAS DE SOLUÇÕES / MITIGAÇÕES – 2003 – 2005

| Dificuldades                                                                                                                                       | Possíveis causas                                                                                                                                                           | Possíveis soluções / mitigações                                                                                                                                                                                                  |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Conhecimento técnico limitado (ou nulo).                                                                                                           | - Pouca especialização sobre o assunto por parte dos membros;<br>- pouco tempo de existência da Ej;<br>- poucos projetos na área.                                          | - Procura por orientação profissional (docentes, entre outros) adequada;<br>- busca por parcerias / desenvolv. conjunto de seus trabalhos.                                                                                       |
| Pouco tempo disponível para condução dos trabalhos.                                                                                                | - Boa parte do tempo ocupada por aulas e trabalhos de curso.                                                                                                               | - Busca pela otimização do tempo dedicado (p.ex: horários fixos de trabalho, com rodízio entre os membros).                                                                                                                      |
| Ausência de uma metodologia própria de trabalho.                                                                                                   | - Trabalhos muito diversificados, com pouca semelhança em seu conteúdo e metodologia de desenvolvimento.                                                                   | - Construção de relatórios e arquivos c/ o passo-a-passo dos trabalhos, de forma a facilitar sua execução futura;<br>- desenvolvimento de trabalhos em parceria com demais instituições;<br>- cursos / capacitação profissional. |
| Não-remuneração de seu quadro social.                                                                                                              | - Trabalho essencialmente voluntário, de acordo com os preceitos do MEJ.                                                                                                   | - Permitir a visualização de outras formas de ganho para os membros.                                                                                                                                                             |
| Troca de gestão de diretorias em um curto intervalo de tempo.                                                                                      | - Renovação anual do quadro de diretores da Ej; além da própria dinâmica de entrada e saída de alunos no curso.                                                            | - Procurar desenvolver um trabalho de capacitação dos futuros diretores da Ej com a devida antecedência;<br>- arquivamento de informações e métodos de gerenciamento das respectivas diretorias.                                 |
| Consolidação inicial de um caixa para sua estruturação mínima.                                                                                     | - Pouco conhecimento sobre as possíveis formas de se gerar recursos ou mesmo angariar parcerias e projetos para este fim.                                                  | - Busca por apoio / parceria institucional e financeiro de sua Universidade e de demais instituições interessadas em seus trabalhos.                                                                                             |
| A inexistência – ou o baixo número – de alunos em seu quadro social com perfil empreendedor, com espírito de liderança, criatividade e iniciativa. | - O desenvolvimento e aprimoramento destas características não são fáceis de serem alcançados, demandam tempo e não há garantias que venham realmente a existir algum dia. | - Procurar trabalhar o desenvolvimento dessas habilidades e/ou competências através da promoção de atividades de formação extracurriculares.                                                                                     |

<sup>4</sup> O conteúdo referente às tabelas 1 e 2, foi desenvolvido segundo a vivência do autor, ao longo de 03 anos de participação nos trabalhos e atividades relacionadas ao movimento empresa júnior.

TABELA 2 - DIFICULDADES ENCONTRADAS PELAS EMPRESAS JUNIORES, SE NÃO BEM TRABALHADOS OS SEUS PROCESSOS DE CONSTITUIÇÃO E CONSOLIDAÇÃO: SUAS POSSÍVEIS CAUSAS E PROPOSTAS DE SOLUÇÕES / MITIGAÇÕES – 2003 – 2005

| Dificuldades                                                                                                                                                                                               | Causas                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | Possíveis soluções / mitigações                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Falta de apoio concreto do curso/faculdade no qual a Ej está associada.                                                                                                                                    | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Não ter trabalhado o seu processo de constituição junto ao curso/faculdade;</li> <li>- falta de conhecimento por parte do curso sobre o assunto; de que forma pode apoiar a Ej, etc;</li> <li>- não-aprovação de seu processo de constituição por parte da IES.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Trabalho de intensa divulgação da Ej em questão para o curso, IES e alunos;</li> <li>- busca por parcerias para serviços e projetos; e outras formas de apoio (financeiro; infra-estrutura / capacitação profissional) em demais instituições possivelmente interessadas em seus trabalhos.</li> </ul>                                                                                |
| Pouca repercussão das Ejs no mercado / sociedade.                                                                                                                                                          | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Pouco tempo de existência da Ej;</li> <li>- poucos projetos desenvolvidos;</li> <li>- baixa qualidade nos serviços prestados;</li> <li>- falta de divulgação adequada de seus serviços.</li> </ul>                                                                         | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Pode ser uma questão de tempo, se bem conduzidos os seus trabalhos;</li> <li>- desenvolver cada vez mais projetos, mantendo um padrão de qualidade;</li> <li>- trabalho de maior divulgação da Ej;</li> <li>- procurar desenvolver atividades / serviços conjuntamente a demais instituições com relevância / participação da sociedade.</li> </ul>                                   |
| Centralização e sobrecarga de atividades na diretoria, podendo deixar a maior parte dos membros ociosos e desmotivados.                                                                                    | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ausência de planejamento participativo;</li> <li>- pouco trabalho desenvolvido pela diretoria em conjunto com o seu quadro social;</li> <li>- ausência de estudantes com perfil empreendedor.</li> </ul>                                                                   | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Construção do planejamento estratégico, com participação da maioria do quadro social da empresa;</li> <li>- controle das atividades desenvolvidas pela Ej, de forma a reorganizar e redistribuir tarefas a todos os membros;</li> <li>- capacitação freqüente de seu quadro social;</li> <li>- avaliação contínua de desempenho da empresa, bem como de seu quadro social.</li> </ul> |
| Desenvolvimento de atividades paralelas (estágio ou iniciação científica) por grande parte dos membros, não havendo a unidade necessária ao grupo e nem a visão clara do valor agregado ao empreendimento. | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ausência de planejamento participativo;</li> <li>- falta de objetividade na condução dos trabalhos da Ej;</li> <li>- pouca experiência e baixo grau de desenvolvimento da Ej;</li> <li>- pouco repasse de tarefas e informações p/ quadro social da Ej.</li> </ul>         | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Construção do planejamento estratégico, com participação da maioria do quadro social da empresa;</li> <li>- controle das atividades desenvolvidas pela Ej, de forma a reorganizar e redistribuir tarefas a todos os membros;</li> <li>- avaliação contínua de desempenho da empresa, e de seu quadro social.</li> </ul>                                                               |
| Dificuldade em manter a autonomia de gestão em relação à Universidade.                                                                                                                                     | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Não houve um grande comprometimento por parte dos alunos no processo de constituição da empresa, e sim dos professores e diretores da instituição de ensino superior;</li> <li>- a empresa não foi constituída legalmente com base nos preceitos do MEJ.</li> </ul>        | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Buscar desenvolver um trabalho de reorganização interna da Ej (em parceria com a Federação Estadual e/ou demais empresas juniores), de forma que os alunos estejam à frente da organização, desde seu processo de criação ao seu funcionamento e manutenção, bem como no desenvolvimento de todas as suas atividades.</li> </ul>                                                      |
| Conflitos com professores, estudantes de graduação e diretórios acadêmicos.                                                                                                                                | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de uma proposta clara de esclarecimento a respeito de suas finalidades, funcionamento e estrutura administrativa;</li> <li>- falta de um processo democrático de participação de quaisquer alunos de graduação em suas atividades e projetos.</li> </ul>             | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Procurar divulgar ao máximo os seus propósitos para toda a comunidade acadêmica, bem como as possíveis formas de participação da mesma em suas atividades e projetos;</li> <li>- Procurar prestar esclarecimentos de quaisquer ordens, sempre que solicitada.</li> </ul>                                                                                                              |



### 3.7. POSSÍVEIS BENEFÍCIOS ADVINDOS DO MEJ

Através da prestação de serviços e da realização de suas atividades gerenciais, uma empresa júnior é capaz de gerar benefícios para os seus associados nos âmbitos pessoal, acadêmico, profissional, bem como para a comunidade acadêmica onde está inserida, e para a sociedade em geral.

Segue abaixo uma síntese dos possíveis benefícios provindos do Movimento Empresa Júnior<sup>5</sup>.

#### 3.7.1. Benefícios acadêmicos

- a) Oportunidade de aprimoramento de conhecimentos adquiridos em sala de aula, ao aplicá-los em projetos e serviços;
- b) Busca por conteúdos multidisciplinares, provenientes de outras áreas de formação técnico-científica do ensino superior, essenciais para a gestão de uma pequena empresa;
- c) Fortalecimento da relação aluno-professor, e conseqüente intercâmbio de informações e conhecimentos entre ambos;
- d) Participação em um grupo organizado de estudantes, de interesses comuns, que pode vir a representar sua instituição de ensino em diversas atividades de cunho social e formativo.

#### 3.7.2. Benefícios profissionais

- a) Oportunidade de aprendizado e aperfeiçoamento prático de seus conhecimentos técnico-científicos (através das atividades e projetos desenvolvidos pela empresa júnior); com espaço e liberdade para participação e/ou acompanhamento nas diferentes etapas de planejamento e execução de projetos de cunho social e formativo, bem como participação democrática no planejamento e gestão de uma pequena empresa;

---

<sup>5</sup> O conteúdo referente aos possíveis benefícios provindos do MEJ foi desenvolvido segundo a vivência do autor, ao longo de 03 anos de participação nos trabalhos e atividades relacionadas ao movimento empresa júnior.

- b) Desenvolvimento de habilidades gerenciais e de trabalho, tais como organização, planejamento, responsabilidade, comprometimento, disciplina, pontualidade, negociação, intermediação de conflitos, trabalho em equipe, entre outras;
- c) Contato com profissionais e instituições do ramo; bem como contato com demais empresas juniores, através do desenvolvimento conjunto de atividades formativas, ou a partir da participação em atividades propostas pelas Federações, ampliando assim suas perspectivas de atuação profissional futura;
- d) Formação do caráter empreendedor e oportunidade de aperfeiçoamento de lideranças empresariais;
- e) Oportunidade de vivência fora do ambiente acadêmico propriamente dito, proporcionando uma visão mais próxima do que vem a ser o mercado de trabalho, e inclusive permitindo aos alunos identificarem falhas e oportunidades no mesmo.

### 3.7.3. Benefícios pessoais

- a) Oportunidade única de desenvolvimento pessoal e profissional com base no Código de Ética do Movimento Empresa Júnior (ANEXO 2) – o qual está aprimorado nos fundamentos éticos da consultoria em geral, nos princípios de convivência humana que devem ser compartilhados entre clientes, estudantes e empresários juniores enquanto indivíduos, e nos propósitos e filosofias do MEJ; e a condução de seus trabalhos a partir de um conjunto de crenças – Credo – e políticas norteadoras da empresa júnior, que constam no seu Planejamento Estratégico (ANEXO 3);
- b) Fomento à iniciativa, à autoconfiança e ao julgamento crítico por parte de seus associados – pontos imprescindíveis no desenvolvimento dos trabalhos das empresas juniores;
- c) Formação de estudantes mais humanitários, com maior respeito às diferenças, e com participação ativa na construção de uma nova consciência social que conduza a uma relação mais adequada entre o homem e o meio ambiente.

#### 3.7.4. Benefícios para as Universidades

- a) As Ejs propiciam um elo entre as Instituições de Ensino Superior – IES, e a sociedade em geral, principalmente através do desenvolvimento de projetos de extensão, de cunho social e formativo;
- b) As IES são favorecidas pela divulgação de seu perfil acadêmico-profissional, intrínseco ao desenvolvimento de projetos e atividades das Ejs; além da possibilidade de oferecerem uma oportunidade diferenciada de formação para o aluno;
- c) As Ejs fornecem demanda de serviços para as IES, as quais possuem participação direta de seu corpo técnico na orientação dos seus projetos e consultorias; dessa forma, as Ejs contribuem para o aperfeiçoamento e divulgação do corpo técnico das IES;
- d) Por possuírem uma estrutura organizacional consolidada, e de fácil acesso, as Ejs podem facilitar o próprio vínculo das IES com o seu corpo de alunos, seja com a finalidade de desenvolver projetos e atividades de cunho acadêmico-profissional, ou mesmo através de sua representatividade perante a sociedade.

#### 3.7.5. Benefícios para a sociedade

- a) As empresas juniores permitem que a sociedade tenha mais fácil acesso ao conhecimento e tecnologia atuais, sem que muitas vezes ela tenha de arcar com algum ônus; elas são capazes de trabalhar em prol do desenvolvimento local e de melhoras sociais e, em contrapartida, agregam conhecimento e experiências novas e ricas para os empresários juniores, fornecendo assim um retorno dos investimentos realizados pela sociedade na Universidade;
- b) As Ejs atuam como facilitadoras e fomentadoras do contato Universidade-sociedade, seja através da prestação de serviços ou mesmo fornecimento de informações; isso, por possuírem menos burocracia e não setorizarem por demais suas ações – diferentemente dos órgãos governamentais, os quais possuem uma estrutura altamente hierarquizada e subdividida, dificultando dessa forma a eficiência e rapidez na condução de seus trabalhos;

- c) As empresas juniores podem prestar assessoria em geral no desenvolvimento de projetos, atividades de cunho social e formativo, e habilidades gerenciais; bem como fornecer sua estrutura física e recursos humanos para a promoção das respectivas atividades;
- d) A sociedade passa a ter certa incidência na Universidade, que se coloca como importante canal de transferência de conhecimento a ela; dessa forma, a Ej mais uma vez propicia um veículo ágil de comunicação entre estes dois segmentos;
- e) A sociedade passa a fomentar o desenvolvimento de um grupo de trabalho um pouco mais consciente da realidade empresarial e socioeconômica brasileira, que possivelmente virá a atuar no mercado com maior comprometimento social e profissional;
- f) Por possuírem uma estrutura organizacional com representatividade jurídica própria, as Ejs podem vir a representar diversos segmentos da sociedade civil, de forma a favorecê-los no repasse de informações, serviços, e demais benefícios.

#### 4. METODOLOGIA DE PESQUISA

Quanto à informação já existente relativa ao MEJ, o presente trabalho foi fundamentado em uma revisão bibliográfica acerca dos conceitos e propósitos do mesmo, depois de uma breve revisão histórica de sua origem na França.

Quanto às informações geradas, o desenho da pesquisa procurou, principalmente, informação qualitativa que permitisse caracterizar as Ejs de Oceanografia existentes no Brasil, a fim de compreender suas potencialidades e limites para sua atuação na gestão ambiental costeira. Porém, na medida do possível, houve também a procura por dados quantitativos de cada uma delas, para sua análise individual e comparativa.

O fato de o autor ter vivenciado o MEJ nos últimos três anos, além de ter participado da criação da Maris – Empresa Júnior de Oceanografia – UFPR, e ainda fazer parte de seu corpo diretor, resulta em uma fonte de dados fundamental para o desenvolvimento deste trabalho. De certa forma esta característica se aproxima de uma técnica de pesquisa utilizada pelas ciências sociais, conhecida como observação participante, onde há uma intenção e um plano de observação prévio para com a pesquisa.

Em relação às informações apresentadas sobre as Ejs de Oceanografia alvos deste estudo, foram realizadas entrevistas com pelo menos dois representantes de cada uma delas, através de um questionário previamente estruturado (APÊNDICE 1), com perguntas abertas e fechadas, objetivando caracterizá-las quanto a sua organização, estrutura e serviços. Todas as entrevistas foram desenvolvidas durante o II Congresso Brasileiro de Oceanografia, em Vitória – ES, entre os dias 09 e 12 de outubro de 2005, e foram obtidos alguns dados complementares através de entrevistas posteriores por telefone ou e-mail, e consultas aos *sites* das respectivas Ejs.

No processamento da informação obtida, procurou-se descrever cada Ej e compará-las entre si, identificando os aspectos que as assemelham ou as diferenciam, mas visando, principalmente, a compreensão do conjunto.

Buscou-se entrevistar membros e ex-membros da diretoria executiva das Ejs, por possuírem maior conhecimento sobre os aspectos gerenciais de sua empresa,

além de apresentarem maior responsabilidade perante o grupo, e maior grau de confiabilidade sobre os resultados obtidos (TABELA 3).

TABELA 3 - MEMBROS ENTREVISTADOS EM CADA EJ DE OCEANOGRRAFIA, COM SEUS RESPECTIVOS ANOS DE CURSO E CARGOS OCUPADOS - 2005

| Ej / Entrevistados          | Ano de curso | Faz parte da Ej desde | Cargos ocupados anteriormente          | Cargo atual             |
|-----------------------------|--------------|-----------------------|----------------------------------------|-------------------------|
| <b>Ecoservice – RS</b>      |              |                       |                                        |                         |
| Guilherme Gonçalves Vieira  | 3º           | 2004                  | Nenhum                                 | Dir. Presidente         |
| João Pedro Pinheiro Vieira  | 3º           | 2004                  | Nenhum                                 | Dir. de Projetos        |
| <b>Ecoceano – ES</b>        |              |                       |                                        |                         |
| Bruno de Laquila Oliveira   | Já formado   | Fundador              | Dir. Presidente<br>Dir. Adm-financeiro | Nenhum                  |
| Nélio Augusto Secchin       | 4º           | Fundador              | Dir. de Projetos                       | Dir. Presidente         |
| <b>Maris – PR</b>           |              |                       |                                        |                         |
| Liziane Marcela Ceschim     | 3º           | 2004                  | Nenhum                                 | Dir. Adm-financeiro     |
| Rodrigo Luiz Honorato       | 5º           | Fundador              | Vice Dir.<br>Recursos Humanos          | Dir. Presidente         |
| <b>IO Jr. – SP</b>          |              |                       |                                        |                         |
| André Lanfer Márquez        | 4º           | Fundador              | Dir. Presidente                        | Dir. Presidente         |
| Gustavo Mastrorocco Marques | 4º           | Fundador              | Vice Dir.<br>Presidente                | Vice Dir.<br>Presidente |
| <b>Nauta – RJ</b>           |              |                       |                                        |                         |
| Alex Bernal*                | 4º           | Fundador              | Dir. de Qualidade                      | Dir. Presidente         |
| Carlos Frederico Marins*    | 4º           | Fundador              | Dir. Presidente                        | Dir. de Marketing       |

NOTA: \* No ano de 2004, ainda quando a Nauta encontrava-se incipiente – a Ej fora fundada oficialmente em 2005 – ambos os diretores citados na relação acima tiveram um curto período de experiência nos cargos anteriores àqueles exercidos por eles atualmente.

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 5.1. HISTÓRICO DE CONSTITUIÇÃO DAS EJS DE OCEANOGRAFIA NO BRASIL

#### 5.1.1. Ejs de Oceanografia existentes

Nos últimos 6 anos iniciou-se o processo de criação de Ejs de Oceanografia no Brasil (APÊNDICE 2). Em 1999, fundou-se a Ecoservice, na FURG (Rio Grande do Sul), seguida em 2003 pela formação da Oceânica, na UNIVALI (Santa Catarina), da Ecoceano, na UFES (Espírito Santo), e da Maris, na UFPR (Paraná). Em 2004, se formou a IO Jr., na USP (São Paulo); e em 2005, a Nauta, na UERJ (Rio de Janeiro), restando ainda mais uma Ej em processo de formação, na UFPA (Pará) (TABELA 4). Isso quer dizer que a iniciativa de se formar EJs aconteceu em 7 dos 9 cursos de oceanografia existentes no Brasil, ficando de fora apenas aqueles pertencentes às Universidades Unimonte (São Paulo) e UFBA (Bahia).

Quando se observa o tipo de universidade em que as EJs estão presentes, constata-se que 6 pertencem à instituições públicas e apenas uma pertence a uma universidade privada. Sendo que no Brasil há um total de 7 cursos de oceanografia em universidades públicas, e 2 cursos em universidades privadas, as EJs estão presentes em 86% dos cursos públicos e em 50% dos cursos privados.

TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO DAS EJS DE OCEANOGRAFIA, POR ANO DE FORMAÇÃO, UNIVERSIDADE A QUAL PERTENCEM E UF / REGIÃO DO PAÍS ONDE SE LOCALIZAM - 2005

| Empresa Júnior | Ano de Origem | Universidade | Tipo de Universidade |            | Estado / Região |            |            |
|----------------|---------------|--------------|----------------------|------------|-----------------|------------|------------|
|                |               |              | Pública              | Particular | Sul             | Sudeste    | Norte      |
| Ecoservice     | 1999          | FURG         | X                    |            | RS              |            |            |
| Oceânica       | 2003          | UNIVALI      |                      | X          | SC              |            |            |
| Ecoceano       | 2003          | UFES         | X                    |            |                 | ES         |            |
| Maris          | 2003          | UFPR         | X                    |            | PR              |            |            |
| IO Jr.         | 2004          | USP          | X                    |            |                 | SP         |            |
| Nauta          | 2005          | UERJ         | X                    |            |                 | RJ         |            |
| Em formação    | 2005          | UFPA         | X                    |            |                 |            | PA         |
| <b>TOTAL</b>   |               | <b>7</b>     | <b>6</b>             | <b>1</b>   | <b>3</b>        | <b>3</b>   | <b>1</b>   |
| <b>%</b>       |               | <b>100%</b>  | <b>86%</b>           | <b>14%</b> | <b>43%</b>      | <b>43%</b> | <b>14%</b> |

Fonte: pesquisa de campo (2005)

Em relação às regiões onde as EJs estão presentes, 3 delas (43%) pertencem à região Sul; outras 3 (43%) ao Sudeste; e o restante (14%) ao Norte, sendo que o processo de criação se iniciou no sul, seguiu pelo Sudeste, e está agora compreendendo também a Região Norte (TABELA 4).

O presente estudo abrangeu somente as Ejs já consolidadas e em funcionamento. Desconsiderou-se a Oceânica – Univali/SC, pela não continuidade de seus trabalhos no presente ano desta pesquisa, bem como a Ej da UFPA, por ainda estar em processo de constituição.

#### 5.1.2. Uma breve contextualização da criação de cada Ej

A empresa júnior em Oceanografia pioneira no Brasil é a Ecoservice – RS, fundada em maio de 1999, época em que ainda não havia uma federação de Ejs consolidada no respectivo estado, e nem uma boa representatividade do MEJ, a nível nacional. A partir de uma reportagem sobre o movimento, apresentada por uma professora em sala de aula, em um primeiro momento, um grupo composto por três estudantes, buscou coletar informações acerca do movimento junto à Federação Estadual de Empresas Juniores do Estado de São Paulo – FEJESP, através do “Kit FEJESP”<sup>6</sup>.

Em março de 2003, quase quatro anos após a fundação da primeira Ej na área, dois estudantes da Universidade Federal do Espírito Santo iniciaram os trabalhos necessários para a criação da Ecoceano. A iniciativa foi tomada após terem participado da XIV Semana Nacional de Oceanografia, em Rio Grande – RS, onde os membros da Ecoservice realizaram um *workshop* sobre prestação de serviços na área, com enfoque para os trabalhos realizados pela Ej da FURG. Os capixabas enfrentaram um cenário semelhante ao da Ecoservice: ausência de uma federação no estado. Ainda, passava-se por um período de acirradas discussões acerca da criação da Confederação Nacional de Empresas Juniores, o que mais uma vez não possibilitou a uma Ej da área a coleta de informações sobre o MEJ.

---

<sup>6</sup> Esse kit trata-se de um conjunto de documentos e informações que fornecem o passo-a-passo para a constituição de uma empresa júnior.



Novamente o “kit FEJESP” foi fundamental no processo de constituição de uma Ej. Este grupo, inclusive, já pôde contar com o apoio da Ecoservice, que forneceu sua documentação de registro como modelo para constituição da Ecoceano.

Em agosto deste mesmo ano houve a fundação da Maris, a partir da iniciativa de três estudantes da Universidade Federal do Paraná, do curso de Oceanografia, na época intitulado Ciências do Mar. Novamente um professor chamou a atenção dos alunos para a importância de se constituir um movimento de trabalho organizado e gerenciado por eles mesmos, como alternativa ao primeiro emprego. Houve também a presença de alunos – que posteriormente participaram da fundação da Maris – naquele mesmo *workshop* fornecido pela Ecoservice, durante a XIV SNO. No caso, a Maris pôde coletar um maior número de informações acerca do movimento, pois neste mesmo mês havia sido fundada a Brasil Júnior – Confederação Brasileira de Empresas Juniores, durante o “XI ENEJ – Encontro Nacional de Empresas Juniores”, na Cidade de Salvador, BA. Assim sendo, além do “Kit FEJESP”, do apoio de sua federação correspondente – Federação das Empresas Juniores do Estado do Paraná – FEJEPAR, e da busca de informações a respeito do funcionamento das demais empresas juniores de Oceanografia, a Maris teve acesso ao Conceito Nacional de Empresa Júnior (ANEXO 5) e ao Código de Ética do Movimento, ambos considerados documentos máximos de orientação de conduta do MEJ, no Brasil.

Em setembro de 2004, pouco mais de um ano após a criação da Brasil Júnior, foi a vez dos estudantes de Oceanografia da Universidade de São Paulo – USP, fundarem a IO Jr. Este grupo (num primeiro momento dois estudantes) obteve um leque de informações ainda maior para o processo de constituição de sua Ej, somando às informações anteriormente coletadas pela Maris, o apoio multidisciplinar do Núcleo USP de Empresas Juniores, formado por Ejs de economia, administração, ciências contábeis e geografia, que os forneceu assessoria jurídica no processo de constituição de sua empresa.

A Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ abriga a Ej mais recente na área, a Nauta, constituída legalmente em junho de 2005, apesar de estar em funcionamento desde meados de 2004. Certamente este grupo de estudantes (de início não muito reduzido, cerca de oito) foi o mais privilegiado de informações acerca do MEJ e a respeito do processo de constituição e funcionamento das outras

Ejs de Oceanografia. A Nauta ainda pôde contar com o apoio inicial de sua federação correspondente – a RIO JÚNIOR, uma das mais fortes e atuantes do movimento a nível nacional, que proferiu palestras a respeito do MEJ, bem como forneceu documentação acerca do movimento.

### 5.1.3. Elementos utilizados pelas Ejs em suas propostas de criação e posterior divulgação, principais apoios e dificuldades observados neste processo

Na busca de compreender as dificuldades iniciais das Ejs, procurou-se conhecer os elementos contidos nas suas propostas de criação, tendo o dado de sua presença integral ou parcial (TABELA 5). Parte-se da consideração de que estas definições expressam o grau de amadurecimento dos membros em relação ao objetivo proposto, assim como indica a possibilidade ou não de comunicar este objetivo à sua comunidade acadêmica.

TABELA 5 - ELEMENTOS CONTIDOS NAS PROPOSTAS DE CRIAÇÃO DAS EJS DE OCEANOGRAFIA DO BRASIL – 2005

| Elementos                                                                                                                                                                                                                              | Ecoservice |   | Ecoceano |   | Maris |   | IO Jr. |   | Nauta |   |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|---|----------|---|-------|---|--------|---|-------|---|
|                                                                                                                                                                                                                                        | I          | P | I        | P | I     | P | I      | P | I     | P |
| a. Sua finalidade                                                                                                                                                                                                                      | X          |   | X        |   | X     |   | X      |   | X     |   |
| b. Público-alvo                                                                                                                                                                                                                        | X          |   | X        |   | X     |   | X      |   | X     |   |
| c. Detalhes de sua estrutura administrativa, organização interna e funcionamento                                                                                                                                                       | X          |   | X        |   | X     |   | X      |   |       | X |
| d. Formas de relacionamento com alunos (possíveis formas de participação e colaboração em seus serviços e atividades)                                                                                                                  | X          |   |          | X |       | X | X      |   | X     |   |
| e. Formas de relacionamento com professores/laboratórios (possíveis formas de participação e colaboração em seus serviços e atividades)                                                                                                | X          |   |          | X |       | X | X      |   | X     |   |
| f. Formas de relacionamento com unidades administrativas da Universidade (coordenação do curso, departamentos de assuntos estudantis, etc.) especificando possíveis formas de participação e colaboração em seus serviços e atividades | X          |   |          | X |       | X | X      |   |       | X |

\*NOTA: I – elementos contidos de forma integral; P – elementos contidos de forma parcial.

Fonte: pesquisa de campo (2005)

Os itens relevantes, nesse sentido, são: a) finalidade de criação da Ej; b) público-alvo (a quem se destina); c) detalhes de sua estrutura administrativa, organização interna e funcionamento; d) esclarecimento quanto às formas de relacionamento com alunos (possíveis formas de participação e colaboração em seus serviços e atividades); e) esclarecimento quanto às formas de relacionamento com professores/laboratórios, e; f) esclarecimento quanto às formas de relacionamento com unidades administrativas da Universidade.

A Ecoservice definiu todos eles de maneira integral; tanto a Ecoceano quanto a Maris definiram os itens a), b), c) de maneira integral, e os itens d), e), f) de maneira parcial; a IO Jr. também definiu todos os itens de maneira integral; e por fim, a Nauta definiu os itens a), b), d), e) de maneira integral, e os itens c), f) de maneira parcial.

Pelo fato de a Ecoservice e a IO Jr. terem elaborado uma proposta de criação de suas Ejs a mais completa possível, e ainda terem afirmado divulgá-la aos alunos, professores e unidades administrativas de suas Universidades, esperava-se que estas Ejs recebessem algum apoio de sua instituição de ensino no seu processo de constituição, ou que pelo menos fossem reconhecidas pelas mesmas.

No caso da Ecoservice, em parte, a afirmação anterior é verdadeira. Houve apoio de determinados departamentos da Universidade, como o de Geociências, o qual cedeu o espaço físico à Ej, e o Departamento Jurídico, que forneceu assessoria no processo de institucionalização da empresa. Porém, houve – e ainda há – certa oposição ao movimento empresa júnior por parte de alguns centros acadêmicos e do Diretório Central dos Estudantes cursos da FURG. Isto porque essas associações interpretam o MEJ como um processo de privatização das instituições de ensino superior públicas. Essa oposição se dá, quiçá pela falta de esclarecimentos suficientes por parte da Ej em relação aos seus objetivos, detalhes de sua estrutura administrativa, organização interna e funcionamento. Também foi apontada pela Ecoservice a problemática relacionada à falta de engajamento inicial dos alunos no processo de gestão da Ej, muito provável também por falta de esclarecimentos e informações a respeito do MEJ.

A IO Jr., aparentemente, foi a que melhor se saiu neste processo, recebendo total apoio por parte do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo – IO-USP, e demais unidades administrativas às quais foram solicitadas. Uma das causas

para ter havido uma boa resposta por parte do IO-USP pode ter sido o fato de já existir uma quantidade razoável de empresas juniores na USP, além do Núcleo USP de Ejs ter apoiado essa iniciativa. Já de início a IO Jr. desenvolveu um projeto-piloto para sua instituição de ensino, com objetivo de divulgar o perfil do profissional e a profissão de oceanógrafo em escolas e cursos pré-vestibulares da Cidade de São Paulo. Em contrapartida, recebeu por parte da Universidade ajuda de custo, assessoria jurídica, e espaço físico para instituir sua empresa. Como principal dificuldade observada em seu processo de constituição, a IO Jr. apontou o fato de parte do grupo, que adquiriu responsabilidades durante a abertura da empresa, não ter cumprido satisfatoriamente os seus afazeres, o que retardou seu processo de constituição.

A Ecoceano também procurou elaborar uma proposta de divulgação de sua Ej contendo a maior parte dos elementos de forma pertinente. Porém, ela somente divulgou sua proposta conforme o grau de interesse dos alunos, professores e unidades administrativas de sua Universidade, o que aparentemente não prejudicou a empresa em um primeiro momento. Inclusive, já de início, a Ecoceano recebeu apoio financeiro da Fundação da UFES, além de espaço físico e material gráfico para sua divulgação.

A Nauta também foi bem sucedida neste processo, por ter recebido apoio da direção do setor e da coordenação do curso, desde a iniciativa de sua criação, recebendo, inclusive, uma pequena sala para instalação de sua sede. Houve também apoio por parte do Centro de Produção da UERJ – CEPUERJ, uma fundação de captação de recursos para a Universidade, a qual forneceu apoio estrutural, financeiro e institucional à Ej, em conjunto com o CETREINA – Centro de Treinamentos da UERJ.

A Maris talvez tenha sido a empresa que mais dificuldades encontrou em seu processo criação. Apesar de ter havido um trabalho de divulgação de sua proposta na maior parte dos laboratórios de seu departamento, e inclusive a confecção de cartilhas contendo informações sobre sua Ej, as quais foram entregues em mãos aos professores e técnicos do curso, praticamente não foi fornecido à Ej apoio de nenhuma natureza. Houve, no entanto, uma mobilização por parte de seus associados no levantamento de recursos para que fosse possível registrar a empresa. É provável que o fato de não ter havido apoio da instituição tenha ocorrido

novamente por falta de esclarecimentos ao corpo docente e unidades administrativas.

Apontadas pela Nauta como principais dificuldades nesta etapa de constituição, vale destacar que tratam-se de situações intrínsecas a este processo. Circunstâncias vivenciadas em praticamente todas as Ejs do MEJ no Brasil: a falta de experiência por parte dos membros a respeito dos processos de gestão de uma pequena empresa; resistência de alguns professores e alunos pela falta de conhecimento sobre o MEJ; informações incompletas sobre como abrir e gerenciar uma Ej. Houve também grandes dificuldades de adequação dos documentos da Ej ao novo código civil, além de este ser um processo altamente burocrático e demorado. Não há uma categoria própria de registro de uma EJ perante a legislação brasileira, de forma que uma Ej é registrada como "outras formas de associação", o que implica ausência de atribuições específicas para a conduta do MEJ no país.

## 5.2. COMPOSIÇÃO ATUAL E MECANISMOS DE INGRESSO E SELEÇÃO DE MEMBROS, DIRETORIAS E CONSELHO

A estrutura organizacional de uma Ej pode variar de empresa para empresa. Em geral, o seu quadro efetivo<sup>7</sup> prevê duas categorias de membros:

- a) Membros efetivos: estudantes do curso de graduação o qual a Ej encontra-se associada, que geralmente são submetidos a um processo de seleção para ingressarem na empresa. Uma vez efetivados, têm direito a comparecerem e votarem nas Assembléias Gerais da Ej – órgão máximo deliberativo da associação, composto por diretores e membros efetivos – bem como candidatarem-se aos cargos da Diretoria Executiva e Conselho;
- b) Membros honorários: pessoa física ou jurídica que tenha prestado ou esteja prestando relevantes serviços para o desenvolvimento dos objetivos da Ej em questão, e/ou interessada na integração Empresa /

---

<sup>7</sup> Entende-se por quadro efetivo a relação de todos os membros que fazem parte do quadro social da empresa.

Universidade, contribuindo com aportes financeiros para a condução e consecução de suas atividades;

Em geral, a Diretoria Executiva<sup>8</sup> de uma Ej apresenta a seguinte configuração: Diretor Presidente (e vice); Diretor Financeiro (e vice); Diretor de Projetos (e vice); Diretor de Marketing (e vice), e; Diretor de Recursos Humanos (e vice). Em quaisquer atos que envolvam obrigações sociais, inclusive assinatura de contratos, emissão de cheques, ordens de pagamento e na constituição de procuradores, em geral a Ej é representada pelo Diretor Presidente, ou na sua ausência pelo Vice-Diretor Presidente, e pelo Diretor Financeiro, ou na sua ausência pelo Vice-Diretor Financeiro.

Pode ainda existir um Conselho Consultivo e/ou Fiscal, podendo este ser deliberativo ou não, no que diz respeito às decisões de diretoria e Assembléia Geral. Basicamente, compete ao Conselho da Ej examinar e emitir parecer sobre as demonstrações financeiras, relatórios de atividades e orçamentos apresentados pela Diretoria Executiva. Quando composto por ex-membros, ele pode vir também a assessorar os serviços e atividades gerenciais da Ej.

A quantidade de membros do quadro efetivo, bem como os processos de recrutamento e seleção de novos integrantes mostraram-se bem particulares em cada uma das Ejs de Oceanografia abordadas neste estudo.

A composição do quadro social de todas as Ejs de oceanografia estudadas é exclusivamente formada por alunos de graduação, não apresentando, portanto, nem alunos formados, nem professores, nem outros tipos de membros que não estudantes em situação ativa no curso. Tal fato indica o cumprimento das orientações do MEJ, nesse sentido. O número atual de integrantes (out. 2005) é de: 114 para a Ecoservice, sendo que 10 deles fazem parte da diretoria executiva da Ej; 7 para a Ecoceano, todos diretores; 30 para a Maris, sendo 10 diretores; 26 para a IO Jr., sendo 12 diretores, e; 11 para a Nauta, sendo todos diretores (TABELA 6).

Em relação à distribuição de seus membros por ano de curso, a Ecoservice apresenta cerca de 30 alunos no 1º ano, 25 no 2º, 24 no 3º, 25 no 4º, e 10 no 5º. A Ecoceano apresenta 2 membros no 2º ano, 4 no 3º, e 1 no 4º. A Maris possui 10

---

<sup>8</sup> Para maiores detalhes quanto às atribuições da Diretoria Executiva e Conselho da Ej, ver modelos de Estatuto (ANEXO 6) e Regimento Interno da Ecoceano (ANEXO 7).

membros cursando o 1º ano, 4 o 2º, 8 o 3º, 5 o 4º e 3 o 5º. Na Nauta há 1 estudante no 1º ano de curso, 3 no 3º, 6 no 4º e 1 no 5º (TABELA 6).

TABELA 6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO SOCIAL DE CADA EJ DE OCEANOGRAFIA. DISTRIBUIÇÃO DE SEUS MEMBROS, POR ANO DE CURSO – 2005

|                   | Estudantes (ano de curso) |    |    |    |    |    | Formados | Professores | Outros (especificar) |
|-------------------|---------------------------|----|----|----|----|----|----------|-------------|----------------------|
|                   | Total                     | 1º | 2º | 3º | 4º | 5º |          |             |                      |
| <b>Ecoservice</b> |                           |    |    |    |    |    |          |             |                      |
| Membros           | 114*                      | 30 | 25 | 24 | 25 | 10 | 0        | 0           | 0                    |
| Conselho          | 0                         | 0  | 0  | 0  | 0  | 0  | 0        | 0           | 0                    |
| Diretoria         | 10                        | 1  | 2  | 4  | 2  | 1  | 0        | 0           | 0                    |
| <b>Ecoceano</b>   |                           |    |    |    |    |    |          |             |                      |
| Membros           | 7                         | 0  | 2  | 4  | 1  | 0  | 0        | 0           | 0                    |
| Conselho          | 0                         | 0  | 0  | 0  | 0  | 0  | 0        | 0           | 0                    |
| Diretoria         | 7                         | 0  | 2  | 4  | 1  | 0  | 0        | 0           | 0                    |
| <b>Maris</b>      |                           |    |    |    |    |    |          |             |                      |
| Membros           | 30                        | 10 | 4  | 8  | 5  | 3  | 0        | 0           | 0                    |
| Conselho          | 3                         | 0  | 0  | 0  | 3  | 0  | 0        | 0           | 0                    |
| Diretoria         | 10                        | 0  | 0  | 5  | 2  | 3  | 0        | 0           | 0                    |
| <b>IO Jr.</b>     |                           |    |    |    |    |    |          |             |                      |
| Membros           | 26*                       | 12 | 0  | 0  | 0  | 0  | 0        | 0           | 0                    |
| Conselho          | 0                         | 0  | 1  | 1  | 0  | 0  | 0        | 0           | 0                    |
| Diretoria         | 12                        | 0  | 7  | 2  | 3  | 0  | 0        | 0           | 0                    |
| <b>Nauta</b>      |                           |    |    |    |    |    |          |             |                      |
| Membros           | 11                        | 1  | 0  | 3  | 6  | 1  | 0        | 0           | 0                    |
| Conselho          | 0                         | 0  | 0  | 0  | 0  | 0  | 0        | 0           | 0                    |
| Diretoria         | 11                        | 1  | 0  | 3  | 6  | 1  | 0        | 0           | 0                    |

NOTA: \* Números aproximados

Fonte: pesquisa de campo (2005)

No caso da Ecoservice, atualmente, o mecanismo de ingresso de novos membros é um simples cadastro anual gratuito do aluno do curso junto à Diretoria de Recursos Humanos da Ej. Isso justifica o grande número de integrantes em seu quadro efetivo. Ao início de cada ano, um novo cadastro é realizado, sendo automaticamente desligados do quadro efetivo da Ej os membros que não se recadastrarem. Este mecanismo em si não garante ao seu quadro efetivo uma configuração de qualidade e preparação adequada para o desenvolvimento dos trabalhos da Ej, já que não há um processo de seleção de membros com base no perfil de consultores que a empresa necessita para seu bom desempenho. E também não garante a continuidade de seus serviços, pois torna-se imprevisível o desligamento de seus associados. Atualmente a Ecoservice não apresenta membros no Conselho, pois este não está previsto em seu Estatuto. A distribuição de seus membros por ano de curso é bastante homogênea, com exceção dos integrantes que se encontram no 5º ano, provavelmente pela proximidade de conclusão e, conseqüentemente, não dispõem de tempo para os trabalhos da Ej. Já a maior parte

dos diretores da empresa encontra-se cursando o 3º ano, o que é interessante do ponto de vista estratégico da Ej, pelo fato de estes alunos terem a oportunidade de desenvolver um trabalho mais completo com os mais novos, para que estes futuramente possam assumir a gestão da Ej. A condição para que um aluno venha a ser diretor é que esse faça parte do quadro efetivo da empresa, sendo que sua inscrição para as eleições ocorre através da formação de chapas. Ao final do mandato – que tem duração de um ano –, o membro diretor poderá renová-lo por mais um ano, novamente por meio de inscrição em chapa, desde que não seja para o mesmo cargo ocupado por ele na gestão anterior.

A Ecoceano contém um número bastante reduzido em seu quadro efetivo (7), composto apenas por diretores. Apresenta-se como justificativa o fato de haver poucos alunos no curso de graduação – cerca de 110, ao todo, boa parte envolvida com estágios e trabalhos de conclusão de curso, além de não haver grande interesse por parte desses. Segundo os entrevistados, quando este interesse existe, não se tem um bom grau de comprometimento, pois o serviço é pesado e despende um tempo razoável para sua execução, e poucas pessoas conseguem visualizar a gratificação de se fazer parte de uma empresa júnior e do MEJ.

Apesar disso, a Ecoceano apresenta em sua organização a categoria de Membro Associado, capaz de abrigar qualquer aluno do curso de graduação em Oceanografia que preencher um formulário junto à Diretoria de Recursos Humanos da Ej, podendo esse ser eventualmente contratado para um serviço. Desde que haja um processo de seleção dos candidatos, com base nas qualidades necessárias para a execução de um serviço específico, não há nenhum problema em adotar esse mecanismo.

A Ecoceano possui um Conselho formalizado em Estatuto, mas que não está em funcionamento. Porém, sempre que possível, ela procura contar com a colaboração externa de seus ex-membros no desenvolvimento de consultorias e projetos, bem como na organização dos aspectos gerenciais da Ej.

O processo de escolha e aprovação de seus diretores é feito por indicação de antigos membros e diretores, que procuram optar por um cargo de acordo com afinidade aos demais diretores, e identificação com a respectiva área de interesse de gestão. Ao final do mandato – novamente com duração de um ano, o membro diretor poderá renová-lo por mais um ano, sendo que os diretores procuram



estabelecer um sistema de rodízio entre eles para que haja novas experiências em cargos distintos. Em parte, a adoção deste mecanismo se justifica pelo fato de haver poucos membros na Ej, mas para um grupo maior não se recomenda este procedimento, pois pode haver a formação de grupos de trabalho com base em interesses individuais, o que pode vir a prejudicar o todo.

Hoje cerca de 30 membros compõem o quadro social da Maris, sendo sua maior parte alunos do 1º ano do curso, período em que a Ej procura recrutar um grande número de candidatos, por estes possuírem um razoável tempo livre para ser despendido nos trabalhos da empresa.

O processo de recrutamento e seleção de novos membros da Maris ocorre ao início de cada ano letivo. Este é organizado em diferentes etapas, a fim de avaliar da maneira mais abrangente possível o perfil dos candidatos interessados em compor o quadro efetivo da empresa.

A Maris possui um Conselho formalizado em Estatuto, composto por três membros de sua Ej, escolhidos e aprovados anualmente em Assembléia Geral, mas que não estão atuantes por falta de capacitação técnica para isso. Juntamente ao processo de eleição e aprovação do Conselho, há também o processo de renovação do quadro diretor da Ej, onde quaisquer candidatos, desde que façam parte do quadro efetivo da empresa, podem concorrer aos cargos individualmente, podendo estender o seu mandato por mais um ano, mediante aprovação em Assembléia para este fim.

Similarmente ao que ocorre na Ecoservice, a maior parte dos diretores da empresa está no 3º ano de curso (5), pois houve um trabalho de conscientização da gestão passada para que não houvesse uma grande quantidade de diretores nos dois últimos anos de curso, nos quais os alunos dispõem de menos tempo para os trabalhos da Ej.

A IO Jr. possui um programa *trainee*, onde os alunos de Oceanografia interessados em fazer parte da Ej se inscrevem uma vez ao ano, onde assistem palestras e estudos de caso por um período de três a quatro meses. Os assuntos dizem respeito ao funcionamento da Ej e aos projetos e consultorias desenvolvidos e em curso, sendo que ao final deste programa tornam-se membros efetivos da empresa. Seu quadro social apresenta atualmente cerca de 26 alunos, sendo sua maioria pertencente ao 1º ano (12), possivelmente como estratégia similar à Maris.

Pelo fato de o curso de graduação em Oceanografia da USP ser bem recente, ainda não há alunos cursando o 5º ano, sendo que a previsão para a formação da primeira turma é para o final de 2006.

Assim como a Maris, a IO Jr. possui um Conselho formalizado em Estatuto, teoricamente composto por dois ex-diretores de sua Ej – a empresa encontra-se ainda em sua primeira gestão – escolhidos e eleitos anualmente em Assembléia Geral. Juntamente ao processo de eleição e aprovação do Conselho, há também o processo de renovação do quadro diretor da Ej onde, uma vez membro efetivo, o candidato pode concorrer aos diversos cargos de diretoria existentes, de forma individual, com exceção do cargo de Diretor Presidente, que exige que o candidato tenha sido diretor em alguma gestão anterior a sua. Seu mandato pode ser renovado por mais um ano, mediante aprovação em Assembléia. Mais uma vez há uma boa concentração de diretores nos primeiros anos de curso, provavelmente pelas mesmas razões adotadas pela Ecoservice e pela Maris.

A Nauta é composta somente por diretores, num total de 11, com uma grande concentração de membros no 4º ano do curso. Recentemente fundada, sua diretoria não participou de nenhum processo de eleição – apesar de estar previsto em seu Estatuto, nos mesmos moldes daquele instituído pela Maris – e sim foi constituída por pessoas com maior afinidade ao trabalho e interesse nas respectivas áreas de gestão. Seu Conselho também é previsto em seu documento estatutário, mas ainda não está instituído. O mesmo terá a seguinte configuração, estabelecida mediante aprovação em Assembléia: três professores do departamento de Oceanografia e Hidrologia da UERJ; um membro do Centro Acadêmico de Oceanografia; e cinco diretores de sua Ej. O fato de a maior parte de seus diretores estar concentrada no 4º ano de curso – situação teoricamente não escolhida –, pode vir a ser um complicador para a Ej em sua gestão futura, onde possivelmente haverá membros se desligando por estarem cursando o último ano, e com isso a Ej poderá perder informações importantes na continuidade de sua gestão.

### 5.3. ASPECTOS LEGAIS DAS EJS DE OCEANOGRAFIA

Em relação aos aspectos legais, os termos relevantes são: composição do quadro efetivo e Diretoria, remuneração, documentos de registro da Ej (CNPJ, Estatuto Social e Alvará de Funcionamento).

Conforme observado anteriormente, nenhuma das Ejs de Oceanografia apresenta professores no seu quadro efetivo e em sua diretoria executiva, o que garante a todas elas legitimidade perante a lei e o Movimento Empresa Júnior, no que se refere a este aspecto.

Nenhuma delas proporciona alguma forma de remuneração aos seus associados, Conselho ou Diretorias no que diz respeito ao exercício de seus respectivos cargos. Porém, não se pode descartar a possibilidade de contratação de membros em projetos e consultorias desenvolvidos por estas empresas, onde os consultores podem vir a receber ajuda de custo ou mesmo bolsas-trabalho pelos serviços prestados. Como no caso da IO Jr., por exemplo, onde todos os consultores juniores, contratados para o desenvolvimento de um serviço específico, têm a possibilidade de serem remunerados pelo trabalho que executam, como quaisquer outros profissionais da área.

Em relação ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ junto à Receita Federal, ao Estatuto Social, e ao Alvará de Funcionamento junto à Prefeitura Municipal onde a Ej está localizada, a maior parte das Ejs está em dia com suas obrigações legais, sendo pertinente mencionar apenas duas particularidades observadas na Ecoceano e na Ecoservice. Devido ao fato de ter havido um número insuficiente de membros para preencher a totalidade das vagas existentes de diretoria na gestão atual da Ecoceano, definida no ano passado, não houve renovação das atas de eleição, aprovação e posse em cartório, o que resultou em problemas na regularização de seu CNPJ junto à Receita Federal. Mas, como a Ej procurou atualizar periodicamente os dados de contribuinte, bem como emitir anualmente a Certidão Negativa de Débito junto à Receita Federal, não houve maiores complicações para ela, sendo que o simples registro dos documentos mencionados, dando uma nova entrada junto à Receita Federal é suficiente para regularizar suas atividades – procedimento previsto pela empresa na próxima renovação de seu quadro diretor, ainda este ano.

A Ecoservice, por sua vez, enfrentou uma situação semelhante à Ecoceano, mas não teve um fim muito satisfatório. Devido ao fato de a Ej não ter declarado condição de "isenta" junto à Receita Federal ainda no ano passado, ela teve de arcar com uma multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) em julho deste ano, o que acarretou em uma irregularidade temporária, mas já resolvida, apesar de ter causado uma baixa significativa no caixa da empresa.

#### 5.4. VINCULO ATUAL COM AS FEDERAÇÕES ESTADUAIS

Quanto ao vínculo atual das Ejs de Oceanografia com suas federações correspondentes, apenas a Ecoservice e a Ecoceano encontram-se federadas desde 2003 e 2004, respectivamente, isto apesar de ambas as federações apresentarem-se em fase de reestruturação interna e em processo de adequação às normas estabelecidas pela Confederação Brasileira de Empresas Juniores – Brasil Júnior, para que, então, possam se confederar ao movimento nacional. Diante desses dois casos, atualmente o apoio de ambas as federações é pouco expressivo ou mesmo inexistente, no que diz respeito ao fornecimento de assessoria técnica, jurídica, entre outras formas de apoio, para essas duas Ejs.

A Maris encontra-se em processo de federação junto à FEJEPAR – Federação das Empresas Juniores do Estado do Paraná, há cerca de seis meses. Porém, devido à falta de experiência por parte da diretoria atual da federação, aliada à alta burocracia imposta pela Brasil Júnior neste processo, ainda não foi possível sua efetivação. Mesmo assim, a Maris procura sempre participar das reuniões de Conselho instituídas pela FEJEPAR, inclusive opinando acerca dos assuntos do MEJ estadual e nacional, além de ter representatividade em todos os cursos e eventos promovidos pela federação em questão.

No caso da IO Jr., não há interesse dela em federar-se, por não estar de acordo com algumas exigências impostas pela FEJESP – Federação das Empresas Juniores do Estado de São Paulo. Dentre elas, a FEJESP, bem como a Brasil Júnior, não permitem a remuneração dos consultores de uma Ej, contratados para um projeto específico. Ambas entendem que o trabalho deve ser voluntário em todos os aspectos, sem quaisquer formas de remuneração de seus serviços. Apesar de haver divergências nesse sentido, a IO Jr. procura participar de todos os encontros –

palestras, eventos e *workshops* promovidos pela FEJESP, como, por exemplo, o EPEJ – Encontro Paulista de Empresas Juniores, realizado anualmente, afirmando ter um bom relacionamento com a federação e seus membros.

A Nauta afirma não estar federada à RIO JÚNIOR – Federação das Empresas Juniores do Estado do Rio de Janeiro, por carência de recursos financeiros, além de acreditar que a federação não representa muito bem as Ejs pertencentes a cursos que não são das áreas de Sociais Aplicadas (Economia, Administração, Ciências Contábeis, entre outros), por não terem um bom conhecimento dos objetivos e atividades realizadas por essas novas empresas.

De maneira geral, o que se percebe é que, devido à baixa representatividade do MEJ em cursos multidisciplinares – em geral são Ejs muito recentes – há pouco conhecimento e preparação das federações estaduais, e mesmo da Brasil Júnior, para que efetivamente seja fornecido o apoio necessário para empresas provindas dessas áreas. Uma das alternativas para esse problema é que haja membros dessas Ejs no corpo diretor de suas federações, dessa forma visando uma maior representatividade de suas empresas a níveis estadual e nacional, além de um trabalho mais sério de divulgação a respeito de seus serviços e atividades para todo o MEJ.

## 5.5. VÍNCULOS COM SUAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO E RELAÇÃO ENTRE EJS DE OCEANOGRAFIA

### 5.5.1. Situação formal da Ej perante a Universidade

Em relação à situação formal das Ejs de Oceanografia perante suas Universidades, quase que a totalidade das empresas abordadas neste trabalho possui uma relação formalizada com a instituição de ensino. Apenas a Ecoservice é informalmente reconhecida por sua Universidade, mas, mesmo assim, afirma ter um bom relacionamento com todas as suas unidades administrativas. Importante mencionar que este trabalho está sendo feito pela empresa junto a cada unidade administrativa da Universidade, de forma que a Ej afirma estar muito prestes a formalizar esta relação, através de documento comprobatório.

### 5.5.2. Vínculo atual com suas instituições de ensino superior

Levando-se em consideração o vínculo atual dessas Ejs perante a Universidade na qual cada uma está inserida, todas elas afirmam usufruir suas instalações de um modo geral: espaço físico, laboratórios, luz, água, telefone, fax, internet, entre outros aspectos. Em relação ao vínculo institucional, três casos são merecedores de destaque.

A Ecoceano é uma das únicas Ejs do país reconhecidas institucionalmente como projeto de extensão universitária, possuindo, inclusive, o documento que lhe confere este título. Isto lhe garante uma situação favorável, no que diz respeito ao reconhecimento formal de suas atividades e serviços, por estar inserida dessa forma em um dos campos fundamentais de atuação de uma instituição de ensino superior.

O segundo caso é o da IO Jr., a qual obteve, até hoje, total apoio do Instituto Oceanográfico da USP – IO-USP, com uma boa orientação concedida pelo corpo técnico de sua Universidade no desenvolvimento de seus projetos e consultorias; além de receber apoio financeiro para manutenção e desenvolvimento de suas atividades, desde que haja benefícios mútuos entre as partes.

Por último, a Ecoservice foi inserida, recentemente, em um programa de extensão empresarial proposto pelo Governo Estadual do Rio Grande do Sul, através do NUDESE – Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico da FURG, que fornece assessoria jurídica e institucional a cerca de 400 micro e pequenas empresas do estado, uma espécie de programa de fomento ao desenvolvimento de um pequeno negócio e aquisição do primeiro emprego.

### 5.5.3. Grau de autonomia de gestão perante a Universidade

Em relação ao grau de autonomia de gestão da empresa júnior perante a Universidade na qual ela está inserida, todas as Ejs de Oceanografia abordadas neste trabalho são gerenciadas exclusivamente pelos alunos de graduação de seus cursos, sem intromissão de quaisquer unidades administrativas em seus processos de gestão.

#### 5.5.4. Principais colaborações fornecidas às Universidades

Dentre as principais colaborações que as Ejs de Oceanografia fornecem as suas instituições de ensino superior, a divulgação de seus profissionais e serviços foi mencionada por todas elas em primeiro plano; além do fomento à formação de profissionais mais qualificados para atuação no mercado de trabalho, e da captação de projetos a serem desenvolvidos em parceria com o corpo técnico das Universidades em questão. Está surgindo, ainda, um maior comprometimento sócio-ambiental dessas Universidades, a partir do desenvolvimento de projetos de extensão universitária, propostos e/ou identificados por parte das Ejs de Oceanografia, vistos como um dos caminhos para uma maior inserção social de suas instituições de ensino.

Particularmente, a Ecoceano afirma que a existência de empresas juniores em sua instituição de ensino superior propicia um maior reconhecimento da Universidade perante o movimento estudantil e o Ministério da Educação, apesar deste aspecto não ser objetivado pelo MEJ. A Maris ainda comenta sobre sua intermediação em convênios que contratam serviços de professores em seu departamento, o que lhes confere maior facilidade e grau de flexibilidade na firmação de contratos e retorno financeiro, pelo fato de a Ej ser isenta de diversos encargos tributários municipais e estaduais, além de cobrar baixos valores para a execução de serviços dessa natureza.

#### 5.5.5. Apoio fornecido entre Ejs de Oceanografia

A respeito do fornecimento de apoio entre Ejs de Oceanografia, houve uma assessoria técnica um pouco mais significativa por parte da Ecoservice, no processo de constituição das demais empresas juniores da área – por ter sido a primeira Ej criada em um curso de Oceanografia – através da disponibilização dos modelos de documento necessários para a fundação de uma Ej, como atas de fundação, eleição, posse e aprovação da diretoria executiva, Estatuto Social e Regimento Interno. De uma maneira geral, essas Ejs, a partir do momento que foram sendo criadas, procuraram auxiliar as demais, com o repasse de documentos oficiais de registro e organização interna.

Recentemente, durante o II Congresso Brasileiro de Oceanografia (2005), em Vitória – ES, foi estabelecido entre as Ejs da área o compromisso de formalização da Oceano Jr. – Associação das Empresas Juniores de Oceanografia – até o fim deste ano, o que será o principal acordo de cooperação e intercâmbio de informações firmado entre essas empresas, com o intuito de representar, desenvolver, fortalecer e fomentar o MEJ no âmbito da Oceanografia, a nível nacional. Uma iniciativa que partiu da IO Jr., a qual levou para este evento uma proposta de desenvolvimento de um projeto sócio-ambiental em nível nacional, envolvendo todas as Ejs da área, a ser realizado em 2006, como estratégia de divulgação dos serviços e atividades dessas empresas.

#### 5.6. ASPECTOS ORGANIZACIONAIS DAS EJS DE OCEANOGRAFIA

As Ejs de Oceanografia abordadas neste estudo também foram questionadas quanto ao desenvolvimento e aplicação de diversas ferramentas capazes de auxiliar na gestão de suas empresas. Trata-se de:

- a) elaboração e atualização do Planejamento Estratégico;
- b) métodos de avaliação contínua de desempenho da empresa;
- c) planejamento contínuo de suas atividades;
- d) planos de marketing para divulgação de seus serviços;
- e) mecanismos para geração de recursos financeiros;
- f) mecanismos para ingresso / contratação de membros;
- g) mecanismos para desligamento de sócios;
- h) mecanismos para renovação de seu quadro social;
- i) mecanismos para organização e distribuição de tarefas;
- j) mecanismos de avaliação contínua de desempenho de seus membros;
- k) cadastro atualizado de membros;
- l) métodos para arquivar informações e procedimentos administrativos;
- m) mecanismos de capacitação técnico-profissional de seus associados, e;
- n) contabilidade financeira.

Procurou-se classificar estes aspectos organizacionais em cada Ej, da seguinte maneira: aspectos apenas previstos; aplicados parcialmente; aplicados plenamente; e inexistentes (TABELA 7).



TABELA 7 - ASPECTOS ORGANIZACIONAIS (APENAS PREVISTOS; APLICADOS PARCIALMENTE; OU INEXISTENTES) APRESENTADOS PELAS EJ DE OCEANOGRAFIA – 2005

| Aspectos organizacionais                                             | Ecoservice   | Ecoceano     | Maris        | IO Jr.       | Nauta        |
|----------------------------------------------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| a. Elaboração e atualização do Planejamento Estratégico              | Previsto     | Previsto     | Parcialmente | Plenamente   | Plenamente   |
| b. Métodos de avaliação contínua de desempenho da empresa            | Previsto     | Parcialmente | Previsto     | Parcialmente | Parcialmente |
| c. Planejamento contínuo de suas atividades                          | Parcialmente | Parcialmente | Parcialmente | Plenamente   | Parcialmente |
| d. Planos de marketing para divulgação de seus serviços              | Parcialmente | Parcialmente | Plenamente   | Parcialmente | Plenamente   |
| e. Mecanismos para geração de recursos financeiros                   | Parcialmente | Plenamente   | Plenamente   | Plenamente   | Previsto     |
| f. Mecanismos para ingresso / contratação de membros                 | Plenamente   | Parcialmente | Plenamente   | Plenamente   | Parcialmente |
| g. Mecanismos para desligamento de sócios                            | Parcialmente | Plenamente   | Plenamente   | Previsto     | Previsto     |
| h. Mecanismos para renovação de seu quadro diretor (eleições)        | Plenamente   | Parcialmente | Plenamente   | Parcialmente | Previsto     |
| i. Mecanismos de organização e distribuição de tarefas               | Parcialmente | Parcialmente | Parcialmente | Parcialmente | Parcialmente |
| j. Mecanismos de avaliação contínua de desempenho de seus membros    | Inexistente  | Parcialmente | Previsto     | Parcialmente | Parcialmente |
| k. Cadastro atualizado de membros                                    | Plenamente   | Plenamente   | Parcialmente | Plenamente   | Plenamente   |
| l. Métodos para arquivar informações e procedimentos administrativos | Plenamente   | Plenamente   | Parcialmente | Plenamente   | Previsto     |
| m. Mecanismos de capacitação técnico-profissional de seus associados | Inexistente  | Plenamente   | Previsto     | Plenamente   | Previsto     |
| n. Contabilidade financeira                                          | Plenamente   | Parcialmente | Plenamente   | Plenamente   | Plenamente   |

Fonte: pesquisa de campo (2005)

### 5.6.1. Quanto ao Planejamento Estratégico

O planejamento estratégico é uma ferramenta de gestão essencial em qualquer empresa, que deve ser revisada anualmente. Consiste na definição dos seus objetivos e metas em curto e em longo prazos, na ordenação de seus recursos materiais e humanos, na determinação dos métodos e formas de organização do trabalho, nas políticas de qualidade interna, na sua localização espacial e de tempo, e em outras especificações necessárias para propiciar racionalmente a conduta de uma pessoa ou grupo. É uma atividade que deve ser construída coletivamente, a fim de se estabelecer objetivos e metas à organização, com base em interesses comuns.

A partir dos resultados obtidos, há de se destacar três situações distintas (TABELA 7). Tanto a Ecoservice quanto a Ecoceano possuem um Planejamento

Estratégico apenas previsto em suas organizações. É muito provável que, por esse motivo, ambas tenham apresentado dificuldades em planejar continuamente suas atividades. A falta de planejamento interno e a ausência de uma visão mais ampla e de longo prazo do empreendimento, possivelmente implicaram na falta de sinergia dos objetivos por parte de seus associados – dificuldade apontada novamente por ambas as organizações.

Num outro extremo encontra-se a IO Jr. que, apesar do pouco tempo de existência, não só afirma ter aplicado plenamente o planejado no início de sua gestão, como também ter ampliado o seu planejamento estratégico, no que diz respeito à quantidade de serviços prestados pela Ej; o que conferiu resultados muito gratificantes para sua empresa e quadro de membros. Esta Ej afirmou também planejar e avaliar continuamente suas atividades ao longo do ano, de forma plena.

A Maris, apesar de a cada início de ano realizar um Planejamento Estratégico bem completo em ações e objetivos, sempre com a presença de um profissional da área conduzindo a atividade, e com a participação de grande parte de seu quadro social, apresenta dificuldades de planejamento de suas atividades ao longo do ano. Isso se dá pela falta de comprometimento de uma quantidade significativa de seus membros, no cumprimento dos planos de trabalho propostos à organização, e no desrespeito de seus prazos para execução, atrasando assim os demais compromissos da empresa.

A Nauta, por sua parte, ainda encontra-se em seu primeiro Planejamento Estratégico, afirmando ter conduzido esta atividade de forma bem completa. Apesar disso, apresenta as mesmas dificuldades relatadas pela Maris, com a desvantagem de ter um reduzido número de associados.

#### 5.6.2. Quanto aos métodos de avaliação contínua de desempenho

Uma dificuldade praticamente unânime entre as Ejs de Oceanografia diz respeito à elaboração e aplicação de métodos de avaliação contínua de desempenho da empresa e de seus associados (TABELA 7). A maior parte dessas empresas está em atividade há pouco tempo no mercado, mas já apresenta uma significativa rotatividade de membros em seu quadro social e, principalmente, pouco conhecimento sobre esses aspectos, o que justifica, em parte, o fato de não ter

havido aplicação efetiva de mecanismos de avaliação até hoje. Em alguns casos até encontram-se previstos em seus planejamentos internos, ou mesmo aplicados parcialmente, conforme descrição anterior. Mas, quando questionadas a respeito do funcionamento destes métodos, nenhuma das Ejs abordadas neste estudo soube explicar, ao certo, como seria sua aplicação e, principalmente, a avaliação dos resultados obtidos. Existem diversos modelos de questionários para este fim, porém, é um tanto complexa a interpretação de seus resultados, sendo que o ideal seria sua aplicação, com o devido acompanhamento de um profissional da área de recursos humanos, pois estes mecanismos são fundamentais para a melhoria da qualidade de seus serviços e de seus aspectos gerenciais.

### 5.6.3. Quanto aos planos de marketing para divulgação de seus serviços

Em relação à elaboração e à aplicação de planos de marketing para divulgação de seus serviços, duas situações são merecedoras de destaque (TABELA 7). Por um lado, a Ecoservice afirma ter uma grande baixa por parte de sua diretoria de marketing atual, a qual ainda está se habituando às atribuições gerenciais direcionadas para este cargo. Neste caso, a principal justificativa apontada por essa Ej pode ser considerada intrínseca à proposta de gestão de Ejs provenientes de cursos multidisciplinares, que não possuem especificamente em sua estrutura curricular conteúdos relacionados a marketing ou gestão de empresas.

Do outro lado, com dificuldades semelhantes nesse mesmo aspecto, a IO Jr. afirma que os membros que fazem parte da diretoria de marketing de sua Ej, não estão sendo muito eficientes, deixando a desejar no planejamento de suas atividades e, principalmente, no cumprimento de suas tarefas. Porém, uma forma encontrada pela IO Jr. para que não houvesse perda na qualidade de seus serviços, foi estabelecer que cada projeto ou atividade desenvolvida pela empresa tivesse o seu próprio mecanismo de divulgação, sem que houvesse uma dependência direta com os serviços de um setor específico da empresa.

A Ecoceano, por sua vez, procura utilizar a mesma tática de trabalho, porém justificada no reduzido número de membros que apresenta. É fato que, para o caso da IO Jr., essa estratégia venha a mitigar os problemas existentes em sua gestão, mas não é aconselhável que ela venha a substituir os trabalhos da diretoria em

questão, pois esta precisa ser desenvolvida da maneira mais completa possível a fim de otimizar os serviços prestados pela empresa, garantindo futuramente sua ampla divulgação.

A Nauta e a Maris não entraram muito em detalhes sobre este aspecto, apenas afirmaram possuir uma boa divulgação de sua Ej à comunidade acadêmica em geral, utilizando-se, para isso, canais de comunicação – tais como murais e boletins informativos periódicos – para publicação de seus serviços e atividades.

De maneira geral, todas as Ejs de Oceanografia procuram participar de eventos de suas Universidades, de suas áreas de atuação e também do MEJ, sempre buscando divulgar os seus serviços e atividades.

#### 5.6.4. Quanto aos recursos financeiros

##### 5.6.4.1. Mecanismos para geração de recursos financeiros

Quando se analisa a elaboração e aplicação de mecanismos para geração de recursos financeiros nessas Ejs, tem-se uma relação quase que direta com o capital financeiro atual de cada uma delas (TABELA 7). A média anual de arrecadação monetária é extremamente particular em cada Ej, sendo que nenhuma delas apresenta uma fonte fixa de arrecadação de recursos. Ela varia de acordo com o número de projetos e consultorias – entre outras atividades capazes de gerar fundos, tais como realização de cursos e eventos.

Há casos em que uma única consultoria é capaz de gerar um fundo razoável para a empresa, que consegue se manter por algum tempo, sem nenhuma outra fonte de arrecadação. A Ecoceano é um exemplo, onde chegou a ter em caixa R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) entre 2004 e 2005, a partir de uma grande consultoria, sendo que a maior parte dos recursos foi comprometida com o orçamento de seus serviços, restando atualmente uma mínima parte em seu fundo de reserva, suficiente apenas para cobrir suas despesas gerenciais.

A IO Jr. apresenta uma situação semelhante à Ecoceano, afirmando também que praticamente todo o recurso que entra em sua empresa é logo despendido nos serviços que realiza, bem como na manutenção de suas despesas. Porém, com uma vantagem, por apresentar uma relativa continuidade no fluxo de entrada e saída de

recursos até hoje – apesar de seu pouco tempo de existência – o que lhe confere uma maior rotatividade de projetos e serviços realizados.

A Maris encontra-se com um fundo de reserva razoavelmente consolidado, oscilando em torno de R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais), fruto de sua intermediação em convênios que contratam serviços de professores de sua instituição de ensino, além de não possuir muitos encargos com seus projetos e atividades.

A Nauta afirma ter arrecadado cerca de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) ao longo de sua existência – em apenas um ano. Sendo que parte desse recurso também fora e está sendo destinado aos encargos de suas atividades e projetos, restando em seu fundo de reserva na ordem de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

A Ecoservice atualmente é a Ej de Oceanografia menos privilegiada de recursos financeiros. Possui em torno de R\$ 700,00 (setecentos reais) em seu fundo de reserva, sendo que seus recursos unicamente estão sendo utilizados na manutenção de suas despesas.

#### 5.6.4.2. Formas de arrecadação de recursos financeiros

As principais formas de arrecadação de recursos financeiros de cada uma das Ejs abordadas neste estudo são projetos e consultorias, patrocínio ou apoio de terceiros, participação técnica em projetos ou convênios de suas Universidades, serviços técnico-administrativos, e intermediação em convênios que contratam serviços de professores.

Os dados foram dispostos em ordem crescente de importância, de forma que o número 1 corresponde à principal forma de arrecadação explorada pela Ej em questão; e o número mais alto, à menor. Os espaços não preenchidos significam que a Ej não explora ou nunca veio a explorar tais categorias (TABELA 8).

TABELA 8 - PRINCIPAIS FORMAS DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS DAS EJS DE OCEANOGRÁFIA – 2005

| Fontes de arrecadação                                               | Ecoservice | Ecoceano | Maris | IO Jr. | Nauta |
|---------------------------------------------------------------------|------------|----------|-------|--------|-------|
| a. Contribuição mensal de associados                                | ---        | ---      | ---   | ---    | ---   |
| b. Projetos e Consultorias                                          | 1          | 1        | 2     | 1      | 2     |
| c. Participação técnica em projetos ou convênios da Universidade    | 4          | 2        | ---   | 2      | ---   |
| d. Serviços técnico-administrativos                                 | 3          | 5        | ---   | 3      | ---   |
| e. Intermediação em convênios que contratam serviços de professores | ---        | 3        | 1     | ---    | ---   |
| f. Patrocínios ou apoio de terceiros                                | 2          | 4        | ---   | 4      | 1     |
| g. Outros (especifique)                                             | ---        | ---      | ---   | ---    | ---   |

Fonte: pesquisa de campo (2005)

Atualmente nenhuma das Ejs de Oceanografia cobra mensalidade ou recebe quaisquer outras formas de colaboração financeira de seus associados. Três delas (Ecoservice, Ecoceano e IO Jr.) têm, hoje, como principal forma de arrecadação, a realização de projetos e consultorias, onde uma porcentagem dos recursos obtida dos serviços prestados é destinada aos seus fundos de reserva. Em alguns casos já está previsto em estatuto esse percentual – que varia entre 05 e 10% do valor total do serviço prestado.

A Maris foge à regra, apresentando como principal forma de arrecadação financeira sua intermediação em convênios que contratam serviços de professores, funcionando como contratante do corpo técnico que irá executar o serviço, e contratada pela demandante do mesmo. Isso se torna possível pois a empresa pode emitir nota fiscal própria, prestando assim o mesmo tipo de serviço que a fundação administrativa de sua Universidade realiza.

A Nauta, a partir da realização de um evento de responsabilidade sócio-ambiental em parceria com sua instituição de ensino, este ano pôde firmar seu fundo de reserva através da obtenção de patrocínios e apoio de terceiros. Por isso apontou esta categoria como principal fonte de arrecadação financeira, até hoje.

As demais formas de arrecadação apresentadas pelas Ejs, em segundo e terceiro planos, apresentaram-se de forma bem particular em cada uma delas. A Ecoservice, por exemplo, realiza uma atividade de trote universitário com princípios na educação ambiental, como coleta de lixo nas praias, conscientização dos turistas e moradores locais, a cada início de ano letivo, em parceria com sua instituição de ensino e com patrocínio externo, o que lhe garante uma entrada de recursos todo ano, ainda que não muito substancial.

Tanto a Maris quanto a Nauta já tiveram oportunidade de desenvolver projetos e consultorias próprios, com alguma arrecadação financeira, sendo que, através de contrato de prestação de serviços, houve o repasse de uma porcentagem do valor do serviço aos caixas de suas organizações.

Devido ao seu tempo de existência, tanto a Ecoservice quanto a Ecoceano, já tiveram oportunidade de explorar algumas categorias de arrecadação de recursos a mais do que as demais Ejs de Oceanografia, sendo somado a elas o caso da IO Jr., que surpreende pelo número de projetos e consultorias realizados, com arrecadação financeira em todos eles, além de já ter tido participação técnica em projetos ou convênios da Universidade, em um curto intervalo de tempo.

De maneira geral, todas as categorias de arrecadação de recursos listadas anteriormente estão intimamente ligadas aos serviços prestados por essas Ejs, sejam eles de natureza própria ou contrato. Dessa forma, ao longo do ano, essas categorias podem ou não ocorrer, de acordo com a demanda de serviços existente, visto que essa classificação por grau de importância é relativa, transmitindo a realidade da empresa apenas em um determinado momento.

Importante mencionar que, de início, foi proposto às respectivas Ejs, através desta pesquisa, que apontassem a porcentagem de arrecadação correspondente a cada uma das fontes financeiras consideradas em relação ao total arrecadado. Todas elas apresentaram dificuldades em fornecer esses dados, novamente pela dependência de uma relativa demanda de serviços, além da troca anual de seus corpos diretores, o que indica a necessidade de analisar os balanços financeiros pretéritos das Ejs, documentos que essas não dispunham em mãos durante as entrevistas.

#### 5.6.4.3. Formas de aplicação de seus recursos financeiros

Em relação às principais formas de aplicação de seus recursos financeiros, foram mencionadas pelas Ejs as seguintes categorias: despesas correntes; consultorias e projetos; capacitação de seus associados, e realização de eventos. A tabela 9 ilustra a situação de cada uma das Ejs, novamente organizada em ordem crescente de importância, onde o número 1 corresponde à principal forma de aplicação dos recursos da Ej em questão; e o número mais alto, àquela menos

utilizada. No caso dos espaços não preenchidos, significa que a Ej não destina ou nunca veio a destinar recursos para tais categorias.

TABELA 9 - PRINCIPAIS FORMAS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS DAS EJS DE OCEANOGRAFIA – 2005

| Formas de aplicação de seus recursos | Ecoservice | Ecoceano | Maris | IO Jr. | Nauta |
|--------------------------------------|------------|----------|-------|--------|-------|
| a. Despesas correntes                | 1          | 3        | 1     | 2      | 1     |
| b. Consultorias e projetos           | 2          | 1        | 2     | 1      | —     |
| c. Capacitação dos associados        | 4          | —        | 3     | —      | —     |
| d. Realização de eventos             | 3          | 2        | 4     | 3      | —     |
| e. Outros (especifique)              | —          | —        | —     | —      | —     |

Fonte: pesquisa de campo (2005)

Antes de se analisar a tabela acima, é importante mencionar que o direcionamento de recursos financeiros no interior de uma empresa prioritariamente se dá em função do que se tem, e não de como realmente gostaria de se gastar o dinheiro.

Conforme os dados obtidos, 60% das Ejs de Oceanografia prioriza a aplicação de seus recursos na manutenção de suas despesas, gastos mensais que oscilam entre R\$ 50,00 (cinquenta reais) e R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) – informação válida para todas as Ejs – tais como conta bancária, material de escritório e ligações interurbanas (ligações locais não são cobradas por parte das instituições de ensino superior). A Nauta apresenta também despesas com o provedor de *internet*, fornecido pelo departamento do curso, além do acerto trimestral com o contador de sua Ej.

Apesar de ter verificado a classificação proposta em termos de possíveis destinos de recursos, a Ecoservice atualmente carece de recursos financeiros, não podendo realizar aplicações em suas atividades de consultoria e no desenvolvimento de projetos. Em função disso, depende diretamente de patrocínios, parcerias ou financiamento externo para a execução de seus trabalhos.

Pelo fato de que a Maris estará aplicando quase que a totalidade de seus recursos na construção de sua sede, ainda este ano (2005), hoje procura ter gastos somente na manutenção de suas despesas. Vale mencionar que, tanto a Maris quanto a Nauta afirmaram que, caso haja uma demanda de um serviço que seja de seus interesses e que lhes tragam benefícios de alguma relevância – mas que para



isso necessitem arcar com os seus próprios recursos – certamente elas direcionarão parte de seu caixa para a sua execução.

A Ecoceano e a IO Jr. atualmente priorizam os gastos relacionados as suas consultorias e projetos, isso devido ao fato de a maior parte dos recursos que entram e saem de suas contas bancárias provir de terceiros e pertencer exclusivamente a despesas relacionadas a estes serviços, não podendo ser utilizada para outros fins.

Em segundo plano a Ecoceano afirma despende seus recursos na realização de eventos, justamente porque no ano passado foi realizado pela Ej, nas dependências de sua Universidade, uma semana com palestras e mesas redondas sobre a profissão e o profissional de Oceanografia, onde grande parte de seus recursos foi destinada à realização deste evento.

De maneira geral, nenhuma Ej destina os seus recursos na capacitação de seus associados, sendo que esta categoria fora citada somente em terceiro e quarto planos nos planejamentos orçamentários da Maris e da Ecoservice, respectivamente, apesar de atualmente ambas não estarem despendendo quaisquer recursos nessa área. Uma situação um tanto preocupante, pois sempre há o que se aperfeiçoar e desenvolver em um ambiente empresarial, e para tanto há a constante necessidade de treinamento e capacitação dos envolvidos neste processo, de forma a otimizar a qualidade e a eficiência dos trabalhos realizados pelas empresas. Além do fato de que, pelo menos em algum momento das entrevistas, todas as Ejs – algumas, mais outras menos – queixaram-se da falta de preparo e comprometimento de uma parte de seus associados para com os seus trabalhos de gerência.

Também foi proposto nas entrevistas, de início, que as Ejs apontassem que porcentagem de seus recursos financeiros se destinaria regularmente para cada fim. Porém, praticamente todas elas apresentaram dificuldades em apresentar esse dado, devido à falta de planejamento interno de suas atividades e direcionamento de seus recursos.

#### 5.6.5. Quanto aos mecanismos de ingresso, contratação de membros e desligamento de sócios

Um outro aspecto gerencial diz respeito à existência de mecanismos para ingresso e contratação de membros (TABELA 7). Há somente dois casos, que ainda não foram citados no item 6.2. deste capítulo. Primeiramente a Ecoceano, que procura efetivar membros, bem como contratar os alunos do curso para um serviço específico de sua empresa, através da análise de seus perfis e dos critérios exigidos para a execução do respectivo serviço, não havendo especificamente um processo formal de seleção. Um outro caso é a Nauta, que por ser uma empresa com menos de um ano de existência, está instituída (até o momento da entrevista) com o seu grupo inicial, porém já com mecanismos para ingresso e contratação de novos membros, ambos previstos em seu planejamento interno e Estatuto Social.

Todas as Ejs de Oceanografia possuem mecanismos legais para impor desligamento de sócios, ainda que somente previstos em seus estatutos (ANEXO 6) e regimentos internos (ANEXO 7), sendo que até hoje houve apenas casos de desligamentos voluntários por parte de seus associados.

#### 5.6.6. Quanto aos mecanismos de organização e distribuição de tarefas

A totalidade das Ejs de Oceanografia aplica apenas parcialmente mecanismos de organização e distribuição de tarefas em suas organizações (TABELA 7). Isso significa dizer que nem sempre a distribuição e, principalmente o cumprimento de prazos e tarefas, ocorre de maneira satisfatória. Não houve muita explicação por parte dessas Ejs sobre como são desenvolvidos e aplicados estes mecanismos.

O que em geral ocorre no MEJ é a sobrecarga de tarefas por parte da diretoria executiva. Muito tem a ver com o grau de comprometimento dos associados de cada Ej para com suas obrigações sociais – que deixa a desejar, e também a maneira como fora desenvolvido o planejamento interno (quando este existe) de suas atividades – muitas vezes, sem participação de boa parte do quadro social das empresas. As Ejs apresentam ainda dificuldades em envolverem os seus associados nas atividades gerenciais da empresa, devido à falta de interesse dos mesmos; além

de que uma parte desses, de maneira geral, desenvolve atividades paralelas, como estágios e projetos de iniciação científica, o que, de fato, pode vir a comprometer a eficiência e qualidade dos trabalhos de suas empresas, se não bem conciliadas tais atividades.

#### 5.6.7. Quanto ao cadastro atualizado de membros

De acordo com os dados obtidos (TABELA 7), todas as Ejs de Oceanografia procuram atualizar o seu cadastro de membros a cada renovação de seu quadro diretor e ao fim de cada processo de seleção e contratação de novos consultores, sem maiores complicações para a identificação de seu quadro social. Elas afirmam, inclusive, cadastrar professores, laboratórios de cursos, empresas e colaboradores em geral, sempre que um serviço ou atividade é desenvolvido em parceria com os mesmos.

#### 5.6.8. Quanto aos métodos para arquivar informações e procedimentos administrativos

Uma das principais complicadoras do processo de gestão de uma empresa júnior é a ausência ou ineficiência de métodos para arquivar suas informações e procedimentos administrativos. A rotatividade e, principalmente, a renovação do quadro de diretores e membros de uma Ej é muito grande e rápida, de forma que, quando não há um registro adequado das informações gerenciais necessárias para se dar continuidade à gestão da empresa, em longo prazo (e, muitas vezes, em curto prazo também), isso pode vir a comprometer toda sua estrutura gerencial.

Em relação às Ejs de Oceanografia abordadas neste trabalho, as duas mais antigas da área (Ecoservice e Ecoceano) afirmam não ter grandes complicações nesse sentido, apesar de ambas concordarem que essa situação é bastante comum nos cursos multidisciplinares, pela falta de conhecimento de seus associados nas diversas áreas gerenciais de uma empresa. As demais Ejs não muito opinaram sobre esse aspecto, por serem muito novas e ainda não terem tido problemas nesse sentido. Com destaque para a IO Jr. que diz que, para cada atividade de sua Ej, seja ela gerencial ou não, há a necessidade de se gerar um arquivo de texto explicitando

o passo-a-passo daquela ação da forma mais detalhada possível, visando facilitar sua execução futura.

Ainda em relação aos mecanismos adotados pelas Ejs para arquivar informações e procedimentos administrativos, apesar de a Ecoservice não encontrar grandes complicações nesse sentido, logo depois ela afirma não possuir mecanismos de capacitação técnico-profissional de seus associados, tais como cursos, workshops e palestras voltados para os aspectos gerenciais de sua Ej. Há, portanto, uma perda muito grande neste processo, pois apesar de as informações gerenciais encontrarem-se arquivadas em relatórios administrativos e arquivos eletrônicos, é imprescindível que haja a instrução presencial do grupo que futuramente estará a frente da empresa, de forma que esse possa estar devidamente preparado para o cumprimento de suas atribuições.

A IO Jr. afirma trabalhar uma boa parte dos conceitos gerenciais durante o seu programa *trainee*, onde, além de participarem de estudos de caso sobre os projetos da empresa, seus futuros associados permeiam as diversas diretorias da Ej, executando distintos trabalhos nas áreas gerenciais, como possibilidade de identificação e afinidade com alguma delas; semelhantemente ao que ainda está somente previsto pela Maris e pela Nauta.

Vale destacar, também, o caso da Ecoceano, que não só afirma possuir mecanismos de capacitação técnico-profissional de seus associados – nos moldes explicitados pela IO Jr., como procura convidar outras “Ej” de sua Universidade para participarem de seus treinamentos.

#### 5.6.9. Quanto aos serviços de contabilidade financeira

Com relação aos serviços de contabilidade financeira, todas as Ejs abordadas neste estudo afirmam lidar razoavelmente bem com esse aspecto gerencial, ainda que não possuam um contador contratado especificamente para os encargos de sua Ej, salvo o caso da Nauta. Quando a consultoria ou serviço em questão envolve grandes quantias de recursos, essas Ejs procuram recorrer aos distintos apoios de natureza jurídica que já possuem, ou, se necessário, contratam os serviços de um escritório de contabilidade por período determinado.

#### 5.6.10. Aspectos complementares

Um outro aspecto gerencial, não incluso nas categorias apresentadas na tabela 7, foi mencionado pela IO Jr. Está previsto em seu planejamento interno a estipulação de horários fixos de trabalho através de um sistema de rodízio de seus associados, o que, segundo essa Ej, facilitará em muito a condução de suas atividades gerenciais e, principalmente, a otimização do tempo despendido nos seus serviços. A Ecoceano também comenta sobre esse aspecto, apresentando grande interesse em implementá-lo futuramente.

Vale ressaltar, ainda, uma grande dificuldade em termos gerenciais, apontada pela Nauta, podendo ser extrapolada às outras Ejs da área, que diz respeito à falta de interesse por parte de seus membros em se adequarem aos processos administrativos que o ambiente dos negócios exige. Há, nesse sentido, certa resistência à capacitação por parte dos membros na criação de uma mentalidade administrativa, muitas vezes por não enxergarem a relevância que esse aprendizado terá futuramente em suas profissões, especialmente no ramo dos projetos e consultorias empresariais.

#### 5.7. RECURSOS MATERIAIS

Em termos de infra-estrutura à disposição das Ejs de Oceanografia alvo dessa pesquisa, todas elas encontram-se relativamente bem estruturadas, com espaço físico, telefone, fax, computador, impressora e acesso à internet. Algumas particularidades podem ser apontadas nesse sentido. A Ecoservice, por exemplo, tem apoio de sua Universidade para confecção de material gráfico. A Maris acaba de adquirir um aparelho multifuncional (scanner, fotocopadora e impressora), além de usufruir o veículo de transporte da Universidade para realizar suas operações bancárias, devido à prestação de serviços administrativo-financeiros para o Centro de Estudos do Mar, onde ela está localizada. E a IO Jr. possui cota no xérox de sua instituição de ensino, fruto de uma parceria em projetos com o Instituto Oceanográfico da USP.

Quanto às principais dificuldades observadas em termos de recursos materiais, todas elas comentam a respeito de suas sedes. A Ecoservice, apesar de

possuir um espaço físico para a condução de suas atividades, este não é próprio e, por ser a sala de um professor, ainda que considerado um grande incentivador dos trabalhos da Ej, a qualquer momento ele pode precisá-la. A Nauta enfrenta a mesma situação que a Ecoservice, com o detalhe de estar localizada em um pequeno espaço no interior do laboratório de física de seu departamento. A Maris, com um quadro semelhante aos anteriores, ao invés de ocupar a sala de um professor, ela está localizada em uma antiga sala de aula, que em breve se tornará um laboratório de informática. Importante ressaltar que a Maris estará ainda este ano construindo sua sede, em um espaço físico oficialmente cedido pelo seu departamento de curso, dentro das dependências de seu *campus* universitário. A IO Jr. também não possui sede própria, apesar de não correr riscos de ter de desocupar o espaço cedido por sua instituição de ensino, pois esta lhe concedeu até então todo o apoio necessário ao seu funcionamento.

#### 5.8. ÁREAS DE ATUAÇÃO, ATIVIDADES E PROJETOS

Há praticamente um consenso entre as Ejs de Oceanografia abordadas neste estudo, quando se trata de suas principais áreas de atuação. Projetos e consultorias de responsabilidade sócio-ambiental aparecem em primeiro plano na agenda de trabalhos dessas organizações (com exceção da Ecoceano, que ainda não chegou a desenvolver nenhum trabalho específico nessa área), seguidos de consultorias técnico-científicas e realização de eventos para a divulgação da profissão e do perfil do profissional de Oceanografia. De maneira particular, a Ecoservice comenta sobre a realização de cursos de capacitação e aperfeiçoamento, de curta duração, nas diversas áreas do conhecimento técnico-científico da profissão, ofertados periodicamente para todos os acadêmicos da FURG, como forma de lhe garantir algum recurso para manutenção de suas despesas funcionais.

A seguir é apresentada uma tabela para cada Ej, com informações básicas sobre seus projetos e atividades desenvolvidas e em curso, classificados de acordo com suas principais áreas de atuação. As mesmas se categorizaram da seguinte maneira: técnico-científica (projetos e serviços desenvolvidos com base em uma metodologia científica); responsabilidade sócio-ambiental (projetos e serviços nessa temática, que não necessariamente precisam de uma metodologia científica para

serem desenvolvidos); serviços administrativo-financeiros (intermediação em convênios que contratam serviços de professores); marketing (divulgação da Ej e demais áreas de interesse); cursos, e; eventos. Foram descritos com maior nível de detalhamento, de um a dois projetos/consultorias já concluídos por cada uma dessas empresas, considerados os mais relevantes por parte dos entrevistados, em função do que eles representaram para a Ej em termos de benefícios e resultados obtidos.

#### 5.8.1. Relação dos serviços prestados pela Ecoservice

Desde 1999, a Ecoservice desenvolveu 4 projetos de cunho técnico-científico, 6 projetos de responsabilidade sócio-ambiental, 1 evento e diversos cursos de capacitação e aperfeiçoamento em áreas do estudo da oceanografia, totalizando 22 serviços, em 6 anos de existência (TABELA 10).

A Ecoservice chegou a desenvolver projetos e consultorias de cunho técnico-científico somente durante os três primeiros anos de sua existência. Num total de 4 projetos nesta categoria, foram eles: 1. Recuperação de Áreas Degradadas por Atividade de Mineração, 2000 – Rio Grande, RS; 2. Laudo Técnico para Identificação de Áreas de Marismas, 2001 – Rio Grande, RS; 3. Auxílio na coleta e processamento de dados das informações, em uma tese de uma professora do curso, a respeito da conservação de recursos pesqueiros artesanais na Lagoa dos Patos – RS, 2001; e 4. Planejamento de construção de uma estação de tratamento de efluente líquido industrial – 2002, Rio Grande, RS.

A Ej acredita que isso se deveu ao fato de a Universidade ter fornecido um bom apoio na execução de trabalhos dessa natureza somente no início<sup>9</sup>, o que não mais ocorreu com a mesma intensidade nos anos seguintes. Importante mencionar que houve uma época em que a Ej não teve continuidade em seus trabalhos (entre 2003 e 2004), pela falta de interesse e conhecimento por parte dos alunos do curso a respeito de seus aspectos gerenciais e possibilidades de desenvolvimento de projetos e serviços. Provavelmente isso também tenha ocorrido devido à ausência de planejamento para continuidade de seus trabalhos, à falta de divulgação a

---

<sup>9</sup> Os apoios dizem respeito a: participação de seu corpo técnico; fornecimento de sua estrutura física e laboratórios para a execução dos respectivos serviços; credibilidade por parte de seus professores; reconhecimento da Ej.

respeito de seus serviços, além de falta de esclarecimentos sobre formas de participação e colaboração da comunidade acadêmica em geral em suas atividades.

Retomados os trabalhos, a empresa passou por uma fase de reestruturação interna e modificação estatutária, para que fosse possível sanar as dificuldades apresentadas anteriormente. Porém, as dificuldades encontradas permanecem até hoje, sendo que a equipe atual procura direcionar a maior parte do seu tempo para uma boa estruturação da Ej.

A partir daí a empresa desenvolveu somente projetos e atividades de responsabilidade sócio-ambiental, sendo cinco versões do trote ecológico universitário<sup>10</sup>, e a implantação de um Programa SMS<sup>11</sup> em um Laboratório de Oceanografia Geológica do curso – LOG. Além da promoção periódica de cursos de curta duração nas diversas áreas do conhecimento da Oceanografia, e a realização de um *workshop* sobre prestação de serviços em sua profissão, ocorrido durante a XIV SNO.

O trote ecológico universitário foi mencionado pela Ecoservice como sendo o principal projeto de responsabilidade sócio-ambiental desenvolvido por ela até hoje, devido a sua continuidade ao longo dos anos (a empresa realizou todas as versões deste projeto, desde 2000) e ao reconhecimento que essa atividade propicia para sua Ej em sua Universidade e comunidade. Visto pela empresa como o seu cartão de visitas, esse projeto consiste na elaboração de atividades – palestras, mutirão de limpeza de praias da região, e visita ao lixão do município sede do projeto, Rio Grande – aplicadas durante a recepção anual de calouros do curso de Oceanografia.

Todas as atividades deste trote são voltadas para a conscientização ambiental do público participante e comunidade em geral, sobre a importância de se preservar os ambientes litorâneos e compreender sua dinâmica de comportamento natural; além de alertar as autoridades locais para a fiscalização das atividades humanas desenvolvidas na praia do Cassino, tais como proibição da circulação de

---

<sup>10</sup> Realização anual de um trote universitário para os calouros do curso, com atividades de conscientização ambiental dos turistas e moradores locais).

<sup>11</sup> Programa SMS: saúde, meio ambiente e segurança.



carros na orla marítima e dunas praias, cachorros e sensibilização de turistas e moradores locais para com a coleta, separação e reciclagem de lixo.

Essa atividade é desenvolvida em conjunto com o CEFAM – Centro de Educação Ambiental, órgão de pesquisa associado ao Museu Oceanográfico da FURG, que profere palestras de conscientização ambiental, e desenvolve sacolas de pano – sacolas feitas de material reutilizável – que são distribuídas aos participantes dessa atividade e público em geral.

A Prefeitura Municipal de Rio Grande sempre garante a logística necessária para que o evento ocorra, disponibilizando viaturas para policiamento das praias, sacolas de lixo comuns e caminhões especificamente para a coleta pós-mutirão de limpeza.

A BUNGE alimentos é a principal financiadora do projeto, fornecendo material gráfico, camisetas e a confecção das sacolas de pano desenvolvidas pelo CEFAM. As camisetas são distribuídas para os participantes, em troca de um quilo de alimento não-perecível, e ao final da atividade o arrecadado é encaminhado a uma instituição de caridade, escolhida a cada nova versão do projeto.

Segundo a Ecoservice, os principais beneficiados com essa atividade, em primeiro plano, são os próprios calouros, por terem a oportunidade de se familiarizar com os demais alunos do curso e toda a equipe envolvida no projeto, além de poderem compreender desde o primeiro momento em sua profissão, alguns dos problemas ambientais existentes em ambientes litorâneos com concentração de população humana. A instituição de caridade escolhida também é beneficiada, por receber uma quantidade substantiva de provisões, que garantirá a alimentação de muitas pessoas por algum tempo. Os turistas e moradores locais também agradecem, pois ainda que por alguns dias, a praia do Cassino estará mais limpa e com menos circulação de carros e sem a presença de animais domésticos.

A Ecoservice acredita que a realização dessas atividades é capaz de despertar o interesse das pessoas pela preservação do meio ambiente, ainda que pontualmente, seja na coleta de lixo na praia – todo ano é recolhida cerca de uma tonelada de lixo no local de realização do evento – seja na participação das palestras, ou mesmo na simples “compra” de uma camiseta. Como principal dificuldade apontada na execução dessa atividade, a Ej acredita que uma apuração e divulgação mais expressivas dos resultados obtidos através dos mutirões e da

arrecadação de alimentos – quantificação e qualificação mais precisas do arrecadado em ambas as campanhas – certamente lhe permitirá ampliar sua área de abrangência e assim atingir um público maior. Procurando assim, a cada nova versão, usufruir mais recursos e obter mais apoio institucional de sua Universidade e demais entidades interessadas e comprometidas com a questão sócio-ambiental.

Os entrevistados da Ecoservice mencionaram também o projeto “Recuperação de áreas degradadas por atividade de mineração, RS”. Segundo eles, este foi o mais importante projeto técnico-científico desenvolvido pela Ej até hoje, envolvendo muitos professores e alunos na criação da proposta de recuperação ambiental de antigas áreas de mineração no Município de Rio Grande, RS, com retorno financeiro para a empresa. Porém, devido à ausência de conhecimento suficiente por parte dos entrevistados a respeito deste serviço, além da dificuldade de contatar a equipe que participou de sua execução – que hoje não mais faz parte do quadro social da Ej, pois estão todos formados e desvinculados da empresa – não será possível detalhá-lo neste trabalho.

TABELA 10 - RELAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA ECOSERVICE A PARTIR DE 1999, E UMA BREVE DESCRIÇÃO DE SEUS CONTEÚDOS – 2005

Continua

| Ej                                        | Tema / Título do projeto                                                                                                                                                            | Ano  | Área de Atuação    | Atividade Específica                                                                                                                                    | Demandante                             | Parceiros                          | Duração           |
|-------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|--------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------|------------------------------------|-------------------|
| Ecoservice                                | Recuperação de áreas degradadas por atividade de mineração. Rio Grande, RS.                                                                                                         | 2000 | Técnico-Científica | Plano de recuperação ambiental de uma área de mineração de areia.                                                                                       | - Prefeitura Municipal de Rio Grande   | -FURG<br>-LOG                      | 01 mês<br>?*      |
|                                           | Laudo técnico para identificação de áreas de marismas. Rio Grande, RS.                                                                                                              | 2001 | Técnico-Científica | Reconstituição de uma região litorânea, através de sedimentologia, fotografias aéreas, entre outros recursos – para a comprovação de sua geomorfologia. | -Ártico S/A (indústria de pescados)    | -FURG                              | 01 mês<br>?*      |
|                                           | Processo de gestão cooperativa no estuário da Lagoa dos Patos: lições locais, desafios nacionais e implicação para a conservação de recursos pesqueiros artesanais. Rio Grande, RS. | 2001 | Técnico-Científica | Auxílio na coleta de dados e processamento das informações, em uma dissertação de mestrado de uma professora do curso.                                  | -Profª. do curso                       | -Profª. do curso<br>-FURG          | 04 meses (aprox.) |
|                                           | Projeto de estação de tratamento de efluente líquido industrial. Rio Grande, RS.                                                                                                    | 2002 | Técnico-Científica | Planejamento de construção de uma estação de tratamento de efluente líquido industrial.                                                                 | Empresa de consultoria de Pelotas, RS. | -Empresa de consultoria de Pelotas | ?*                |
| <b>Subtotal / Técnico-científicos: 04</b> |                                                                                                                                                                                     |      |                    |                                                                                                                                                         |                                        |                                    |                   |

TABELA 10 - RELAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA ECOSERVICE A PARTIR DE 1999, E UMA BREVE DESCRIÇÃO DE SEUS CONTEÚDOS – 2005

Conclusão

| Ej                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | Tema / Título do projeto                                                                                           | Ano                                  | Área de Atuação                                                                                                                                                                                                | Atividade Específica                                                                                                                                         | Demandante                               | Parceiros                                                    | Duração   |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------|--------------------------------------------------------------|-----------|
| Ecoservice                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | Trote ecológico na praia do Cassino, Rio Grande – RS.                                                              | 2000<br>2001<br>2002<br>2004<br>2005 | Resp. Sócio-ambiental                                                                                                                                                                                          | Realização anual de um trote universitário para os calouros do curso, com atividades de conscientização sócio-ambiental                                      | -A própria Ej                            | -BUNGE – alimentos<br><br>CEFAM/FURG                         | 01 semana |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | Sistema de gestão SMS para o Laboratório de Oceanografia Geológica – LOG / FURG                                    | 2004                                 | Resp. Sócio-ambiental                                                                                                                                                                                          | Implantação do programa Saúde, Meio ambiente e Segurança, no respectivo laboratório de curso.                                                                | -A própria Ej                            | -Pedro Botafogo – especialista em Gestão Ambiental pela UFRJ | 03 meses  |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <b>Subtotal / sócio-ambientais: 02</b>                                                                             |                                      |                                                                                                                                                                                                                |                                                                                                                                                              |                                          |                                                              |           |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | I Workshop sobre prestação de serviços em Oceanografia (XIV SNO – Semana Nacional de Oceanografia), Rio Grande, RS | 2001                                 | Eventos                                                                                                                                                                                                        | Realização de um workshop sobre prestação de serviços nas diversas áreas do conhecimento da Oceanografia, com ênfase para os trabalhos desenvolvidos pela Ej | -A própria Ej                            | - Comissão Organizadora da XIV SNO                           | 01 dia    |
| <b>Subtotal / eventos: 01</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |                                                                                                                    |                                      |                                                                                                                                                                                                                |                                                                                                                                                              |                                          |                                                              |           |
| Cursos de capacitação e aperfeiçoamento em:<br>1. AutoCAD R14;<br>2. Surfer;<br>3. Processamento digital de imagens de sensores remotos;<br>4. Statistica, aplicado à Oceanog. Biológica;<br>5. Linguagem HTML;<br>6. Direito Ambiental;<br>7. MatLab;<br>8. Treinamento em consultoria e gestão ambiental;<br>9. Geoprocessamento;<br>10. Softwares livres (Plataforma Linux) | 2000<br>2001<br>2002<br>2004<br>2005                                                                               | Cursos                               | Realização periódica de cursos de curta duração, nas diversas áreas da Oceanografia, bem como em softwares auxiliares nos trabalhos da área, ofertados periodicamente para toda a comunidade acadêmica da FURG | -Professores, pesquisadores e alunos<br>-A própria Ej                                                                                                        | -FURG<br>-Profs., pesquisadores e alunos | Em média, 01 semana                                          |           |
| <b>Subtotal / cursos: 10</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |                                                                                                                    |                                      |                                                                                                                                                                                                                |                                                                                                                                                              |                                          |                                                              |           |
| <b>TOTAL – SERVIÇOS: 22</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |                                                                                                                    |                                      |                                                                                                                                                                                                                |                                                                                                                                                              |                                          |                                                              |           |

Fonte: pesquisa de campo (2005)

NOTA: \* Devido à dificuldade de obtenção de dados sobre os serviços pretéritos da Ej, neste trabalho não foi possível preencher todos os campos da respectiva tabela.

Fonte: pesquisa de campo (2005)

### 5.8.2. Relação dos serviços prestados pela Ecoceano

A partir de 2003, a Ecoceano desenvolveu 2 projetos de cunho técnico-científico, 4 eventos, e está para iniciar o seu primeiro projeto de responsabilidade sócio-ambiental, além da realização de mais um evento (TABELA 11). Os projetos técnico-científicos foram: 1. Diagnóstico da atividade pesqueira nas comunidades no entorno da área proposta para a Unidade de Conservação Marinha de Santa Cruz, 2003 – Aracruz, ES, e; 2. Projeto de consultoria para a TAOIL – análises de fito, ictio e zoobentos, 2004 – Vila Velha, ES. Os eventos foram: 1. Oceanografia, integração e oportunidades, 2004 – Vitória, ES; 2. Feira do Verde – apresentação de serviços ambientais, 2004 e 2005 – Vitória, ES, e; 3. XVI Semana Nacional de Oceanografia – em conjunto com o centro acadêmico do curso, 2005 – Vitória, ES. Na área de responsabilidade sócio-ambiental, com previsão para início em 2006, a Ej irá desenvolver um projeto de inclusão de conteúdos relacionados à educação ambiental na grade curricular de escolas municipais de Vitória, ES. E, ainda, na parte de eventos, a Ej realizará um ciclo mensal de palestras relacionadas aos ambientes costeiros em sua universidade, a iniciar ainda este ano (2005). Todas essas atividades (tanto concluídas quanto em desenvolvimento) totalizam 7 serviços.

Com base nos resultados obtidos (TABELA 11), a Ecoceano desenvolve, em média, um serviço de cunho técnico-científico, de natureza própria ou contrato, a cada ano. Além disso, demonstra grande potencial para realização de eventos relacionados à Oceanografia, inclusive estando à frente, juntamente com o centro acadêmico do curso, da organização da XVI Semana Nacional de Oceanografia, recentemente realizada nas dependências da UFES. Em relação a eventos, a Ej apresenta ainda o plano de promover, junto ao Centro de Ciências Humanas e Naturais de sua Universidade, um ciclo de palestras relacionadas aos ambientes costeiros, para a comunidade acadêmica em geral, com ênfase para os problemas e propostas de solução em seu município.

A Ecoceano não desenvolveu ainda um projeto de responsabilidade sócio-ambiental propriamente dito – apesar de afirmar que possui um grande interesse em direcionar grande parte de seus trabalhos para essa área. Recentemente ela propôs uma parceria ao Centro de Ciências Humanas e Naturais de sua Universidade – a qual foi aceita – para o desenvolvimento de um projeto de educação ambiental em

escolas municipais de Vitória, ES. Com o intuito de incluir os conteúdos relacionados a essa temática na grade curricular das escolas, de forma que haja um trabalho mais aprofundado e dinâmico com os alunos destas instituições de ensino.

Dos dois projetos de cunho técnico-científico desenvolvidos pela Ecoceano até hoje, aquele considerado como principal pela Ej – devido ao fato de ter sido uma grande consultoria, desenvolvida em parceria com o IBAMA, entre 2003 e 2005 – foi o intitulado: “Diagnóstico da atividade pesqueira nas comunidades no entorno da área proposta para a Unidade de Conservação Marinha de Santa Cruz – Aracruz, ES”. Teve como principal finalidade “obter parâmetros que forneçam subsídios para a tomada de decisões com relação a que tipo de Unidade de Conservação – UC – poderá ser implantada, e se a comunidade local tem conhecimento do que se trata. Desta forma, será possível analisar o que a comunidade anseia, e através de futuros diagnósticos, investigar de que forma se deu a alteração no modo de vida desta população, caso a Unidade de Conservação seja implantada” (TEIXEIRA *et al.*, 2005). A Ej foi procurada pelo IBAMA para realizar este serviço devido ao baixo valor cobrado para sua execução – R\$ 4.700,00 (quatro mil e setecentos reais). Isso, em vista do que uma empresa particular altamente difundida no estado<sup>12</sup> havia solicitado primeiramente para a execução deste serviço – R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

A intenção do IBAMA era instituir uma UC na respectiva área de estudo, além de estipular áreas com permissão para atividade pesqueira, segundo critérios e material de captura previamente definidos pelo órgão ambiental federal, além de áreas de proibição desta atividade. Participaram da realização deste serviço os membros da Ej, diversos alunos do curso e professores orientadores.

A Ecoceano se considera a principal beneficiada no desenvolvimento deste projeto, devido à aquisição do conhecimento por parte de seus membros para sua realização, que de início pouco sabiam a respeito do assunto. Através da orientação dos profissionais envolvidos e do desenvolvimento em conjunto com o IBAMA, além de palestras proferidas por essas mesmas instituições, os seus associados tiveram uma experiência profissional muito interessante do ponto de vista técnico-científico, sendo que não houve lucratividade por parte da Ej, pois todo o recurso repassado a

---

<sup>12</sup> A pedido da Ecoceano, o nome da respectiva empresa não foi divulgado neste trabalho.

ela foi utilizado para desenvolver o estudo. O próprio IBAMA foi beneficiado com esse serviço, por ter despendido uma quantidade de recursos muito inferior daquela prevista inicialmente, e por ter cumprido com êxito os seus objetivos.

Os dados gerados a partir deste estudo permitirão à Ej a elaboração de trabalhos para submissão em eventos científicos e, conseqüentemente, a divulgação de seus serviços. Os resultados obtidos através dos serviços prestados pela Ej ao órgão ambiental federal fundamentaram a proposta de criação da unidade de conservação em torno da respectiva área de estudo, dessa forma permitindo o gerenciamento da atividade pesqueira proposto pela equipe de trabalho envolvida na execução deste projeto. O grupo relatou, ainda, que o conhecimento sobre Unidades de Conservação por parte dos pescadores mostrou-se vago, com vários conceitos errôneos. Isso faz sentir a necessidade de um trabalho de educação ambiental que venha esclarecer os benefícios e as limitações que implica a implantação de uma UC, seja ela de proteção integral ou de uso sustentável. Muito provável que este fato tenha impossibilitado uma larga aceitação da proposta, principalmente por parte dos moradores locais, por não terem participado ativamente da execução deste serviço. Como principais dificuldades apontadas pela equipe executora, a pouca disponibilidade de tempo para a conclusão dos trabalhos e a ausência de uma equipe multidisciplinar, capaz de conduzir trabalhos mais aprofundados, principalmente no âmbito social, foram as de maior relevância neste estudo.

A realização do evento: "Oceanografia, Integração e Oportunidades no Espírito Santo", foi também considerada pela Ecoceano um importante projeto desenvolvido por ela, no ano de 2004, devido à repercussão desse na Universidade e sociedade em geral. O evento, planejado, organizado e realizado pelos alunos e professores do curso, consistiu em uma semana repleta de palestras e mesas redondas a respeito das diversas áreas do conhecimento que compõem a Oceanografia.

Este evento pôde contar com um público bastante diversificado, na ordem de 250 participantes, dentre alunos do próprio curso, profissionais da área, estudantes de biologia, zoologia, zootecnia, engenharia ambiental, geografia, entre outros cursos de graduação, além de alunos do ensino médio e, inclusive, profissionais aposentados.

Os principais beneficiados com este evento foram: os seus organizadores, pela experiência adquirida na sua realização; o público participante, pelos conhecimentos adquiridos nas áreas exploradas em sua programação; além da própria Ej, por ter tido uma boa divulgação a respeito de seus serviços e ainda algum retorno financeiro com sua realização. Houve apoio principalmente por parte da Universidade, ao ceder o seu espaço físico e boa parte dos recursos financeiros para sua concretização, e dos palestrantes, que gentilmente proferiram suas palestras e mesas redondas sem cobrarem nada por isso. Além da SEAP/PR – Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República, que também disponibilizou representantes de sua instituição para conduzirem palestras e estudos de caso. A SEAP/PR chegou a firmar o compromisso de patrocinar o respectivo evento, mas acabou que não houve direcionamento de nenhuma ordem de recursos para sua realização por parte dessa instituição, o que fez com que a Ej tivesse que arcar com tais despesas.

O principal resultado observado por parte da equipe executora foi a ampla divulgação da profissão e do profissional de Oceanografia e de sua relevância na comunidade científica e sociedade em geral; dessa forma, cumprindo os objetivos pré-estabelecidos no planejamento deste evento. Não houve nenhuma grande dificuldade para a concretização desta atividade por parte de sua equipe executora, sendo que a única observação feita pelo grupo foi o fato de todos terem ficado muito preocupados se haveria uma boa presença de público durante o evento; o que, no fim, foi mais do que gratificante para os seus realizadores, já que todas as vagas ofertadas foram preenchidas, e as matrículas no primeiro dia de programação tiveram que ser encerradas, pois o evento não podia comportar mais pessoas.

TABELA 11 - RELAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA ECOCEANO A PARTIR DE 2003, E UMA BREVE DESCRIÇÃO DE SEUS CONTEÚDOS - 2005

| Ej                          | Tema / Título do projeto                                                                                                                          | Ano          | Área de atuação       | Atividade Específica                                                                                                                                | Demandante                                                                              | Parceiros                                                          | Duração                   |  |
|-----------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|-----------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------|---------------------------|--|
| Ecoceano                    | Diagnóstico da atividade pesqueira nas comunidades no entorno da área proposta para a Unidade de Conservação Marinha de Santa Cruz - Aracruz, ES. | 2003         | Técnico-científica    | Caracterização das áreas de pesca em uma região proposta para a criação de uma unidade de conservação em seu entorno.                               | -IBAMA                                                                                  | -IBAMA                                                             | 1,5 ano                   |  |
|                             | Projeto de consultoria para a TAOIL, Vila Velha - ES.                                                                                             | 2004         | Técnico-Científica    | Análise de fito, ictio e zoobentos.                                                                                                                 | -A própria Ej                                                                           | -UFES                                                              | 3 - 4 meses               |  |
|                             | <b>Subtotal / Técnico-científicos: 02</b>                                                                                                         |              |                       |                                                                                                                                                     |                                                                                         |                                                                    |                           |  |
|                             | Educação ambiental em escolas municipais de Vitória, ES.                                                                                          | 2006         | Resp. sócio-ambiental | Projeto de inclusão de conteúdos relacionados à educação ambiental na grade curricular destas escolas.                                              | -A própria Ej                                                                           | -Centro de Ciências Humanas e Naturais da UFES                     | Continuamente (a iniciar) |  |
|                             | <b>Subtotal / sócio-ambientais: 01</b>                                                                                                            |              |                       |                                                                                                                                                     |                                                                                         |                                                                    |                           |  |
|                             | Oceanografia, integração e oportunidades, Vitória - ES.                                                                                           | 2004         | Eventos               | - Realização de um ciclo de palestras e mesas redondas sobre a profissão.                                                                           | -A própria Ej                                                                           | -PETROBRÁS<br>-SEAP/PR<br>-IBAMA<br>-UFES                          | 01 semana                 |  |
|                             | Feira do Verde - apresentação de serviços ambientais, Vitória - ES.                                                                               | 2004<br>2005 | Eventos               | - Exposição de seus serviços e atividades, em uma feira municipal, de caráter sócio-ambiental.                                                      | -Prefeitura Municipal de Vitória                                                        | -Prefeitura Municipal de Vitória<br>-UFES                          | 04 dias (versão anual)    |  |
|                             | XVI Semana Nacional de Oceanografia, Vitória, ES.                                                                                                 | 2005         | Eventos               | -Participação na promoção e organização do respectivo evento.                                                                                       | -Proposta aprovada em assembleia dos estudantes de Oceanografia, na XV SNO - Itajaí, SC | -Centro Acadêmico do curso<br>-UFES                                | 05 dias                   |  |
|                             | Ciclo de palestras relacionadas aos ambientes costeiros                                                                                           | 2005         | Eventos               | -Promoção e organização de palestras mensais, voltadas para o ambiente costeiro: contextualização, problemas e propostas de atuação nestes espaços. | -A própria Ej                                                                           | -Centro de Ciências Humanas e Naturais da UFES<br>-Depto. do curso | 01 ano (a iniciar)        |  |
|                             | <b>Subtotal / eventos: 04</b>                                                                                                                     |              |                       |                                                                                                                                                     |                                                                                         |                                                                    |                           |  |
| <b>TOTAL - SERVIÇOS: 07</b> |                                                                                                                                                   |              |                       |                                                                                                                                                     |                                                                                         |                                                                    |                           |  |

Fonte: pesquisa de campo (2005)



### 5.8.3. Relação dos serviços prestados pela Maris

Desde sua criação (2003), a Maris desenvolveu 3 projetos de responsabilidade sócio-ambiental, 1 evento e 2 cursos. Hoje, está desenvolvendo dois outros projetos sócio-ambientais, com previsão de início para mais um na área ainda este ano. A Ej também já desenvolveu 3 serviços administrativo-financeiros. Brevemente, ela estará iniciando o seu primeiro projeto de cunho técnico-científico (TABELA 12). Totaliza, assim (entre atividades já concluídas e em desenvolvimento), 13 serviços.

Os projetos de responsabilidade sócio-ambiental desenvolvidos por ela foram:

1. Oficinas de educação ambiental em escolas municipais de Antonina – PR, 2003;
2. Na trilha do mar, 2003 – Pontal do Paraná, PR;
3. Programa de SMS no CEM / UFPR, 2004. O evento realizado foi o “Fórum sobre desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira em Antonina, PR – 2003”. Os dois cursos realizados foram: 1. SGI – sistema de gestão integrada no CEM / UFPR – 2003; 2. Ética profissional e desenvolvimento humano, 2005 – Pontal do Paraná, PR.

A Maris definiu como sua principal área de atuação o desenvolvimento e apoio em projetos de responsabilidade sócio-ambiental. Através de seu primeiro planejamento estratégico, o grupo determinou que este seria um caminho para que houvesse uma maior inserção social de seu *campus* universitário no município onde se encontra localizado. Dessa forma, a partir de suas atividades, estaria repassando o conhecimento científico para a sociedade em geral, além de divulgar os seus serviços. Por esse motivo, apesar de ter havido poucos projetos realizados na área, até hoje, a Maris conseguiu espaço nas discussões do Conselho Gestor do Parque Natural Municipal do Manguezal do Rio Perequê<sup>13</sup>, por indicação de membros envolvidos na formação deste conselho, por enxergarem nessa Ej o seu grande potencial para com as questões relacionadas à gestão ambiental costeira<sup>14</sup>. Hoje, a Ej foi indicada pelo próprio Conselho para representar as ONG's do município em suas reuniões, com direito de palavra e de voto. A empresa já iniciou os trabalhos de negociação com essas ONG's para que ela possa, de fato, exercer essa função.

<sup>13</sup> Este Conselho é formado por representantes das esferas governamental e sociedade civil, do Município de Pontal do Paraná.

<sup>14</sup> O Centro de Estudos do Mar/UFPR está localizado dentro da área deste parque.

Além disso, a Ej faz parte da equipe técnica do Projeto ORLA<sup>15</sup> – no âmbito municipal – que está inserido no GERCO, que visa a compatibilização das políticas ambientais voltadas à gestão patrimonial dos terrenos de marinha, definindo critérios e prioridades para os investimentos públicos e privados no litoral brasileiro.

Ainda em relação aos seus projetos de responsabilidade sócio-ambiental, a empresa apresenta uma série de propostas e parcerias articuladas com distintas instituições de pesquisa e órgãos ambientais, para o desenvolvimento de projetos nessa área, onde todas terão início ainda este ano. A construção de sua sede com os princípios da permacultura<sup>16</sup> é um exemplo. Técnicos do Instituto de Permacultura e Ecovilas da Pampa – IPEP/RS, irão fornecer um curso preparatório para os membros envolvidos na construção, onde o projeto da sede será desenvolvido coletivamente. Logo após o curso – previsto para novembro deste ano – iniciará a obra, que será executada pelos próprios alunos do curso e membros da comunidade local, com duração de aproximadamente três meses de trabalho.

A Maris ainda não participou ou desenvolveu um projeto de cunho técnico-científico propriamente dito. Cabe, porém, mencionar que a Ej acaba de firmar um convênio com o CEM/UFPR e a Prefeitura Municipal Matinhos, para a organização de um fórum local com intuito de reunir propostas para a contenção da erosão marinha nessa localidade. A partir da definição da proposta mais viável de implementação no município, a empresa terá também participação técnico-científica nos estudos a serem desenvolvidos na região, juntamente com o corpo técnico de sua Universidade e demais parceiros.

O “Fórum sobre desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira em Antonina, PR”, foi o principal projeto desenvolvido pela Ej até hoje, devido ao número de parcerias firmadas por ela nos âmbitos federal, estadual e municipais, além da oportunidade de divulgação de seus serviços para as instituições envolvidas. O apoio da Prefeitura Municipal de Antonina foi essencial para sua realização, por ter cedido toda a estrutura e logística necessárias para as atividades previstas.

---

<sup>15</sup> Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima – MMA; Ministério do Planejamento.

<sup>16</sup> Os princípios de construção com base na permacultura envolvem o uso de técnicas ambientalmente sustentáveis, através do trabalho em equipe.

O evento, caracterizado por palestras e mesas redondas a respeito da situação da pesca com ênfase para o litoral paranaense, foi direcionado para o público em geral, especialmente para os pescadores da região. Houve ainda oficinas de educação ambiental para crianças das escolas municipais de Antonina.

O fórum contou com a participação – através de discursos e palestras, além do apoio institucional e financeiro para sua concretização – de representantes do: IBAMA; da SEAP/PR – Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República; da Secretaria de Educação do Governo Estadual do Paraná; da EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Paraná; da Comissão Parlamentar de Aqüicultura e Pesca; das Secretarias Municipais de Meio Ambiente de Antonina e Morretes; de ONG's ambientalistas nacionais e locais; dos representantes da Colônia de Pescadores – Z8 (local) e da Cooperativa de Pesca – COOPSERRAMAR (local); além de representantes da ITCP/UFPR – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, professores, pesquisadores e alunos da Universidade Federal do Paraná.

Durante o fórum, houve uma mesa redonda especificamente com intuito de expor e mitigar o conflito existente entre a Colônia Z8 e a COOPSERRAMAR. Os pescadores, que não fazem parte da cooperativa local, afirmam não terem sido convidados para participar do seu processo de constituição, alegando ser um direito da colônia administrar a cooperativa. Isso, pelo fato de a Z8 ser constituída somente por pescadores, que ali se encontram há muito mais tempo. No entanto, o estatuto da cooperativa não prevê essa possibilidade. Na época em que ocorreu o evento, a cooperativa não estava em funcionamento por não possuir capital de giro para seu adequado funcionamento, alegando a necessidade de haver uma troca de favores entre ambas as organizações, de forma que o pescador possa ter sempre um comprador para seu pescado – principalmente fora de temporada, onde a procura pelo pescado é muito baixa na região – e dessa forma a cooperativa conseguir agregar valor e qualidade ao produto adquirido, obtendo lucro em suas atividades.

Este evento, inteiramente organizado pela Maris em conjunto com a ITCP/UFPR – a partir de um curso de cooperativismo fornecido por essa instituição meses antes – teve como principais beneficiados: primeiramente a Ej, por ter tido a oportunidade de realizar contatos e parcerias com as diversas instituições citadas anteriormente, além de divulgar os seus serviços e obter retorno financeiro para a

consolidação inicial de seu caixa; também crianças da comunidade, que tiveram um retorno satisfatório, por terem se divertido com atividades que trouxeram consigo conteúdos sobre preservação ambiental e informações sobre o ambiente em que elas residem. Apesar de os conteúdos apresentados e discutidos durante o fórum serem de extrema importância para o conhecimento dos pescadores, especialistas da área e sociedade em geral, não houve uma presença significativa da população local durante a atividade, muito por falha da equipe executora, que divulgou o evento apenas poucos dias antes de sua realização, além de não ter havido um forte trabalho prévio de conscientização dos pescadores e moradores da região, a respeito das intenções do fórum. De maneira geral, todas as atividades previstas no cronograma aconteceram, e a equipe executora deste projeto ficou muito satisfeita por ter sido o primeiro projeto realizado pela Ej.

Uma outra categoria de projeto, puramente de caráter administrativo-financeiro já explorada pela empresa, está ligada a sua intermediação em convênios que contratam serviços de professores. Como no caso da “Avaliação de impacto ambiental da explosão do navio Vicuña, Paranaguá, PR”, exigida pelo órgão ambiental federal – IBAMA, devido aos impactos decorrentes do desastre. Sua atividade específica neste projeto foi somente o controle e repasse de pagamentos de diversos profissionais envolvidos, para que fosse possível a realização das análises ambientais necessárias. Exerceu, dessa forma, o mesmo papel da fundação de sua Universidade – FUNPAR, pela possibilidade de emissão de nota fiscal e contratação de pessoas físicas.

Neste caso, a Ej foi contratada pela empresa Sociedad Naviera Ultragas, responsável pelo navio, por indicação da direção do CEM/UFPR, que também foi parceiro da Ej. Por parte da empresa, somente a diretoria administrativo-financeira participou efetivamente da execução deste serviço, devido à especialização do conhecimento necessário para este fim. Por ter sido o primeiro explorado nessa categoria, a Ej ainda não se encontrava plenamente apta e com tempo suficiente para a execução deste serviço – operações financeiras tinham de ser realizadas a cada dois dias em média, havendo necessidade de deslocamento dos membros da diretoria aos bancos da região, sendo o mais próximo localizado a cerca de 15 km da sede da Ej, além do seu funcionamento justamente em horários de aula, vista a baixa infra-estrutura local para serviços dessa natureza. Apesar da pouca

participação efetiva da Ej, ele foi considerado importante por todos os seus membros, pela chance de consolidação de seu caixa, lhe permitindo dessa forma sua estruturação interna, além da divulgação de seus serviços para a comunidade acadêmica em que está inserida. O CEM/UFPR também obteve um retorno satisfatório, devido à facilidade e agilidade propiciada pela Ej, no que diz respeito aos pagamentos dos professores e laboratórios desta instituição envolvidos no projeto.

Porém, não é de interesse da Ej realizar frequentemente este tipo de trabalho, a não ser que na condição de haver membros de seu quadro social participando efetivamente das etapas técnico-científicas dos serviços.

TABELA 12 - RELAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA MARIS A PARTIR DE 2003, E UMA BREVE DESCRIÇÃO DE SEUS CONTEÚDOS – 2005

Continua

| Ej                                                                    | Tema / título do projeto                                                                                             | Ano                   | Área de atuação                                                                                  | Atividade Específica                                                                                  | Demandante                                              | Parceiros                                                            | Duração (aprox.)    |
|-----------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------|---------------------|
| Maris                                                                 | Proposta de contenção da erosão marinha em Matinhos, PR.                                                             | 2005                  | Técnico -científica                                                                              | Realização de um fórum e posterior organização de um edital para submissão de propostas de contenção. | -Prefeitura Municipal de Matinhos                       | -Centro de Estudos do Mar – CEM<br>-Prefeitura Municipal de Matinhos | 01 ano (a iniciar)  |
|                                                                       | <b>Subtotal / Técnico-científicos: 01</b>                                                                            |                       |                                                                                                  |                                                                                                       |                                                         |                                                                      |                     |
|                                                                       | Avaliação de impacto da explosão do navio Vicuña, Paranaguá, PR.                                                     | 2004                  | - Serviços adm-financeiros                                                                       | Intermediação em convênios que contratam serviços de professores.                                     | -Direção do Centro de Estudos do Mar – CEM/UFPR         | Não houve                                                            | 01 ano (em desenv.) |
|                                                                       | Serviços de suporte de software e hardware e análises estatísticas.                                                  | 2005                  | - Serviços adm-financeiros                                                                       | Intermediação em convênios que contratam serviços de professores.                                     | -Prof. Maurício Camargo – CEM/UFPR                      | Não houve                                                            | 01 ano (em desenv.) |
|                                                                       | Monitoramento da qualidade da água e ar para a renovação das licenças de operação das usinas geradoras da COPEL, PR. | 2005                  | - Serviços adm-financeiros                                                                       | Intermediação em convênios que contratam serviços de professores.                                     | -Setor de Ciências Biológicas – UFPR                    | Não houve                                                            | 01 ano (em desenv.) |
|                                                                       | <b>Subtotal / administrativo-financeiros: 03</b>                                                                     |                       |                                                                                                  |                                                                                                       |                                                         |                                                                      |                     |
| Oficinas de educação ambiental em escolas municipais de Antonina, PR. | 2003                                                                                                                 | Resp. Sócio-Ambiental | Realização de oficinas de educação ambiental para alunos de 1ª a 4ª séries em escolas municipais | -ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – UFPR                                       | -Prefeitura Municipal de Antonina<br>-ITCP<br>-CEM/UFPR | 02 meses                                                             |                     |

TABELA 12 - RELAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA MARIS A PARTIR DE 2003, E UMA BREVE DESCRIÇÃO DE SEUS CONTEÚDOS - 2005

Continuação

|       | Tema / título do projeto                                                          | Ano  | Área de atuação       | Atividade Específica                                                                                                                                              | Demandante          | Parceiros                                              | Duração (aprox.)           |
|-------|-----------------------------------------------------------------------------------|------|-----------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|--------------------------------------------------------|----------------------------|
| Maris | Programa de SMS no CEM. Pontal do PR, PR.                                         | 2004 | Resp. Sócio-Ambiental | Sensibilização da comunidade acadêmica sobre posturas corretas quanto a sua Saúde, Meio ambiente e Segurança.                                                     | -A própria Ej       | -Pedro Botafogo – espec. em Gestão Ambiental pela UFRJ | 03 meses                   |
|       | "Na Trilha do Mar" Pontal do PR, PR.                                              | 2003 | Resp. Sócio-ambiental | Apoio na confecção de cartilhas, camisetas e mat. gráfico para conscientização do público em geral sobre a preservação dos ambientes litorâneos                   | -Alunos do CEM/UFPR | -ONG IBIRAE<br>-CEM/UFPR                               | Dez.2003<br>Jan.2004       |
|       | Permacultura – projeto de bioconstrução da sede da empresa Pontal do PR, PR.      | 2005 | Resp. Sócio-Ambiental | Projeto de construção de sua sede por parte dos acadêmicos do curso, utilizando tecnologia e insumos de baixo impacto ambiental.                                  | -A própria Ej       | -IPEP/RS<br>-CEM/UFPR                                  | 03 meses (a iniciar)       |
|       | Educação ambiental e divulgação da Estação Ecológica do Guaraguaçu. Paranaguá, PR | 2005 | Resp. Sócio-Ambiental | Realização de passeios de barco pelo rio Guaraguaçu, com intuito de divulgar a existência da Estação e sensibilizar os pescadores da região para sua preservação. | -A própria Ej       | -IAP<br>-CEM/UFPR                                      | Continuamente (a iniciar)  |
|       | Museu de praias CEM/UFPR Pontal do PR, PR.                                        | 2005 | Resp. Sócio-Ambiental | Exposição dos acervos dos laboratórios do CEM, nos corredores de acesso e paredes da instituição                                                                  | - A própria Ej      | -CEM/UFPR                                              | Continuamente (em desenv.) |
|       | Desenvolvimento estrutural e ambiental da Floresta do Palmito Paranaguá, PR.      | 2005 | Resp. Sócio-Ambiental | Auxílio na reestruturação das trilhas de acesso no interior do Parque, e divulgação sobre a importância turística e preservacionista do parque                    | -A própria Ej       | -IAP                                                   | Continuamente (em desenv.) |
|       | <b>Subtotal / sócio-ambientais: 07</b>                                            |      |                       |                                                                                                                                                                   |                     |                                                        |                            |

TABELA 12 - RELAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA MARIS A PARTIR DE 2003, E UMA BREVE DESCRIÇÃO DE SEUS CONTEÚDOS – 2005

|                              |                                                                                 |      |                 |                                                                                                                                                                                                                                 |                          |                                                                                                                                                                   | Conclusão           |
|------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------|------|-----------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|
|                              | Tema / título do projeto                                                        | Ano  | Área de atuação | Atividade Específica                                                                                                                                                                                                            | Demandante               | Parceiros                                                                                                                                                         | Duração (aprox.)    |
| Maris                        | Fórum sobre desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira em Antonina, PR. | 2003 | Eventos         | - Realização de palestras sobre a situação da pesca com ênfase para o litoral do PR<br>- Intermediação no conflito entre a cooperativa e colônia de pesca locais<br>- oficinas de educação ambiental para crianças do município | - ITCP<br>- A própria Ej | -Governo Federal<br>-Governo Estadual<br>-Secrets. municipais<br>-Cooperativa e colônia de pesca locais<br>-profs., pesquisadores e alunos do CEM /UFPR<br>-ONG's | 04 meses            |
|                              | <b>Subtotal / eventos: 01</b>                                                   |      |                 |                                                                                                                                                                                                                                 |                          |                                                                                                                                                                   |                     |
|                              | SGI – sistema de gestão integrada CEM/UFPR Pontal do PR, PR.                    | 2003 | Cursos          | - Realização de um curso de SGI aberto a comunidade acadêmica do CEM                                                                                                                                                            | - A própria Ej           | -Pedro Botafogo – especialista em Gestão Ambiental pela UFRJ                                                                                                      | 04 dias             |
|                              | Ética profissional e desenvolvimento humano CEM/UFPR Pontal do PR, PR.          | 2005 | Cursos          | -Realização do respectivo curso, aberto a comunidade acadêmica do CEM                                                                                                                                                           | - A própria Ej           | -Ângela Tibes – sócio-educadora do programa Rede Mulher                                                                                                           | 01 dia- (concluído) |
| <b>Subtotal / cursos: 02</b> |                                                                                 |      |                 |                                                                                                                                                                                                                                 |                          |                                                                                                                                                                   |                     |
| <b>TOTAL – SERVIÇOS: 13</b>  |                                                                                 |      |                 |                                                                                                                                                                                                                                 |                          |                                                                                                                                                                   |                     |

Fonte: pesquisa de campo (2005)

#### 5.8.4. Relação dos serviços prestados pela IO Jr.

Até hoje, a IO Jr. desenvolveu 1 projeto de cunho técnico-científico (mapa de sensibilidade ao óleo; etapa litoral sul de SP – 2005), 2 projetos de marketing (divulgação do perfil e da profissão de oceanografia em escolas, cursos pré-vestibulares e empresas da Cidade de São Paulo, SP – 2004 e 2005) e 2 projetos de responsabilidade sócio-ambiental (1. Intercâmbio de conhecimento entre o IO-USP e os moradores caiçaras da vila de Piçinguaba, 2005 – Ubatuba, SP; 2. Dia mundial

de limpeza de praias, 2005 – Ubatuba, SP) (TABELA 13). Totalizando, assim, 5 serviços já concluídos.

A IO Jr., que recentemente completou um ano desde sua criação, procurou direcionar os seus esforços iniciais para o desenvolvimento interno de sua Ej. Através de um pacote de serviços de gestão de uma pequena empresa, criado por ela mesma, com base nos documentos que teve acesso para sua constituição, a IO Jr. estruturou seu programa *trainee* – seleção e contratação de membros e consultores externos; e o plano de marketing em eventos – divulgação de suas finalidades e áreas de atuação, em eventos internos da área, da USP, do MEJ e outros que venham ao interesse da empresa.

Como frutos dessa etapa de estruturação interna, a Ej desenvolveu dois projetos de marketing institucional, em parceria com o IO-USP, que serão continuamente executados. O primeiro deles, de caráter formal, objetiva a divulgação da profissão e do profissional de Oceanografia nas diversas empresas da Cidade de São Paulo. Para isso, a Ej agenda os seus compromissos, apresenta palestras e workshops através de material gráfico e multimídia, além de participar de eventos de caráter profissional, sempre levando o nome do IO-USP. Já o segundo projeto de divulgação – Projeto Escolas – possui caráter mais informal, onde a Ej procura transmitir informações a respeito da profissão e do profissional de Oceanografia, em escolas e cursos pré-vestibulares do mesmo município, além de procurar participar de feiras universitárias e de profissão, para exposição de seu material gráfico. Este segundo projeto conta com o apoio também da *Teenager* assessoria educacional, além das próprias escolas e cursinhos interessados.

Além disso, a IO Jr. já desenvolveu 2 projetos na área de responsabilidade sócio-ambiental e, devido ao bom relacionamento que possui com o IO-USP (acesso a sua estrutura física e laboratórios de curso; alta credibilidade por parte de seus professores; total reconhecimento da Ej por parte da instituição de ensino), está engajada em 3 outros projetos, no âmbito técnico-científico<sup>17</sup>. O mapa de sensibilidade ao óleo – etapa litoral sul de SP, com duração de quatro meses de trabalho, pretende classificar os ambientes litorâneos quanto sua susceptibilidade ao

---

<sup>17</sup> A IO Jr. não quis divulgar o nome dos outros dois projetos de cunho técnico-científico, para que não houvesse comprometimento prévio de seus eventuais parceiros de trabalho.



óleo, proveniente de desastres antrópicos. Trata-se de um projeto no qual a Ej fora contratada pelo INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, onde este mesmo instituto é parceiro no seu desenvolvimento.

Considerado o principal projeto de responsabilidade sócio-ambiental desenvolvido pela IO Jr. até agora, por ser fomentador de um maior relacionamento entre a academia e a sociedade em geral, o “Intercâmbio de conhecimentos entre o Instituto Oceanográfico (IO-USP) e os moradores caiçaras da vila de Piçinguaba, Ubatuba, SP”, consistiu na troca de informações e conhecimentos entre alunos do curso de Oceanografia e moradores da vila de Piçinguaba; através da divulgação – por meio de palestras, atividades de integração e conversas informais do que vem a ser o profissional da área e os trabalhos desenvolvidos por sua instituição; e, ao mesmo tempo, a busca pelo conhecimento tradicional que os moradores locais possuem, capaz de lhes garantir sua subsistência, bem como a manutenção da cultura e identidade do seu povo.

Trata-se de um projeto de iniciativa própria da Ej, que surgiu a partir da identificação por parte dos alunos da necessidade de incentivar o IO-USP a desenvolver projetos dessa natureza, tendo em vista que muito pouco foi feito nessa área ao longo da existência do instituto. A Ej ainda chama atenção para o fato de que, apesar de o instituto ter uma base de pesquisa consolidada em Ubatuba já há algum tempo, o seu relacionamento com o entorno é mínimo, sendo que a maioria das vezes ocorre somente a busca do conhecimento tradicional por parte dos pesquisadores, como base para suas pesquisas, sem que haja o compartilhamento à sociedade em geral da informação gerada em seus trabalhos. Apesar disso, a Sociedade de Amigos do bairro de Piçinguaba recebeu a equipe executora de portas abertas, disponibilizando todos os dados e informações solicitadas pelo grupo, e procurando participar de todas as atividades previstas. Houve também um forte apoio institucional por parte da Prefeitura Municipal de Ubatuba, além do financiamento de todas as atividades do projeto, por parte da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da USP.

Os principais beneficiados com o desenvolvimento desta proposta foram os próprios executores, pela quantidade de informação adquirida, além do levantamento das necessidades sociais locais, com a possibilidade do desenvolvimento de futuros projetos na região. Os moradores da vila também

obtiveram retorno, ainda que superficial, a partir da familiarização com os trabalhos e alunos do IO-USP. Importante mencionar que a professora do IO-USP Elisabeth de Santos Braga, orientadora desta proposta, está sendo indicada para uma premiação nacional na área de responsabilidade social, pelos esforços e dedicação fornecidos no desenvolvimento deste trabalho. O grupo não apontou nenhuma dificuldade para a execução deste projeto, por ter sido um trabalho extremamente informal, além da excelente receptividade que obteve, por parte dos moradores da vila.

TABELA 13 - RELAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA IO JR. A PARTIR DE 2004, E UMA BREVE DESCRIÇÃO DE SEUS CONTEÚDOS – 2005

| Ej     | Tema / título do projeto                                                                              | Ano  | Área de atuação                  | Atividade Específica                                                                                                                                                                                                   | Demandante                                               | Parceiros                                                           | Duração (aprox.)           |  |
|--------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|----------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------|----------------------------|--|
| IO Jr. | Mapa de sensibilidade ao óleo. Etapa litoral sul, SP.                                                 | 2005 | Técnico-científica               | Classificação dos ambientes quanto a sua susceptibilidade ao óleo proveniente de desastres antrópicos.                                                                                                                 | -INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais        | -INPE                                                               | 04 meses (em desenv.)      |  |
|        | <b>Subtotal / Técnico-científicos: 01</b>                                                             |      |                                  |                                                                                                                                                                                                                        |                                                          |                                                                     |                            |  |
|        | Projeto – divulgação do oceanógrafo em empresas de São Paulo, SP.                                     | 2004 | Marketing                        | Divulgação do curso, da profissão e do IO-USP para empresas da grande São Paulo, através de palestras, workshops, reuniões e participação em eventos profissionais.                                                    | -IO-USP<br>-A própria Ej                                 | -IO-USP<br>-Profs. do curso                                         | Continuamente (em desenv.) |  |
|        | Projeto – Escolas, em São Paulo, SP.                                                                  | 2005 | Marketing                        | Divulgação do curso, da profissão e do IO-USP nas escolas e cursos pré-vestibulares da grande São Paulo.                                                                                                               | -IO-USP<br>-A própria Ej                                 | -IO-USP<br>-Teenager assessoria educacional<br>-Escolas e cursinhos | Continuamente (em desenv.) |  |
|        | <b>Subtotal / marketing: 02</b>                                                                       |      |                                  |                                                                                                                                                                                                                        |                                                          |                                                                     |                            |  |
|        | Intercâmbio de conhecimento entre o IO-USP e os moradores caiçaras da vila de Piçinguaba, Ubatuba-SP. | 2005 | Responsabilidade Sócio-ambiental | Troca de informações e conhecimentos entre alunos do IO-USP e moradores da vila de Piçinguaba: proposta de divulgação do instituto, e ao mesmo tempo a busca pelo conhecimento tradicional fornecido pelos pescadores. | -IO-USP<br>-A própria Ej                                 | -Sociedade de amigos do bairro de Piçinguaba<br>-IO-USP             | Continuamente (em desenv.) |  |
|        | Dia mundial de limpeza de praias. Ubatuba, SP.                                                        | 2005 | Responsabilidade Sócio-ambiental | Mutirão internacional de limpeza de praias, e quantificação do lixo recolhido.                                                                                                                                         | -ONG Mar e Terra (etapa Brasil)<br>-Orgs. internacionais | -ONG'S<br>-Iniciativa privada                                       | 01 dia (anualmente)        |  |
|        | <b>Subtotal / sócio-ambientais: 02</b>                                                                |      |                                  |                                                                                                                                                                                                                        |                                                          |                                                                     |                            |  |
|        | <b>TOTAL – SERVIÇOS: 05</b>                                                                           |      |                                  |                                                                                                                                                                                                                        |                                                          |                                                                     |                            |  |

Fonte: pesquisa de campo (2005)

#### 5.8.5. Relação dos serviços prestados pela Nauta

Oficialmente fundada em junho deste ano (2005), a Ej mais recente na área já vem desenvolvendo os seus serviços há cerca de um ano. Certamente em boa parte do tempo ela esteve empenhada em estruturar-se internamente, para que então fosse possível sua institucionalização.

Entretanto, de lá pra cá ela já realizou três projetos, sendo que um deles de cunho técnico-científico, além de dois eventos relacionados à Oceanografia e ao profissional da área (TABELA 14).

Atualmente, a Ej encontra-se em fase de planejamento de dois outros projetos, ambos de responsabilidade sócio-ambiental, a serem desenvolvidos em parceria com a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, e do Centro de Produção de sua Universidade – CEPUERJ (totalizando, assim, 5 serviços, dentre os já concluídos e os em desenvolvimento). O primeiro deles – “Praia Viva” – refere-se a um projeto de conscientização ambiental dos turistas e moradores da Cidade do Rio de Janeiro, a respeito dos ambientes praias e sua dinâmica natural. A Ej pretende sensibilizar a comunidade em geral a respeito da problemática sócio-ambiental existente neste espaços – lixo, esgoto, poluição, desmatamento da mata nativa, etc. – de modo a chamar a atenção das autoridades e órgãos responsáveis pela fiscalização e cumprimento da legislação ambiental, visando mitigar esses problemas. O outro projeto na área – “Papo de Praia” – prevê a confecção de painéis informativos, distribuídos ao longo da orla marítima desse mesmo município, com informações sobre as características sócio-ambientais das regiões costeiras do estado, de modo a despertar a atenção do público em geral sobre a importância de se preservar os aspectos sócio-ambientais e histórico-culturais mais relevantes que essas regiões apresentam. Para isso, a Ej está buscando também o apoio das redes hoteleiras do município.

A “Semana Nauta de Responsabilidade Sócio-ambiental”, recentemente realizada – setembro de 2005 – foi considerada um dos principais projetos desenvolvidos por sua equipe até hoje.

Ao longo de uma semana houve a realização de um ciclo de palestras, estudos de caso e mesas redondas, voltadas para a responsabilidade sócio-ambiental no ambiente dos negócios. O evento foi proposto devido à necessidade

apontada pela Ej de se trabalhar esse tema em sua profissão. Segundo os alunos do curso, não há um significativo repasse de informações dessa área ao longo dos cinco anos de graduação, de forma que o evento teve um caráter bem profissional – palestras de executivos e consultores na área ambiental, como representatividades da PETROBRÁS, e das Secretarias Estadual e Municipal do Meio Ambiente.

Este evento contou com a presença de cerca de 300 pessoas, entre profissionais, professores, pesquisadores e estudantes provenientes dos cursos de Pedagogia, Geografia, Direito, Biologia, Oceanografia, entre outros. Certamente a principal beneficiada foi a Nauta, pela divulgação de seus serviços e pelo sucesso do evento, além de ter sido a fonte de maior captação de recursos para a empresa até hoje. A Ej ainda apontou o fato de ter melhorado sua imagem perante a instituição de ensino e alunos, e sua equipe acredita ter adquirido mais confiança na busca pela prestação de novos serviços, seja nessa ou em outras possíveis áreas de atuação de sua Ej.

Em termos gerais, o público participante avaliou o evento de forma satisfatória, por ter recebido uma bagagem atualizada de informações sobre projetos e serviços desenvolvidos na respectiva temática. A Ej procurou visitar previamente as empresas e instituições que executam projetos na área, de forma a identificar os casos mais interessantes e então convidá-los a participar do evento. A principal financiadora desta proposta foi a PETROBRAS, em conjunto com o CEPUERJ. O departamento do curso forneceu um bom apoio institucional, por ter cedido o espaço físico para a realização do evento, além de ter dispensado os alunos para que estes pudessem participar, livres de carga horária. A Ej apontou como principal dificuldade para a viabilização desta proposta, a falta de logística necessária para convidar pessoas reconhecidas no mercado para proferirem palestras durante o evento – isso pela falta de experiência no assunto, além da falta de credibilidade inicial por parte da empresa no mercado, situação um tanto natural para uma Ej recém-operante na área.

A Nauta ainda procurou detalhar o seu único projeto de cunho técnico-científico desenvolvido até hoje. O trabalho “Coleta de dados ambientais no litoral norte do Rio de Janeiro, RJ”, foi fundamentado em saídas de campo para aquisição de dados de corrente e temperatura no rio São João, litoral norte do estado. Para a realização deste serviço, a Ej foi contratada pelo LAGEMAR – Laboratório de

Geologia Marinha, da UFF – Universidade Federal Fluminense. Este laboratório obteve indicação a respeito da possibilidade de execução deste trabalho por uma Ej, através de um ex-aluno do curso de Oceanografia da UERJ, que atualmente faz mestrado na UFF. Inclusive os dados gerados nas coletas foram posteriormente utilizados em seu trabalho. A Ej teve que contratar um técnico de laboratório para a devida orientação profissional da equipe executora, pois não houve apoio institucional por parte da UERJ nesse sentido, apesar de a Universidade ter cedido livre acesso aos seus equipamentos para o processamento dos dados coletados em campo. Por ter sido o primeiro projeto realizado pela Ej desde sua constituição, não havia o devido conhecimento de sua equipe nos trâmites relacionados à assinatura de contratos, emissão de nota fiscal, entre outros aspectos envolvidos em prestação de serviços. A respeito do livre acesso aos equipamentos, não havia o conhecimento suficiente por parte dos alunos para operá-los, o que impediu um rápido processamento dos dados. Mesmo assim, a Ej considera-se satisfeita, pois, além de ter cumprido os seus objetivos e fornecido um retorno satisfatório para o seu cliente, ela pôde começar a compreender, na prática, o passo-a-passo da realização de um projeto, bem como as principais dificuldades envolvidas neste processo.

TABELA 14 - RELAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA NAUTA A PARTIR DE 2004, E UMA BREVE DESCRIÇÃO DE SEUS CONTEÚDOS – 2005

| Ej                          | Tema / Título do projeto                                           | Ano  | Área de atuação       | Atividade Específica                                                                                                                                              | Demandante                                                                           | Parceiros                                                                                  | Duração (aprox.)         |
|-----------------------------|--------------------------------------------------------------------|------|-----------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| Nauta                       | Coleta de dados ambientais no litoral norte do Rio de Janeiro, RJ. | 2005 | Técnico-científica    | Saídas de campo para aquisição de dados de corrente e temperatura no Rio São João                                                                                 | LAGEMAR – Laboratório de Geologia Marinha, da UFF – Universidade Federal Fluminense. | -LAGEMAR<br>-Depto. de Oceanografia da UERJ                                                | 03 semanas-<br>Concluído |
|                             | <b>Subtotal / Técnico-científicos: 01</b>                          |      |                       |                                                                                                                                                                   |                                                                                      |                                                                                            |                          |
|                             | Seminário interno de Oceanografia Física, UERJ, RJ.                | 2004 | Eventos               | Realização de um ciclo de palestras sobre o respectivo tema                                                                                                       | -Depto. de Oceanografia da UERJ                                                      | -Depto. de Oceanografia da UERJ                                                            | 02 dias                  |
|                             | Semana Nauta de Responsabilidade Sócio-ambiental, UERJ, RJ.        | 2005 | Eventos               | Realização de um ciclo de palestras com uma temática voltada para a responsabilidade sócio-ambiental no ambiente profissional                                     | -A própria Ej                                                                        | -PETROBRAS<br>-CEPUERJ – Centro de produção da UERJ                                        | 01 semana –<br>concluído |
|                             | <b>Subtotal / eventos: 02</b>                                      |      |                       |                                                                                                                                                                   |                                                                                      |                                                                                            |                          |
|                             | Projeto Praia Viva, RJ.                                            | 2005 | Resp. Sócio-ambiental | Projeto de Conscientização ambiental dos turistas e moradores da Cidade do Rio de Janeiro, a respeito dos ambientes praias e sua dinâmica natural.                | - Depto. do curso<br>-A própria Ej                                                   | -CEPUERJ<br>-Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro<br>-Iniciativa privada                 | 05 meses<br>(a iniciar)  |
|                             | Papo de Praia, nas praias do Rio de Janeiro, RJ                    | 2005 | Resp. Sócio-ambiental | Desenvolvimento de painéis informativos, distribuídos ao longo da orla marítima, com informações sobre as características sócio-ambientais de sua área de estudo. | -A própria Ej                                                                        | -Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro<br>-Redes hoteleiras (ambas ainda não confirmadas) | 02 meses<br>(a iniciar)  |
|                             | <b>Subtotal / sócio-ambientais: 02</b>                             |      |                       |                                                                                                                                                                   |                                                                                      |                                                                                            |                          |
| <b>TOTAL – SERVIÇOS: 05</b> |                                                                    |      |                       |                                                                                                                                                                   |                                                                                      |                                                                                            |                          |

Fonte: pesquisa de campo (2005)

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De maneira geral, todos os objetivos propostos para este trabalho foram cumpridos com êxito.

Uma reunião de dados e informações sobre o Movimento Empresa Júnior foi um dos grandes resultados dessa pesquisa. Sendo que até hoje não foi encontrado pelo autor nenhum outro documento publicado dessa espécie.

Através deste trabalho pioneiro, pôde-se dar início ao registro de uma questão muito debatida, mas efetivamente pouco estudada: o papel do MEJ na formação do aluno, na Universidade, e na sociedade em geral.

A presente pesquisa englobou as empresas juniores dos cursos de graduação em Oceanografia no Brasil. Tal abrangência foi adotada, uma vez que objetivou-se verificar as potencialidades e os limites atuais apresentados por essas Ejs, para atuarem no âmbito da gestão ambiental costeira.

Através dos resultados obtidos com essa pesquisa, foi possível compará-las quanto as suas metodologias de trabalho, sendo que em muitos casos pôde-se observar uma aplicação apropriada de seus aspectos organizacionais em seus processos de gestão.

O fato de todas elas terem sido fundadas e até então gerenciadas exclusivamente por alunos de graduação, confere-lhes legitimidade perante o MEJ, além do fato de que não remuneram o seu quadro social, no que diz respeito ao exercício de seus cargos.

Em relação aos seus aspectos legais, de maneira geral todas elas estão em dia com os seus documentos de registro, cumprindo regularmente suas obrigações sociais. Isso as torna aptas para a prestação de serviços que exigem contratos, bem como para o desenvolvimento de quaisquer atividades que necessitem sua personalidade jurídica.

A construção de um bom relacionamento entre empresa júnior, Universidade e sociedade civil depende principalmente da Ej, pois acima de tudo ela precisa divulgar da forma mais abrangente e detalhada possível, os possíveis benefícios provindos de seus serviços, além das possíveis formas de participação de alunos, professores e público em geral, em suas atividades.

Nesse ponto, a IO Jr. aparenta ser hoje a mais beneficiada das Ejs de sua área, por apresentar um ótimo relacionamento com o IO-USP, que até hoje procurou orientá-la desde seu primeiro passo, além de ter sido parceiro em praticamente todos os seus projetos. Num outro extremo encontra-se a Maris que, ao contrário das demais Ejs estudadas, não obteve nenhum apoio de sua Universidade durante o seu processo de constituição, e ainda não desenvolveu nenhum projeto de cunho técnico-científico. Mas isso não quer dizer que ela tenha tido um mau relacionamento com sua instituição ao longo de sua existência, apenas reflete a necessidade de que ela conte com mais apoio institucional em seus projetos e serviços.

Todas as Ejs apresentaram-se bem democráticas quanto à participação dos alunos de graduação em suas atividades e projetos. Em boa parte delas, existe um processo de seleção de candidatos para a composição de seu quadro social e de diretoria, bem como para a execução de seus projetos; com destaque para o programa *trainee* da IO Jr. Seria interessante que tanto a Ecoservice quanto a Ecoceano desenvolvessem mecanismos semelhantes, a fim de que pudessem identificar candidatos que possuam o perfil que essas Ejs estão procurando para seus serviços. Assim, otimizando a qualidade de suas atividades e a eficiência no trabalho por parte de seus associados.

Em termos gerais, as Ejs de Oceanografia não possuem ligação direta com suas federações estaduais de empresas juniores. Seja pelo fato de as federações não estarem preparadas para apoiá-las, seja por não haver interesse da própria Ej. Há, portanto, a necessidade de se desenvolver um trabalho nesse sentido, de forma que o MEJ como um todo possa se beneficiar, garantindo maior representatividade e unidade ao movimento. Possivelmente a criação da Oceano Jr. venha a acrescentar muito nesse processo, podendo essa inclusive fazer a intermediação necessária para a filiação dessas Ejs em suas federações estaduais.

Quanto aos seus aspectos organizacionais, alguns pontos são merecedores de destaque.

Com relação ao Planejamento Estratégico, o exemplo dado pela IO Jr. deveria ser adotado pelas demais Ejs, a fim de otimizarem ao máximo os seus recursos – financeiros, materiais e humanos – para que seja possível uma maior prestação de serviços, com qualidade, e em menos tempo. Neste ponto é



imprescindível o planejamento e revisão contínua de suas atividades, e também a avaliação dos resultados obtidos em cada uma delas.

A avaliação contínua de desempenho – de membros e da empresa – é considerada uma importante ferramenta de gestão, capaz de identificar tanto os pontos de sucesso, quanto aqueles aspectos que necessitam ser trabalhados com maior intensidade. É altamente aconselhável que as Ejs passem a desenvolver e a aplicar este recurso. Para isso, os prazos e as condições de prestação de um serviço qualquer devem sempre ser muito claros e de conhecimento de toda a equipe envolvida e, se possível, deve haver a firmação de um termo de compromisso, a fim de formalizar a ação. Este mecanismo facilita identificar se houve ou não o cumprimento do combinado. Para a implementação dos mecanismos de avaliação de desempenho e principalmente para a análise de seus resultados, torna-se fundamental o acompanhamento de um profissional da área de recursos humanos. E, caso seja identificada, ao longo do processo, a necessidade de relocação ou mesmo desligamento de membros dos projetos e de seu quadro social – seja pelo não cumprimento de suas atribuições, seja por motivos externos aos trabalhos da organização – estes mecanismos devem ser aplicados, mesmo porque todas as Ejs disseram possuí-los.

Os planos de marketing para divulgação de seus serviços apresentaram-se bem estruturados em praticamente todas as Ejs de Oceanografia, havendo necessidade somente de ajustar o planejamento de diretoria de marketing da Ecoservice e da IO Jr., ou mesmo propor a relocação de seus diretores.

As Ejs atualmente têm lidado razoavelmente bem com a questão financeira, sendo que a Ecoservice é a menos favorecida nesse sentido. Seria interessante que as Ejs pudessem ter pelo menos uma fonte fixa de arrecadação de recursos, capaz de garantir a manutenção de suas despesas, pois nem sempre a prestação de seus serviços lhes dá algum retorno financeiro – principalmente a partir do desenvolvimento de projetos de responsabilidade sócio-ambiental, quando não há financiamento por parte de terceiros. Há também a necessidade de aplicação de parte de seus recursos na capacitação técnica de seu quadro gestor, para que a Ej então possa mitigar os problemas relacionados as suas atividades gerenciais; e para que haja também a possibilidade de despertar o interesse dos demais membros para com os compromissos futuros de gestão da Ej. Para isso, o exemplo do

programa *trainee*, desenvolvido e implementado pela IO Jr. em sua Ej, é uma ótima oportunidade, sem que necessariamente haja direcionamento de recursos para esse fim.

É muito importante que se trabalhe da maneira mais completa possível os novos membros que ingressarem na Ej, pois serão justamente eles que estarão à frente dos negócios em um futuro próspero. Os alunos dos primeiros anos do curso são um bom alvo, pois geralmente encontram-se destituídos de compromissos externos à graduação, podendo dessa forma contribuir com maior intensidade aos trabalhos da Ej.

Como forma de avaliar o potencial das empresas juniores para o desenvolvimento de atividades e serviços no âmbito da gestão ambiental costeira, procurou-se caracterizar os principais projetos e atividades por elas já realizados, e principalmente identificar os seus resultados e beneficiados.

Hoje, as Ejs de Oceanografia tendem a concentrar suas atividades nas áreas de educação e responsabilidade sócio-ambiental, mesmo que a partir de serviços de cunho técnico-científico ou da realização de eventos. Isso ficou demonstrado através dos diversos projetos desenvolvidos por elas sob esse enfoque, além de suas perspectivas futuras de trabalho.

Dessa forma, as Ejs estão cada vez mais facilitando e fomentando o contato Universidade-sociedade, apresentando-se como um importante canal de comunicação entre elas. Além de estarem atuando como transferidoras do conhecimento, através do intercâmbio de informações entre IES, órgãos públicos e sociedade civil.

No caso da Maris em específico, essa Ej hoje atua como representante de sua comunidade acadêmica, tanto em uma equipe técnica de um projeto governamental, como no conselho gestor de um parque municipal – sendo que no segundo exemplo ela tem grandes possibilidades de vir a representar o conjunto de ONG's de seu município. Essas representatividades poderiam também ser buscadas pelas demais Ejs da área, pois todas elas possuem uma estrutura organizacional com representatividade jurídica própria, capaz de representar os diversos segmentos da sociedade civil, de forma a favorecê-los no repasse de informações, serviços e demais benefícios.

As parcerias mostraram-se fundamentais para o desenvolvimento dos projetos e serviços, e principalmente para a captação de recursos para as Ejs alvo deste estudo. O apoio das IES foi o mais reivindicado nesse sentido, principalmente na execução dos serviços e atividades de cunho técnico-científico, onde sempre há a necessidade de acompanhamento por parte de profissionais especializados no assunto.

As características citadas anteriormente pelas Ejs de Oceanografia, são capazes de demonstrar algumas das potencialidades sugeridas pelo PNGC, para que uma sociedade organizada venha a atuar no campo da gestão ambiental costeira.

Desse modo, essas empresas juniores podem ser consideradas hoje uma ferramenta auxiliadora na construção da gestão ambiental costeira no país, visto que se trata de um processo dinâmico e complexo, em constante desenvolvimento, e que necessita cada vez mais da participação dos diversos segmentos sociais envolvidos nessa questão.

Assim sendo, iniciativas como essas só tendem a acrescentar a proposta inicial do PNGC, contribuindo principalmente para a formação de profissionais mais humanitários e sensibilizados com a questão sócio-ambiental, e viabilizando o desenvolvimento ambiental, econômico e social do país.

## 7. REFERÊNCIAS

ASMUS, M. & KITZMANN, D. (Orgs). Gestão costeira no Brasil: estado atual e perspectivas. In: **ECOPLATA: Programa de apoio a la gestión integrada en la zona costera uruguaya**. 2004, Uruguai. Relatório técnico. Fundação Universidade Federal de Rio Grande – FURG / RS. 63p.

BRASIL. Decreto Federal n. 5.300, de 07 de dezembro de 2004. Regulamenta a Lei n. 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC, dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <[http://www.cetesb.sp.gov.br/licenciamentoo/legislacao/federal/decretos/2004\\_Dec\\_Fed\\_5300.pdf](http://www.cetesb.sp.gov.br/licenciamentoo/legislacao/federal/decretos/2004_Dec_Fed_5300.pdf)>. Acesso em: 22 out. 2005.

BRASIL. Lei Federal n. 7.661, de 16 de maio de 1988. Dispõe sobre o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <<http://www.ibamapr.hpg.ig.com.br/766188leiF.htm>>. Acesso em: 22 out. 2005.

BRASIL JÚNIOR. **Histórico do movimento empresa júnior**. Disponível em: <<http://uaua.ufba.br/brasiljr/vertical/historico.php>>. Acesso em: 07 jul. 2005.

BRASIL JUNIOR, 2003. **Conceito nacional de empresa júnior**. Disponível em: <[http://uaua.ufba.br/brasiljr/vertical/conteito\\_nacional.php](http://uaua.ufba.br/brasiljr/vertical/conteito_nacional.php)> . Acesso em: 07 jul. 2005.

→ CICIN-SAIN, B. Sustainable development and integrated coastal management. **Ocean & Coastal Management**. v. 21, p. 11-43. 1993.

CNJE, 1999. **Les junior entreprises: le concept**. Disponível em: <<http://www.cnje.org/Rubrique54.html>> . Acesso em: 10 jul. 2005.

DE MATOS, F. **A empresa júnior no Brasil e no mundo: o conceito, o funcionamento, a história e as tendências do movimento EJ**. São Paulo: Martin Claret, 1997. 200 p.

EJ-FGV. **Surge a empresa Júnior – FGV, primeira empresa júnior da América Latina**. Disponível em: <<http://www.eifgv.com.br/site/web/verpagina.asp?cod=9>>. Acesso em: 12 ago. 2005.

ESSEC, 2002. **Junior Essec: la force de l'expérience**. Disponível em: <<http://www.junioressec.com>> . Acesso em: 10 ago. 2005.

FEJEPAR. **Código de ética do movimento empresa júnior**. Disponível em: <[http://www.fejepar.org.br/arquivos\\_html/codigo.htm](http://www.fejepar.org.br/arquivos_html/codigo.htm)>. Acesso em: 12 ago. 2005.

- FEJEPAR. **Kit FEJEPAR: instruções para a criação de uma empresa júnior.** Disponível em: <[http://www.fejepar.org.br/arquivos\\_html/kit.htm](http://www.fejepar.org.br/arquivos_html/kit.htm)>. Acesso em: 12 ago. 2005.
- FEJESC, 2003. **Histórico do movimento empresa júnior no Brasil e no mundo.** Disponível em: <<http://www.fejesc.org.br/mej.htm>>. Acesso em: 07 jul. 2005.
- FEJESP, 1990. **Estatuto da Federação das Empresas Juniores do Estado de São Paulo.** Disponível em: <[http://www.fejesp.org.br/movimento/estatuto\\_fejesp.html](http://www.fejesp.org.br/movimento/estatuto_fejesp.html)>. Acesso em: 10 jul. 2005.
- FEJESP. **Kit FEJESP: instruções para a criação de uma empresa júnior.** Disponível em: <[http://www.fejesp.org.br/movimento/kit\\_fejesp.html](http://www.fejesp.org.br/movimento/kit_fejesp.html)>. Acesso em: 12 ago. 2005.
- FOLLARI, R. A. Interdisciplina e dialética: sobre um mal-entendido, JANTSCH, A.P. & BIANCHETTI, L. (orgs.) **Interdisciplinaridade. Para além da filosofia do sujeito**, Petrópolis-RJ: Vozes, 1995, p. 127-157.
- IBGE, 2000. **Censo Demográfico – Resultados do universo.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 23 set. 2005.
- IO-USP, 2005. **O profissional oceanógrafo.** Disponível em: <<http://www.io.usp.br/ensino/graduacao/graduacao.htm#oceanografo>>. Acesso em: 13 ago. 2005.
- JADE, 2003. **History of the junior enterprise movement.** Disponível em: <<http://www.jadenet.org/about/history/?PHPSESSID=59542ac2eea6af18545dfaf95504c1f5>>. Acesso em: 10 ago. 2005.
- LANNA, A. E. L. Gerenciamento de Bacia Hidrográfica: aspectos conceituais e metodológicos. **Coleção meio ambiente.** Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Brasília. 171p. 1995.
- LBI – Liga Bolchevique Internacionalista. **Há 30 anos do maio francês.** Disponível em: <[http://www.geocities.com/lbi\\_br/rmr0213.html](http://www.geocities.com/lbi_br/rmr0213.html)>. Acesso em: 22 set. 2005.
- LEVY, C. **Com projetos e idéias, empresas juniores buscam novos horizontes.** Jornal da UNICAMP, Campinas, de 26 abr. a 02 maio 2004. Disponível em: <[http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp\\_hoje/ju/abril2004/ju249pag06.html](http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/abril2004/ju249pag06.html)>. Acesso em: 14 set. 2005.
- MMA, 2003 – Ministério do Meio Ambiente. Brasil. **Caracterização da zona costeira do Brasil.** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sqa/projeto/gerco/caracter.html>>. Acesso em: 22 out. 2005.

\_\_\_\_\_. **O Plano nacional de gerenciamento costeiro.** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sqa/projeto/gerco/planocac.html>>. Acesso em: 22 out. 2005.

NOVAIS, L.A., 2000. **Como planejar e abrir uma empresa júnior.** Disponível em: <[www.nuemp.ufscar.br/public.htm](http://www.nuemp.ufscar.br/public.htm)>. Acesso em: 10 ago. 2005.

SANTOS, A.F.A., et al. Empresa júnior: uma experiência de sucesso no curso de engenharia elétrica da escola politécnica da UFBA. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO DE ENGENHARIA, 33, 2005, Campina Grande – PB. 12p.

TEIXEIRA, J.B. et al. **Diagnóstico da atividade pesqueira nas comunidades no entorno da área proposta para a unidade de conservação marinha de Santa Cruz.** Aracruz: ECOCEANO, 2005. 76 p. Relatório técnico.

## 8. APÊNDICES

# APÊNDICE 1 – MODELO DE QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTAS COM OS REPRESENTANTES DAS EJS DE OCEANOGRAFIA DO BRASIL

Universidade Federal do Paraná  
 Centro de Estudos do Mar  
 Curso de Graduação em Oceanografia

## CARACTERIZAÇÃO DAS EJS DE OCEANOGRAFIA: ORGANIZAÇÃO, ESTRUTURA E SERVIÇOS.

Data: \_\_\_\_\_  
 Local: \_\_\_\_\_

### I. Identificação do entrevistado

1. Nome do entrevistado: \_\_\_\_\_  
 2. Idade: \_\_\_\_\_ 3. Ano que cursa: \_\_\_\_\_ 4. Desde que ano integra a empresa: \_\_\_\_\_  
 5. Contatos (tel. / e-mail) \_\_\_\_\_  
 6. Que cargo ocupa agora? \_\_\_\_\_  
 7. Quais os cargos que já ocupou antes? \_\_\_\_\_

### II. Identificação e dados gerais da Empresa

8. Nome da empresa: \_\_\_\_\_  
 9. Nome do curso e Universidade a qual pertence: \_\_\_\_\_  
 10. Modalidade de funcionamento do curso: ( ) Diurno ( ) Noturno ( ) Período integral  
 11. Endereço: \_\_\_\_\_  
 12. Bairro: \_\_\_\_\_ 13. Cidade: \_\_\_\_\_ 14. Estado: \_\_\_\_\_  
 15. CEP: \_\_\_\_\_ 16. Fone / fax: \_\_\_\_\_ /// \_\_\_\_\_  
 17. Homepage: \_\_\_\_\_ 18. E-mail: \_\_\_\_\_  
 19. Nome do principal responsável: \_\_\_\_\_  
 20. Telefone de contato: \_\_\_\_\_ 21. E-mail: \_\_\_\_\_  
 22. Qual a **situação legal atual** da empresa? Possui:

|                         | Não | Em dia | Em processo de regularização (obs.) |
|-------------------------|-----|--------|-------------------------------------|
| CNPJ                    |     |        |                                     |
| Estatuto                |     |        |                                     |
| Alvará de funcionamento |     |        |                                     |

23. Qual o **vínculo atual** com a Federação correspondente:  
 ( ) Federada, desde?: \_\_\_\_\_ ( ) Em processo de federação ( ) Não-federada. Por quais motivos?  
 24. Se federada, possui membros atuando na Federação? ( ) Não ( ) Sim, com que cargo ou função?

### III. Composição atual

25. Quantos membros efetivos têm atualmente a Ej? \_\_\_\_\_ A Diretoria? \_\_\_\_\_ E o Conselho? \_\_\_\_\_  
 26. Como se compõe a Ej (no caso de estudantes, como se dá sua distribuição por ano de curso)?

|           | Estudantes (ano de curso) |    |    |    |    |    | Formados | Professores | Outros (especificar) |
|-----------|---------------------------|----|----|----|----|----|----------|-------------|----------------------|
|           | Total                     | 1º | 2º | 3º | 4º | 5º |          |             |                      |
| Membros   |                           |    |    |    |    |    |          |             |                      |
| Conselho  |                           |    |    |    |    |    |          |             |                      |
| Diretoria |                           |    |    |    |    |    |          |             |                      |

27. Qual o período de exercício social dos membros da Diretoria? \_\_\_\_\_  
 28. Há a possibilidade de renovação do mandato? ( ) Não. Sim. Por quanto tempo? \_\_\_\_\_  
 29. Qual o processo habitual de seleção dos membros efetivos (do Conselho e da Diretoria)?  
 a. Conselho: \_\_\_\_\_  
 b. Diretoria: \_\_\_\_\_



30. Há alguma forma de remuneração de?

|           | NÃO | Sim, qual? |
|-----------|-----|------------|
| Membros   |     |            |
| Conselho  |     |            |
| Diretoria |     |            |

31. Desconsiderando membros efetivos, existem outras possíveis formas de participação na Ej? (marque um "x")

|                               | "x" | Quantos há na atualidade em cada classe? |
|-------------------------------|-----|------------------------------------------|
| Membro honorário (contratado) |     |                                          |
| Estagiário voluntário         |     |                                          |
| Outros (especificar)          |     |                                          |

#### IV. Histórico de constituição da Ej

32. Data de fundação: \_\_\_\_\_

33. Por parte de quem houve um maior comprometimento na criação da Ej?

( ) Estudantes ( ) Estudantes e profs. ( ) Profs.

( ) Outros (especificar): \_\_\_\_\_

34. Houve a coleta de informações acerca do MEJ?

( ) Manual de instruções para a criação de uma empresa júnior (p.ex.: KIT FEJESP)

( ) Apoio da federação correspondente ou de outras Ejs

( ) Conceito Nacional de Empresa Júnior

( ) Código de Ética do MEJ

( ) Outros. Favor especificar: \_\_\_\_\_

35. Houve elaboração da proposta de criação da Ej com os seguintes esclarecimentos:

|                                                                                                                                                                                                                                          | SIM | NÃO | PARCIAL |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|-----|---------|
| a. Sua finalidade (o porquê de sua criação)?                                                                                                                                                                                             |     |     |         |
| b. Público-alvo (a quem se destina)?                                                                                                                                                                                                     |     |     |         |
| c. Detalhes de sua estrutura administrativa, organização interna e funcionamento?                                                                                                                                                        |     |     |         |
| d. Formas de relacionamento com alunos (possíveis formas de participação e colaboração em seus serviços e atividades)?                                                                                                                   |     |     |         |
| e. Formas de relacionamento com professores/laboratórios (possíveis formas de participação e colaboração em seus serviços e atividades)?                                                                                                 |     |     |         |
| f. Formas de relacionamento com unidades administrativas* da Universidade (coordenação do curso, departamentos de assuntos estudantis, etc.) especificando possíveis formas de participação e colaboração em seus serviços e atividades? |     |     |         |

36. Para quem foi divulgada a respectiva proposta? ( ) Alunos ( ) Professores

( ) Unidades administrativas\* ( ) Outros. Favor especificar: \_\_\_\_\_

37. Quantos estudantes se interessaram em participar, no primeiro momento? \_\_\_\_\_

38. Que tipo de apoio a Ej recebeu durante o seu processo de constituição?

a. Da faculdade /Universidade: \_\_\_\_\_

b. Da federação correspondente: \_\_\_\_\_

c. Outros (especificar): \_\_\_\_\_

39. Quais foram as principais dificuldades durante o seu processo de constituição?

#### V. Vínculos com a Universidade, Federação e outras Ej's de Oceanografia

40. Qual a situação formal da empresa perante a faculdade/Universidade?

( ) Formalmente reconhecida (possui documento comprobatório)

( ) Informalmente reconhecida. Por quais motivos? \_\_\_\_\_

( ) Não é reconhecida. Por quais motivos? \_\_\_\_\_

41. Qual o vínculo atual com a instituição de ensino correspondente:

- ( ) Institucional (recebe orientação de seu corpo técnico no desenvolvimento de seus projetos)  
( ) Infra-estrutura (usufrui suas instalações de um modo geral – espaço físico, laboratórios, etc.)  
( ) Financeiro (recebe apoio financeiro para sua manutenção e desenvolvimento de suas atividades)  
( ) Outros. Favor especificar: \_\_\_\_\_

42. Qual o grau de **autonomia de gestão** da Ej em relação à Universidade?

- ( ) Total ( ) Parcial / Nenhum. Por quais motivos? \_\_\_\_\_

43. Quais têm sido as **principais colaborações** por parte da Ej à Universidade na qual está inserida? (detalhe)

44. A Ej **recebe / fornece** algum tipo de apoio à Federação correspondente? (detalhe)

45. A Ej **recebe / fornece** algum tipo de apoio às outras Ejs de Oceanografia? (detalhe)

#### VI. Aspectos organizacionais

46. Aspectos organizacionais previstos, e aplicados parcial ou plenamente.

|                                                                      | Apenas Previsto | Aplicado parcialmente | Aplicado Plenamente |
|----------------------------------------------------------------------|-----------------|-----------------------|---------------------|
| a. Elaboração e atualização de Plano Estratégico                     |                 |                       |                     |
| b. Métodos de avaliação contínua de desempenho da empresa            |                 |                       |                     |
| c. Planejamento contínuo de suas atividades                          |                 |                       |                     |
| d. Planos de marketing para divulgação de seus serviços              |                 |                       |                     |
| e. Mecanismos para geração de recursos financeiros                   |                 |                       |                     |
| f. Mecanismos para ingresso / contratação de membros                 |                 |                       |                     |
| g. Mecanismos para desligamento de sócios                            |                 |                       |                     |
| h. Mecanismos para renovação de seu quadro diretor (eleições)        |                 |                       |                     |
| i. Mecanismos de organização e distribuição de tarefas               |                 |                       |                     |
| j. Mecanismos de avaliação contínua de desempenho de seus membros    |                 |                       |                     |
| k. Cadastro atualizado de membros                                    |                 |                       |                     |
| l. Métodos para arquivar informações e procedimentos administrativos |                 |                       |                     |
| m. Mecanismos de capacitação técnico-profissional de seus associados |                 |                       |                     |
| n. Contabilidade financeira                                          |                 |                       |                     |

Outros aspectos de significativa relevância (especificar): \_\_\_\_\_

47. Quais as principais dificuldades observadas em termos de gerenciamento da Ej ? (detalhe)

#### VII. Recursos materiais e financeiros

48. Qual a infra-estrutura que a Ej tem a sua disposição?

- ( ) Sede ( ) Telefone ( ) Fax ( ) Computador ( ) Impressora ( ) Internet  
( ) Outros. Favor especificar: \_\_\_\_\_

49. Qual a média mensal de arrecadação monetária da Ej? R\$ \_\_\_\_\_

50. Qual o capital financeiro atual da Ej? R\$ \_\_\_\_\_

51. Possui conta bancária própria? ( ) Sim ( ) Não, por quê? \_\_\_\_\_

52. Especifique a % de arrecadação correspondente a cada uma de suas fontes financeiras (em relação ao total):

| Fontes                                                              | % | Observações                           |
|---------------------------------------------------------------------|---|---------------------------------------|
| a. Contribuição mensal de associados                                |   | Quota: R\$      Quantidade de Sócios: |
| b. Projetos e Consultorias                                          |   |                                       |
| c. Participação técnica em projetos ou convênios da Universidade    |   |                                       |
| d. Serviços técnico-administrativos                                 |   |                                       |
| e. Intermediação em convênios que contratam serviços de professores |   | % do montante total?                  |
| f. Patrocínios ou apoio de terceiros                                |   | De quem?                              |
| g. Outros (especifique)                                             |   |                                       |

53. Qual a média mensal de gastos da Ej? R\$ \_\_\_\_\_

54. Que % dos recursos financeiros da Ej se destina regularmente para cada fim?

|                               | % | Observações |
|-------------------------------|---|-------------|
| a. Despesas correntes         |   |             |
| b. Consultorias ou projetos   |   |             |
| c. Capacitação dos associados |   |             |
| d. Realização de eventos      |   |             |
| e. Outros (especifique)       |   |             |

55. Quais as principais dificuldades observadas quanto a:

- a. Seu processo de regulamentação: \_\_\_\_\_
- b. Infra-estrutura: \_\_\_\_\_
- c. Apoio institucional: \_\_\_\_\_
- d. Recursos financeiros: \_\_\_\_\_

### VIII. Áreas de atuação, atividades e projetos

56. Citar três de suas principais áreas de atuação:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_

57. Você poderia construir uma lista exaustiva dos projetos desenvolvidos pela Ej ao longo de sua história?

| Ano | Tema / título do projeto | Atividade específica | Demandante | Parceiros | Duração |
|-----|--------------------------|----------------------|------------|-----------|---------|
|     |                          |                      |            |           |         |
|     |                          |                      |            |           |         |
|     |                          |                      |            |           |         |
|     |                          |                      |            |           |         |

**58. Qual o principal projeto /assessoria de responsabilidade sócio-ambiental desenvolvido até hoje?**

a. Nome / tema: \_\_\_\_\_

b. Finalidades /objetivos específicos: \_\_\_\_\_

c. Natureza do serviço: ( ) Criação própria ( ) Contratação. Por quem? \_\_\_\_\_

( ) Outra. Favor especificar: \_\_\_\_\_

d. Como a Ej tomou conhecimento para a prestação deste serviço?

( ) Canais de comunicação (site, jornais, mídia, etc.) ( ) Indicação. Por quem? \_\_\_\_\_

( ) Outros. Favor especificar: \_\_\_\_\_

e. Realização: ( ) Membros ( ) Alunos ( ) Professores

( ) Outros. Favor especificar: \_\_\_\_\_

f. Principais beneficiados (favor especificar): \_\_\_\_\_

g. Por que o considera o principal desenvolvido nesta modalidade? \_\_\_\_\_

h. Qual era o grau de conhecimento sobre o assunto (por parte da Ej) para a execução do serviço?

( ) Nulo ( ) Insuficiente ( ) Suficiente

i. Principal mecanismo utilizado para aquisição / aprimoramento do conhecimento necessário ao desenvolvimento do serviço:

( ) Orientação de docentes ( ) Capacitação técnica (cursos, palestras, etc.)

( ) Desenvolvimento em conjunto com outras instituições ( ) Outro. Favor especificar: \_\_\_\_\_

j. A Ej obteve algum tipo de apoio para o desenvolvimento do respectivo serviço? ( ) Não.

( ) Sim. De que natureza (e por parte de quem)? \_\_\_\_\_

k. Quais foram os principais resultados obtidos? \_\_\_\_\_

l. Principal financiador das despesas relacionadas a este serviço:

( ) A própria Ej ( ) A Universidade ( ) Patrocínio ( ) Doações/campanhas

( ) Não envolveu custos ( ) Outros. Favor especificar: \_\_\_\_\_

m. Quais foram as principais dificuldades observadas?

( ) Ausência de orientação profissional adequada para a execução do serviço

( ) Ausência de uma metodologia própria para desenvolvimento do respectivo trabalho

( ) Pouca disponibilidade de tempo para a execução do serviço (por parte da equipe executora)

( ) Recursos financeiros

( ) Outras. Favor especificar: \_\_\_\_\_

n. Há alguma outra informação sobre o serviço interessante de ser compartilhada?

**59. Qual o principal projeto /consultoria de cunho técnico-científico desenvolvido até hoje:**

a. Nome / tema: \_\_\_\_\_

b. Finalidades /objetivos específicos: \_\_\_\_\_

c. Natureza do serviço: ( ) Criação própria ( ) Contratação. Por quem? \_\_\_\_\_

( ) Outra. Favor especificar: \_\_\_\_\_

d. Como a Ej tomou conhecimento para a prestação deste serviço?

( ) Canais de comunicação (site, jornais, mídia, etc.) ( ) Indicação. Por quem? \_\_\_\_\_

( ) Outros. Favor especificar: \_\_\_\_\_

e. Realização: ( ) Membros ( ) Alunos ( ) Professores

( ) Outros. Favor especificar: \_\_\_\_\_

f. Principais beneficiados (favor especificar): \_\_\_\_\_

g. Por que o considera o principal desenvolvido nesta modalidade? \_\_\_\_\_

h. Qual era o grau de conhecimento sobre o assunto (por parte da Ej) para a execução do serviço?

( ) Nulo ( ) Insuficiente ( ) Suficiente

i. Principal mecanismo utilizado para aquisição / aprimoramento do conhecimento necessário ao desenvolvimento do serviço:

- Orientação de docentes  Capacitação técnica (cursos, palestras, etc.)  
 Desenvolvimento em conjunto com outras instituições  Outro. Favor especificar: \_\_\_\_\_

j. A Ej obteve algum tipo de apoio para o desenvolvimento do respectivo serviço?  Não.

Sim. De que natureza (e por parte de quem)? \_\_\_\_\_

k. Quais foram os principais resultados obtidos? \_\_\_\_\_

l. Principal financiador das despesas relacionadas a este serviço:

- A própria Ej  A Universidade  Patrocínio  Doações/campanhas  
 Não envolveu custos  Outros. Favor especificar: \_\_\_\_\_

m. Quais foram as principais dificuldades observadas?

- Ausência de orientação profissional adequada para a execução do serviço  
 Ausência de uma metodologia própria para desenvolvimento do respectivo trabalho  
 Pouca disponibilidade de tempo para a execução do serviço (por parte da equipe executora)  
 Recursos financeiros  
 Outras. Favor especificar: \_\_\_\_\_

n. Há alguma outra informação sobre o serviço interessante de ser compartilhada?

**60. Algum outro projeto importante em outra categoria (p.ex: administrativo-financeiro)?**

a. Nome / tema: \_\_\_\_\_

b. Finalidades /objetivos específicos: \_\_\_\_\_

c. Natureza do serviço:  Criação própria  Contratação. Por quem? \_\_\_\_\_

Outra. Favor especificar: \_\_\_\_\_

d. Como a Ej tomou conhecimento para a prestação deste serviço?

Canais de comunicação (site, jornais, mídia, etc.)  Indicação. Por quem? \_\_\_\_\_

Outros. Favor especificar: \_\_\_\_\_

e. Realização:  Membros  Alunos  Professores

Outros. Favor especificar: \_\_\_\_\_

f. Principais beneficiados (favor especificar): \_\_\_\_\_

g. Por que o considera o principal desenvolvido nesta modalidade? \_\_\_\_\_

h. Qual era o grau de conhecimento sobre o assunto (por parte da Ej) para a execução do serviço?

- Nulo  Insuficiente  Suficiente

i. Principal mecanismo utilizado para aquisição / aprimoramento do conhecimento necessário ao desenvolvimento do serviço:

- Orientação de docentes  Capacitação técnica (cursos, palestras, etc.)  
 Desenvolvimento em conjunto com outras instituições  Outro. Favor especificar: \_\_\_\_\_

j. A Ej obteve algum tipo de apoio para o desenvolvimento do respectivo serviço?  Não.

Sim. De que natureza (e por parte de quem)? \_\_\_\_\_

k. Quais foram os principais resultados obtidos? \_\_\_\_\_

l. Principal financiador das despesas relacionadas a este serviço:

- A própria Ej  A Universidade  Patrocínio  Doações/campanhas  
 Não envolveu custos  Outros. Favor especificar: \_\_\_\_\_

m. Quais foram as principais dificuldades observadas?

- Ausência de orientação profissional adequada para a execução do serviço
- Ausência de uma metodologia própria para desenvolvimento do respectivo trabalho
- Pouca disponibilidade de tempo para a execução do serviço (por parte da equipe executora)
- Recursos financeiros
- Outras. Favor especificar: \_\_\_\_\_

n. Há alguma outra informação sobre o serviço interessante de ser compartilhada?

---

---

---

**Universo amostral:** ECOSERVICE – FURG/RS; MARIS – UFPR/PR; ECOCEANO – UFES/ES; IO JR – USP/SP; NAUTA – UERJ/RJ.

## APÊNDICE 2 – RELAÇÃO DAS EMPRESAS JUNIORES DE OCEANOGRAFIA DO BRASIL

### 1. Ecoservice – Empresa Júnior de Consultoria Ambiental e Oceanografia

Endereço: Avenida Itália, km 8, Caixa Postal 474 DOC.  
Fundação Universidade Rio Grande/FURG – Campus Carreiros  
CEP: 96.201-900 Rio Grande – RS.  
Fone/Fax: (53) 3233-6744 / 3233-6710  
E-mail [ecoservice@ecoservice-ej.com.br](mailto:ecoservice@ecoservice-ej.com.br)  
Endereço eletrônico: <http://www.ecoservice-ej.com.br>  
Responsável: Guilherme Gonçalves Vieira  
Fone: (53) 3236-7163 / 8114-2774  
E-mail: [quigv@yahoo.com](mailto:quigv@yahoo.com)

### 2. Ecoceano – Empresa Júnior de Consultoria em Oceanografia e Educação Ambiental

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514.  
Universidade Federal do Espírito Santo/UFES-DERN – Campus Universitário  
CEP: 29.060-900 Vitória – ES.  
Fone/Fax: (27) 3335-2500 / 3335-7699  
E-mail: [ecoceanojr@yahoo.com.br](mailto:ecoceanojr@yahoo.com.br)  
Responsável: Nélcio Augusto Secchin  
Fone: (27) 3227-5452 / 9925-4303  
E-mail: [neliosecchin@yahoo.com.br](mailto:neliosecchin@yahoo.com.br)

### 3. Maris – Empresa Júnior de Oceanografia e Educação Ambiental

Endereço: Av. Beira-mar, s/n. Pontal do Sul.  
Universidade Federal do Paraná/UFPR – Centro de Estudos do Mar  
CEP: 83.255-000 Pontal do Paraná – PR.  
Fone/Fax: (41) 3455-1333 / 3455-1105  
E-mail: [maris\\_ej@yahoo.com.br](mailto:maris_ej@yahoo.com.br)  
Endereço Eletrônico: <http://www.cem.ufpr.br/maris>  
Responsável: Rodrigo Luiz de Paula Honorato  
Fone: (41) 9187-4016  
E-mail: [rodrigolhonorato@hotmail.com](mailto:rodrigolhonorato@hotmail.com)

### 4. IO Jr. Consultoria e Educação Ambiental

Endereço: Praça do Oceanográfico, 191.  
Universidade de São Paulo/USP – Cidade Universitária  
CEP: 05.508-900 São Paulo – SP.  
Fone/Fax: (11) 3091-6653 / 3032-3092  
E-mail: [iojr@io.usp.br](mailto:iojr@io.usp.br)  
Endereço eletrônico: <http://www.io.usp.br/iojunior/>  
Responsável: André Lanfer Márquez  
Fone: (11) 7413-5283  
E-mail: [almarquez2@yahoo.com.br](mailto:almarquez2@yahoo.com.br)

### 5. Nauta – Empresa Júnior de Oceanografia e Consultoria Ambiental

Endereço: Rua São Francisco Xavier, 524. Sala 4126F.  
Universidade Federal do Rio de Janeiro – Maracanã  
CEP: 20550-013 Rio de Janeiro – RJ.  
Fone/Fax: (21) 2587-7449  
E-mail: [contato@nautaej.com.br](mailto:contato@nautaej.com.br)  
Endereço eletrônico: <http://www.nautaej.com.br/>  
Responsável: Alex Bernal  
Fone: (21) 9919-7331  
E-mail: [presidente@nautaej.com.br](mailto:presidente@nautaej.com.br)

## **9. ANEXOS**



## ANEXO 1 – PLANO NACIONAL DE GERENCIAMENTO COSTEIRO

Lei nº. 7.661, de 16 de maio de 1988.

Dispõe sobre o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - P.N.G.C.

Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA. Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Como parte integrante da Política Nacional para os Recursos do Mar - PNRM e da Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA, fica instituído o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC.

**Art. 2º** - Subordinando-se aos princípios e tendo em vista os objetivos genéricos da PNMA, fixados respectivamente nos artigos 2º e 4º da Lei nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981, o PNGC visará especificamente a orientar a utilização racional dos recursos da zona costeira, de forma a contribuir para elevar a qualidade de vida de sua população, e a proteção do seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural.

*Parágrafo único* - Para os efeitos desta Lei, considera-se Zona Costeira o espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos renováveis ou não, abrangendo uma faixa marítima e outra terrestre, que serão definidas pelo Plano.

**Art. 3º** - O PNGC deverá prever o zoneamento de usos e atividades na Zona Costeira e dar prioridade à conservação e proteção, entre outros, dos seguintes bens:

I - recursos naturais, renováveis e não renováveis; recifes, parciais e bancos de algas; ilhas costeiras e oceânicas; sistemas fluviais, estuarinos e lagunares, baías e enseadas; praias; promontórios, costões e grutas marinhas; restingas e dunas; florestas litorâneas, manguezais e pradarias submersas;

II - sítios ecológicos de relevância cultural e demais unidades naturais de preservação permanente;

III - monumentos que integrem o patrimônio natural, histórico, paleontológico, espeleológico, arqueológico, étnico, cultural e paisagístico.

**Art. 4º** - O PNGC será elaborado e, quando necessário, atualizado por um Grupo de Coordenação dirigido pela Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - SECIRM, cuja composição e forma de atuação serão definidas em decreto do Poder Executivo.

§ 1º - O Plano será submetido pelo Grupo de Coordenação à Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - CIRM, à qual caberá aprová-lo, com audiência do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.

§ 2º - O Plano será aplicado com a participação da União, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios, através de órgãos e entidades integradas ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA.

**Art. 5º** - O PNGC será elaborado e executado observando normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente, estabelecidos pelo CONAMA, que contemplem, entre outros, os seguintes aspectos: urbanização; ocupação e uso do solo, do subsolo e das águas; parcelamento e remembramento do solo; sistema viário e de transporte; sistema de produção, transmissão e distribuição de energia; habitação e saneamento básico; turismo, recreação e lazer; patrimônio natural, histórico, étnico, cultural e paisagístico.

§ 1º - Os Estados e Municípios poderão instituir, através de lei, os respectivos Planos Estaduais ou Municipais de Gerenciamento Costeiro, observadas as normas e diretrizes do Plano Nacional e o disposto nesta Lei, e designar os órgãos competentes para a execução desses Planos.

§ 2º - Normas e diretrizes sobre o uso do solo, do subsolo e das águas, bem como limitações à utilização de imóveis poderão ser estabelecidas nos Planos de Gerenciamento Costeiro Nacional, Estadual e Municipal, prevalecendo sempre as disposições de natureza mais restritiva.

**Art. 6º** - O licenciamento para parcelamento e remembramento do solo, construção, instalação, funcionamento e ampliação de atividades, com alterações das características naturais da Zona Costeira, deverá observar, além do disposto nesta Lei, as demais normas específicas federais, estaduais e municipais, respeitando as diretrizes dos Planos de Gerenciamento Costeiro.

§ 1º - A falta ou descumprimento, mesmo parcial das condições do licenciamento previsto neste artigo serão sancionados com interdição ou demolição, sem prejuízo da cominação de outras penalidades previstas em lei.

§ 2º - Para o licenciamento, o órgão competente solicitará ao responsável pela atividade e elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e a apresentação do respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, devidamente aprovado, na forma da lei.

Art. 7º - A degradação dos ecossistemas, do patrimônio e dos recursos naturais da Zona Costeira implicará ao agente a obrigação de reparar o dano causado e a sujeição às penalidades previstas no artigo 14 da Lei nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981, elevado o limite máximo da multa ao valor correspondente a 100.000 (cem mil) Obrigações do Tesouro Nacional - OTN, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

Parágrafo único - As sentenças condenatórias e os acordos judiciais (VETADO), que dispuserem sobre a reparação dos danos ao meio ambiente pertinentes a esta Lei, deverão ser comunicados pelo órgão do Ministério Público ao CONAMA.

Art. 8º - Os dados e as informações resultantes do monitoramento exercido sob responsabilidade municipal, estadual ou federal na Zona Costeira comporão o Subsistema Gerenciamento Costeiro, integrante do Sistema Nacional de Informações Sobre o Meio Ambiente - SINIMA.

Parágrafo único - Os órgãos setoriais, seccionais e locais do SISNAMA, bem como Universidades e demais instituições culturais, científicas e tecnológicas encaminharão ao Subsistema os dados relativos ao patrimônio natural, histórico, étnico e cultural, à qualidade do meio ambiente a estudos de impacto ambiental da Zona Costeira.

Art. 9º - Para evitar a degradação ou o uso indevido dos ecossistemas, do patrimônio e dos recursos naturais da Zona Costeira, o PNGC poderá prever a criação de unidades de conservação permanente, na forma da legislação em vigor.

Art. 10 - As praias são bens públicos de uso comum do povo, sendo assegurado, sempre, livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, ressalvados os trechos considerados de interesse da Segurança Nacional ou incluídos em áreas protegidas por legislação específica.

§ 1º - Não será permitida a urbanização ou qualquer forma de utilização do solo na Zona Costeira que impeça ou dificulte o acesso assegurado na caput deste artigo.

§ 2º - A regulamentação desta Lei determinará as características e as modalidades de acesso que garantam o uso público das praias e do mar.

§ 3º - Entende-se por praia a área coberta e descoberta periodicamente pelas águas, acrescida da faixa subsequente de material detrítico, tal como areias, cascalhos, seixos e pedregulhos até o limite onde inicie a vegetação natural, ou, em sua ausência, onde comece um outro ecossistema.

Art. 11 - O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 12 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13 - Revogam-se as disposições em contrário.

JOSÉ SARNEY - Presidente da República  
Henrique Sabóia  
Prisco Vianna

## ANEXO 2 – CÓDIGO DE ÉTICA DO MOVIMENTO EMPRESA JÚNIOR

### Capítulo I – Princípios gerais

#### Seção I – Conceitos

Art. 1º - Este Código compreende normas de conduta de caráter obrigatório para as Empresas Juniores federadas do Brasil, para as Federações Estaduais e para a Confederação Nacional em seu relacionamento com o mercado, e de caráter de orientação para as demais Empresas Juniores localizadas no País.

Art. 2º - Para os fins do Artigo anterior, Empresa Junior é uma associação civil sem fins lucrativos, formada e gerida por estudantes de cursos superiores de graduação que deve ter como objetivos: promover o desenvolvimento técnico e acadêmico de seus associados, o desenvolvimento econômico e social da comunidade, fomentar o espírito empreendedor de seus associados, promover o contato dos alunos com o mercado de trabalho, e promover o desenvolvimento pessoal e profissional de seus associados, de acordo com o Conceito Empresa Junior da Rede Brasil Junior definido em Julho de 2003.

#### Seção II – Premissas

Art. 3º - As empresas juniores devem exercer suas atividades em regime de livre e leal concorrência, cabendo-lhes zelar pela imagem da categoria e pela qualidade dos serviços que oferecem, vendem e prestam, baseadas na ética e na aptidão técnica de seus membros.

Art. 4º - As empresas juniores devem exercer suas atividades segundo a legislação específica aplicável à sua área de atuação, os acordos e as convenções, coletivos ou individuais, da categoria e as condutas estabelecidas neste Código, que poderão subsidiar decisões das Federações e da Confederação.

Art. 5º - Cada Federação, por si e junto à Confederação diligenciará para que as presentes condutas, e as que as modificarem ou complementarem, impliquem a revogação dos atos configuradores da ação intervencionista de autoridades ou das Universidades sobre as empresas juniores.

### Capítulo II - Relações Éticas

#### Seção I - Princípios éticos nas empresas juniores, federações e confederação

Art. 6º - As empresas juniores, federações e a Confederação irão promover, entre si, o intercâmbio de informações de natureza comercial, profissional, técnica, sobre estrutura e projetos.

Art. 7º - Na veiculação de publicidade, empresas juniores, federações e a Confederação terão o intuito de divulgar o movimento empresa júnior, não farão propaganda comparativa depreciando a concorrência, assim como em quaisquer meios de divulgação não farão comentários desairosos a essa mesma concorrência.

Art. 8º - As empresas juniores, federações e a Confederação promoverão o recrutamento, seleção e aperfeiçoamento de seu pessoal com base em critérios técnicos, procurando, se possível, orientação de um profissional da área e divulgarão igualmente esse processo aos interessados. Da mesma forma irão proceder com processos eleitorais, utilizando-se de meio formal de convocação de assembleia, prezando pela autenticidade da avaliação dos candidatos e pela veracidade na apresentação de projetos para candidatura.

Art. 9º - Cada empresa júnior, federação e inclusive a Confederação deve: integrar novos membros e ou associados através de uma política de integração que deve ser previamente definida; primar para que cada novo membro passe por um período de qualificação e avaliação antes de ser efetivado.

Art. 10º - A captação de clientela pelas empresas juniores deve ser baseada na qualidade dos serviços que exploram, vedado o aliciamento ou desvio desleal de clientes da concorrência, bem como o pagamento de comissões a quem os promova.

Art. 11º - As empresas juniores irão prezar pela ética na política de formação de seus preços, buscando informações no mercado sobre seus concorrentes para que sua atividade não prejudique profissionais da área; e deverão cobrar pelos seus projetos para reinvestir na empresa e membros.

**Art. 12º** - Na hipótese da empresa júnior, por falta de capacidade de atendimento desta, não puder atender um cliente, deve encaminhá-lo para uma congênere.

**Art. 13º** - No caso de trabalhos em conjunto ou parcerias, cada empresa júnior ou federação irá cumprir com as ações a elas atribuídas e todos devem se empenhar em evitar conflitos, procurando sempre interagir para aprimorar as atividades.

**Art. 14º** - As empresas juniores: permitirão aos integrantes da federação a que pertencem, livre acesso às informações necessárias para a apreciação das condições previstas neste Código e no Conceito Empresa Júnior, garantido o uso das mesmas exclusivamente para este fim; irão se comprometer em manter seus dados sempre atualizados perante a federação e informá-la, quando souberem, de empresas juniores que não estejam seguindo o presente Código de Ética e/ou o Conceito Empresa Júnior.

**Art. 15º** - As empresas juniores irão representar sua federação, se comprometerão, portanto, com a qualidade de seus serviços e com a divulgação do movimento empresa júnior, assim, os empresários juniores não irão se envolver em atividades que comprometam a imagem do movimento empresa júnior e se responsabilizarão por seu comportamento.

**Art. 16º** - As federações irão divulgar entre os conselheiros as tarefas que estão sendo realizadas na federação, convocá-los formalmente para as reuniões, de acordo com o estatuto, informá-los sobre o movimento empresa júnior no Brasil, e representar seu estado na Confederação.

**Art. 17º** - Cada federação irá procurar promover parcerias junto a entidades que interessem às empresas juniores federadas e ao movimento empresa júnior para a garantia do desenvolvimento do movimento no estado, buscando constantemente ter bom relacionamento com estas e com outras federações.

**Art. 18º** - Como representante do movimento empresa júnior no estado, as federações devem ser o elo entre as empresas juniores e seus devidos órgãos de representação, devendo tentar orientar as empresas juniores sobre como se regulamentar perante cada órgão e buscar parcerias para regulamentação das empresas juniores.

**Art. 19º** - As federações irão: manter uma política de incentivo à federação das empresas juniores de seu estado; dar preferência ao atendimento de empresas juniores federadas, sem privilegiar uma ou mais empresa(s) específica(s); primar pela qualidade das empresas federadas; divulgar os potenciais de cada empresa federada; notificar por escrito aquela empresa que pratique conduta tida como irregular pelo Conselho Deliberativo da federação; e, se necessário, penalizar empresas juniores federadas de acordo com o estatuto da federação e divulgar contrapropaganda de empresas juniores em caso de omissão às práticas do presente Código de Ética e/ou do Conceito Empresa Júnior.

**Art. 20º** - Os empresários juniores irão construir uma postura profissional ética em relação ao seu trabalho, responder pelos atos de sua responsabilidade, cumprir as funções que lhe forem delegadas com responsabilidade, agir cooperativamente na sua empresa júnior, não irão sobrepor interesses individuais aos objetivos organizacionais e deverão conhecer os princípios do movimento empresa júnior para divulgá-los.

**Art. 21º** - A Confederação de empresas juniores irá responsabilizar-se pela representação do movimento empresa júnior do Brasil perante confederações de outros países, MEC, entidades governamentais federais e demais entidades de representação nacional, bem como pelo bom relacionamento do movimento empresa júnior do Brasil com estas entidades e irá se comprometer com a qualidade das empresas juniores federadas das federações que atuam na Confederação.

### *Seção II - Relação com estudantes*

**Art. 22º** - Os empresários juniores irão informar aos estudantes interessados a razão social e área de atuação de sua empresa júnior, federação e confederação, convidando-os a participar do movimento empresa júnior.

**Art. 23º** - As empresas juniores irão incentivar os estudantes a participar do movimento empresa júnior e procurar dar oportunidades àqueles que não têm o privilégio de estar na empresa por qualquer motivo, através de treinamentos, palestras, atividades de extensão e de outras formas que promovam o desenvolvimento do aluno.

### *Seção III - Relação com entidades (parceiros, patrocinadores, IES, órgão representativo)*

**Art. 24º** - As empresas juniores, federação e a Confederação irão manter uma relação leal e amistosa com parceiros e patrocinadores, buscando, além da parceria, ter em cada um, um aliado, e cumprindo rigorosamente suas responsabilidades.

**Art. 25°** - A empresa júnior irá: dar informações à Instituição de Ensino Superior a que pertence e esclarecê-las claramente no que diz respeito aos serviços que presta; zelar pelo nome, imagem da instituição e pela boa relação com esta; procurar divulgar atividades da comunidade acadêmica, corpo docente e discente; fazer bom uso do espaço e recursos fornecidos pela instituição, e utilizá-los de acordo com o objetivo da solicitação; e respeitará as decisões legais tidas pelas autoridades da instituição, bem como seu estatuto.

**Art. 26°** - As empresas juniores devem procurar regulamentar-se com o órgão representativo de sua área; antes de se regulamentar, a empresa júnior interessada irá pedir orientação à sua federação e, uma vez regulamentada, a empresa júnior deve respeitar rigorosamente o acordo estabelecido.

#### *Seção IV - Relações com o público (clientes e comunidade)*

**Art. 27°** - As empresa juniores, federações e a Confederação irão: cumprir rigorosamente os ajustes contratuais; respeitarão as leis e regulamentações vigentes, o Código de Defesa do Consumidor e o presente Código de Ética; responsabilizar-se-ão pela divulgação dos seus serviços e pela salvaguarda do sigilo do cliente.

**Art. 28°** - Ao primeiro contato com clientes, as empresas juniores irão informar os serviços que oferecem, vendem e prestam, bem como suas características, preços, condições de pagamento, estimativas de tempo para realização do projeto, gastos envolvidos e irão expor claramente suas capacidades e limitações sejam de ordem técnica, material, financeira ou operacional.

**Art. 29°** - As empresas juniores manterão, com seus clientes, uma relação transparente, informando-os anteriormente ao projeto tudo o que for necessário, mantendo-os constantemente atualizados com o andamento deste, buscando o melhor desempenho do cliente e preocupando-se com a satisfação do cliente.

**Art. 30°** - As empresas juniores poderão rejeitar atendimento a clientes que estejam com pagamentos em "a ver".

**Art. 31°** - As empresas juniores procurarão realizar projetos sociais, estes, poderão ser subsidiados com recursos oriundos de projetos já executados ou outros, as empresas deverão preocupar-se em levar benefícios à comunidade e agregar utilidade pública às empresas juniores.

**Art. 32°** - As empresas juniores dispensarão ao público um atendimento mantendo com tratamento sempre educado e objetivo, porém, poderão convidar a se retirem de suas dependências, pessoas que não sejam consumidoras de seus bens e serviços e que não estejam aguardando ou acompanhando clientes.

#### **Capítulo III - Referências**

ABIH Nacional. Código de Ética da ABIH. FEJESP. Código de Ética. São Paulo, 1997. Disponível em: <[www.abih.com.br](http://www.abih.com.br)> Acesso em: 26 abr. 2003.

## **ANEXO 3 – MODELO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: MARIS EMPRESA JÚNIOR, ANO 2003-2004**

### **MISSÃO**

Construir novos horizontes para o gerenciamento do ambiente costeiro, de forma a garantir a sustentabilidade dos recursos naturais.

### **CREDO**

Nós acreditamos:

1. Na nossa capacidade de transformar idéias em ações visando o desenvolvimento sustentado da humanidade, conforme disposto na agenda 21, particularmente no que se refere à zona costeira.
2. Na ética como fundamento do nosso trabalho.
3. No trabalho desenvolvido em equipe com confiança, seriedade, respeito às diferenças e responsabilidades.
4. Na potencialidade da zona costeira e no uso racional dos seus recursos.
5. Que meio-ambiente e sociedade são indissolúveis.
6. Na construção de uma nova consciência social que conduza a um equilíbrio entre o homem e o meio ambiente.
7. Na integração da sociedade, pesquisa e meio-ambiente como fator fundamental para melhoria do nível e qualidade de vida das populações.
8. Na interdisciplinaridade e parcerias para busca de soluções comuns e integradas.
9. Que todos têm algo a oferecer, todos são importantes, e todos têm o que aprender.

### **VISÃO DE FUTURO**

Daqui a três anos estaremos consolidados, com um bom fundo de reserva, desenvolvendo projetos e atividades na zona costeira, com credibilidade e qualificação técnica, muitas parcerias, e com capacidade suficiente para a realização de eventos de grande porte, o que nos tornará referência para os tomadores de decisão (poderes municipais, estaduais e federais), para o nosso meio (Centro de Estudos do Mar, faculdades de Oceanografia, empresas ligadas a recursos costeiros, e Movimento Empresa Júnior) e para a comunidade local.

### **POLÍTICAS**

1. **Gerais**  
Estimular, de todas as formas possíveis, a expansão de uma cultura de preservação ambiental e desenvolvimento sustentado costeiro.
  - 1.1. Buscar parcerias como forma preferencial para a realização de projetos.
2. **Política de produtos e serviços**
  - 2.1. Criar pacotes de produtos/serviços pré-definidos, capazes de atender demandas bem conhecidas e de se ajustarem a diferentes realidades costeiras mediante adaptações.
  - 2.2. Identificar paralelamente novas demandas e desenvolver produtos e serviços para atendê-las.
  - 2.3. Buscar a participação ativa das comunidades, tanto na elaboração quanto na execução dos projetos.
  - 2.4. Assegurar que todos os nossos produtos e serviços apresentem Vantagens Competitivas, através de soluções de baixo custo, de implementação rápida e resultados otimizados.
  - 2.5. Desenvolver produtos acessórios vinculados à marca da empresa e a sua área de atuação (como chaveiros, camisetas, etc.) de modo a garantir um fluxo permanente de recursos.
  - 2.6. Assegurar ao cliente a entrega do produto/serviço contratado, dentro do prazo e nos padrões de qualidade estabelecidos nos contratos.
3. **Política de finanças**
  - 3.1. Adotar formas alternativas de custeio e pagamento dos projetos, através do uso de diferentes tipos de recursos (material, publicidade, equipamentos, logística, etc).

- 3.2. Firmar com cada cliente contratos que estabeleçam claramente os objetivos, prazos, responsabilidades das partes, resultados esperados, volume e origem dos recursos, forma de pagamento e cronograma de execução dos serviços negociados.
  - 3.3. Reservar um percentual mínimo de 10% do valor negociado de cada projeto para o Fundo de Reserva previsto no Estatuto, destinando o restante para o custeio efetivo do projeto (remuneração dos fatores de produção), de acordo com os termos fixados em cada contrato de prestação de serviço e/ou venda de produto.
- 4. Política de Administração, Apoio de Logística e RH**
- 4.1. Atuar preventivamente para que divergências não se tornem conflitos e que a empresa tenha uma continuidade apesar de eventuais rupturas e a despeito de dificuldades e obstáculos.
  - 4.2. Adequar o perfil do consultor ao perfil do projeto, e não o contrário.
  - 4.3. Possibilitar o constante desenvolvimento e aprimoramento do quadro de consultores.
- 5. Política de Relações com o Mercado (marketing/ publicidade/propaganda/relações públicas)**
- 5.1. Criar e manter uma Sede Virtual na Internet que constitua um espaço permanente de divulgação e relacionamento com os nossos diversos segmentos de públicos-clientes (comunidade acadêmica, empresas-clientes, parceiros, comunidades e público em geral).
  - 5.2. Criar e manter um sistema de divulgação dos nossos produtos, serviços e realizações.
  - 5.3. Criar e manter mecanismos eficientes de marketing de relacionamento e de fidelização de clientes.
  - 5.4. Criar e manter uma rede de contatos/informação.
  - 5.5. Definir nossos clientes potenciais, estabelecendo as melhores formas de atendimento para ganhá-los e mantê-los.
- 6. Política de Pesquisa, Desenvolvimento e Qualidade**
- 6.1. Cumprir integralmente as predisposições e acertos estabelecidos com clientes e parceiros, garantindo o controle da qualidade através de monitoramento e avaliação dos projetos realizados.
  - 6.2. Desenvolver soluções criativas e inovadoras, aprimorando permanentemente os métodos de trabalho.
  - 6.3. Realizar monitoramento e avaliação sistemáticos dos produtos entregues e serviços prestados.

## NEGÓCIO

O nosso negócio abrange informações, produtos e serviços para o manejo, aproveitamento e conservação do ambiente e fomento socioeconômico da população costeira.

## OBJETIVOS

Nos próximos cento e vinte (120) dias desenvolveremos os seguintes projetos:

- 1. Projeto de Implantação da MARIS**
  - Regulamentação
  - Implantação da sede física
  - Criação/implantação da sede virtual
  - Sistema de cadastro/informação/atendimento ao cliente
  - Implantar a ISO 9001 e ISO 14000
- 2. Projeto Sistema de Informação**
  - Criação de um banco de dados (comunidade/clientes potenciais)
  - Sistema de identificação da demanda de serviços
  - Implementação de um SIG – Sistema de Informações Geográficas – do litoral paranaense
- 3. Projeto Pacotes Fechados/Produtos**
  - Levantamento de projetos parados/interrompidos
  - Elaboração de pacotes fechados de produtos/serviços.
  - Possíveis pacotes: balneabilidade; educação ambiental; projeto verão/conscientização ambiental; treinamento da comunidade; entre outros.
- 4. Projeto Capacitação dos Membros da MARIS**
- 5. Projeto Desenvolvimento de Parcerias**

## ANEXO 4 – POSSÍVEIS CAMPOS DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE OCEANOGRAFIA

| Áreas de Atuação / Habilidades                                                                                                                             | Tipo de Instituição ou Empresa Contratante                                                                                                                                              | Disciplinas Curriculares que capacitam o Oceanógrafo                                                                                                                                                                 |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Elaboração, execução e coordenação de programas de monitoramento e análise de qualidade da água.                                                           | Empresas de Saneamento, órgãos de controle e fiscalização ambiental, Indústrias do setor de controle de efluentes e da poluição ambiental, Universidades, Empresas de consultoria, etc. | Poluição marinha, Oceanografia Química, Microbiologia Marinha, Oceanografia Física, Planctologia, Geoquímica Ambiental.                                                                                              |
| Planejamento e coordenação de projetos de controle de processos erosivos nas praias e implantação de obras costeiras (ex: emissários submarinos, marinas). | Empresas de Engenharia, Consultoria Ambiental, Universidades, Secretarias de obras e meio ambiente estaduais e municipais, empresas de petróleo, etc.                                   | Ondas e Marés, Dinâmica dos Oceanos, Sedimentação Marinha, Erosão e Proteção Costeira, Geologia e Morfologia Litorânea, Sedimentologia, Interação Oceano-Atmosfera, Recursos Minerais do Mar.                        |
| Elaboração de estudos de impacto ambiental (EIA) e relatório de impacto ambiental (RIMA) para atividades desenvolvidas na zona costeira.                   | Universidades, Empresas de consultoria ambiental, Órgãos governamentais (ex: IBAMA, Secretarias de meio ambiente, etc.)                                                                 | Oceanografias Física e Química, Poluição marinha, Sedimentologia, Geologia e Morfologia Litorânea, Bentologia, Planctologia, Ictiologia, Botânica Marinha, Ecologia Marinha, Impactos ambientais em Zonas Costeiras. |
| Gestão de ambientes costeiros.                                                                                                                             | Universidades, Órgãos governamentais (ex: IBAMA, Secretarias de meio ambiente, etc.)                                                                                                    | Administração de Ecossistemas Costeiros, Ecossistema em Teoria, Geologia e Morfologia Litorânea, Poluição marinha, Maricultura, Modelagem de Sistemas.                                                               |
| Maricultura, desenvolvimento e transferência de tecnologia de cultivo, administração de parques de cultivo.                                                | Empresas privadas, Cooperativas de produtores, Secretarias de Agricultura e Pesca, etc.                                                                                                 | Maricultura, Aquacultura, Limnologia, Ecologia, Bentologia, Planctologia, Ictiologia.                                                                                                                                |
| Setor pesqueiro.                                                                                                                                           | Empresas privadas, Cooperativas de produtores, Secretarias de Agricultura e Pesca, etc.                                                                                                 | Biologia Pesqueira, Tecnologia Pesqueira, Tecnologia do Pescado, Bentologia, Ictiologia, Preservação e Controle do Pescado, Administração de Recursos Pesqueiros.                                                    |
| Gestão de parques marinhos e Áreas de proteção ambiental.                                                                                                  | IBAMA, Secretarias de meio ambiente, etc.                                                                                                                                               | Ecologia, Bentologia, Modelagem de Sistemas, Ecossistema em Teoria, Administração de Ecossistemas Costeiros, Nectologia, Ecologia de Sistemas, Legislação Ambiental.                                                 |



## **ANEXO 5 – CONCEITO NACIONAL DE EMPRESA JÚNIOR**

### **Capítulo I – Da definição**

**Artigo 1º** - O "Conceito Empresa Júnior" é a definição utilizada para determinar as organizações que se caracterizam ou não como Empresa Júnior.

### **Capítulo II – Dos Aspectos Jurídicos e Tributários**

**Artigo 2º** - Uma Empresa Júnior deverá estar registrada perante a Receita Federal e órgãos governamentais como uma pessoa jurídica, de direito privado, associação civil sem finalidades econômicas e com fins educacionais. Desta forma, toda a legislação e tributação federal, estadual e municipal inerente a esta classificação decairão sobre a Empresa Júnior.

**Artigo 3º** - Não é considerada como Empresa Júnior aquela empresa que não tem seu estatuto registrado em cartório.

**Artigo 4º** - Não é considerada como Empresa Júnior aquela empresa que não tem seu CNPJ próprio.

**Artigo 5º** - Para o devido funcionamento da Empresa Júnior, a mesma deve possuir Nota Fiscal Própria.

**Artigo 6º** - Para o devido funcionamento da Empresa Júnior, suas instalações devem estar amparadas por um Alvará da Prefeitura.

### **Capítulo III – Dos Aspectos Éticos**

**Artigo 7º** - A Empresa Júnior deve ter como finalidades:

- a) promover o desenvolvimento técnico e acadêmico de seus associados;
- b) promover o desenvolvimento econômico e social da comunidade, através de suas atividades;
- c) fomentar o espírito empreendedor de seus associados;
- d) promover o contato dos alunos com o mercado de trabalho;
- e) promover o desenvolvimento pessoal e profissional de seus associados.

**Artigo 8º** - A Empresa Júnior não pode ter como finalidades:

- a) captar recursos financeiros para a Instituição de Ensino através da realização dos seus projetos ou outras atividades;
- b) captar recursos financeiros para seus integrantes através dos projetos ou outras atividades;
- c) elevar o conceito do Curso e Instituição de Ensino diante do MEC e da sociedade
- d) realizar aplicações financeiras com fins de acumulação de capital

**Artigo 9º** - A Empresa Júnior e suas entidades representativas não se envolverão com qualquer forma de ideologia e pensamento de partidos políticos.

### **Capítulo IV – Dos Integrantes e da forma de participação dos mesmos**

**Artigo 10** - Somente alunos da Instituição de Ensino, graduação ou tecnológico, podem participar do quadro administrativo da empresa.

**Artigo 11º** - O aluno deve ter como vínculo com a Empresa Júnior: ou voluntariado ou estágio.

**Inciso** - O voluntariado e o estágio são regidos pelas leis federais nº. 9602/98 e nº. 6494/77, respectivamente.

### **Capítulo V – Dos projetos realizados pela Empresa Júnior**

**Artigo 12º** - Só podem ser executados projetos que façam parte do currículo teórico dos cursos ligados à Empresa Júnior.

**Artigo 13º** - Todos os serviços prestados a clientes por uma Empresa Júnior devem receber orientação em sua totalidade.

**Inciso** - Orientação: Acompanhamento crítico, o qual deve provir preferencialmente de professores da Instituição de Ensino à qual a Empresa Júnior está ligada. Na falta de professores dispostos a orientar estes projetos, a Empresa Júnior poderá recorrer a profissionais de nível superior devidamente habilitados na área do projeto.

**Artigo 14º** - A Empresa Junior deve focar seus projetos para o público de micro empresas e empresas de pequeno porte.

#### **Capítulo VI – Dos Aspectos Acadêmicos**

**Artigo 15º** - A existência da Empresa Júnior deve ser reconhecida formalmente como tal pela Instituição de Ensino.

#### **Capítulo VII – Dos Aspectos Internos**

**Artigo 16º** - A eleição dos órgãos deliberativos e administrativos deve ser feita por eleição direta, exceção feita aos casos de vacância temporária dos mesmos.

**Artigo 17º** - A maioria dos recursos da Empresa Júnior deve provir de serviços prestados.

## ANEXO 6 – ESTATUTO SOCIAL DA ECOCEANO

### Empresa Júnior de Consultoria em Oceanografia e Educação Ambiental

#### Capítulo I - Denominação, Sede, Finalidade, Duração

**Artigo 1 - A ECOCEANO Empresa Júnior de Consultoria em Oceanografia e Educação Ambiental Júnior** é uma associação civil sem fins lucrativos e com prazo de duração indeterminado, com sede na Universidade Federal do Espírito Santo, Avenida Fernando Ferrari, s/nº, CEP 29.060-900 e foro nesta cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, que se regerá pelo presente estatuto e pelas disposições legais aplicáveis.

**Artigo 2 - A ECOCEANO Empresa Júnior de Consultoria em Oceanografia e Educação Ambiental** tem por finalidade;

- a) Proporcionar a seus membros efetivos as condições necessárias à aplicação prática de seus conhecimentos teóricos relativos à sua área profissional;
- b) Dar à sociedade um retorno dos investimentos que ela realiza na Universidade, através de serviços de alta qualidade, realizados por futuros profissionais da área de Oceanografia do Curso de Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo;
- c) Incentivar a capacidade empreendedora do aluno, dando a ele uma visão profissional já no âmbito acadêmico;
- d) Realizar estudos e elaborar diagnósticos e relatórios sobre assuntos específicos inseridos em sua área de atuação;
- e) Assessorar a implantação de soluções indicadas para problemas diagnosticados;
- f) Valorizar alunos e professores da Universidade Federal do Espírito Santo no mercado de trabalho e no âmbito acadêmico, bem como a referida instituição.

#### Capítulo II - Quadro Social, Direitos e Deveres

**Artigo 3 - Os membros da ECOCEANO** serão admitidos por seleção, usando como critério o seu comprovante de matrícula em qualquer curso de graduação da Universidade Federal do Espírito Santo, podendo ser direcionados em três categorias;

- a) **MEMBROS EFETIVOS** - Estudantes do curso de Oceanografia devidamente matriculados na Universidade Federal do Espírito Santo que façam parte da Diretoria e/ou estejam vinculados a algum projeto da **ECOCEANO**;
- b) **MEMBROS ASSOCIADOS** - Estudantes de qualquer curso de graduação, devidamente matriculados na Universidade Federal do Espírito Santo, efetivos ou não;
- c) **MEMBROS HONORARIOS** - Toda pessoa física ou jurídica que tenha prestado ou venha prestar serviços relevantes para o desenvolvimento dos objetivos da **ECOCEANO**;

**Parágrafo 1 - Os membros da ECOCEANO** não respondem, mesmo que subsidiariamente, pelas obrigações sociais.

**Parágrafo 2 - Os membros associados** serão distribuídos em duas divisões administrativas; o Conselho Administrativo e a Diretoria Executiva, cada qual com seus direitos e deveres estabelecidos pelo Regimento Interno da **ECOCEANO**.

**Artigo 4 – São direitos dos membros efetivos e associados:**

- a) Comparecer e votar nas Assembléias Gerais;
- b) Solicitar a qualquer tempo, informações relativas às atividades da **ECOCEANO**;
- c) Utilizar todos os serviços colocados a sua disposição pela **ECOCEANO**;
- d) Ser eleito membro do Conselho Administrativo e da Diretoria Executiva;
- e) Requerer a convocação de Assembléia Geral, na forma prevista neste estatuto.

**Artigo 5 – São direitos dos membros honorários:**

- a) Comparecer as Assembléias Gerais;
- b) Solicitar a qualquer tempo, informações relativas às atividades da **ECOCEANO**;
- c) Utilizar todos os serviços colocados a sua disposição pela **ECOCEANO**.

**Artigo 6** – Perde-se a condição de membro da **ECOCEANO**;

- a) Pela sua renúncia;
- b) Pela conclusão, abandono ou jubramento do curso na Universidade Federal do Espírito Santo em se tratando de membro efetivo, observando o disposto no Parágrafo Único;
- c) Pela morte, no caso de pessoa física;
- d) Por decisão de 3/4 dos membros da Diretoria Executiva, fundada na violação de qualquer das disposições do presente Estatuto ou Regimento Interno.

**Parágrafo Único** – Caso um membro efetivo gradue-se no meio de um projeto, ele continuará como membro efetivo até o término do mesmo.

### **Capítulo III – Patrimônio**

**Artigo 7** – O patrimônio da **ECOCEANO** é formado:

- a) Pelo produto de contribuições recebidas por serviços prestados a terceiros;
- b) Pelas contribuições voluntárias e doações recebidas;
- c) Por subvenções e legados oferecidos a **ECOCEANO** e aceitos pelo Conselho Administrativo.

**Artigo 8** – Em caso de extinção da **ECOCEANO** seu patrimônio será destinado à Universidade Federal do Espírito Santo.

### **Capítulo IV – Assembléia Geral.**

**Artigo 9** – A Assembléia Geral é o órgão de deliberação soberano da **ECOCEANO** que poderá ser Ordinária ou Extraordinária.

**Artigo 10** – Somente membros efetivos ou associados terão direito a voto nas Assembléias Gerais, correspondendo 1 (um) voto a cada membro efetivo e associado, vedada a representação, nas Assembléias Gerais, por procuração.

**Artigo 11** – As Assembléias Gerais serão convocadas por edital de convocação, com 7 (sete) dias de antecedência a sua realização para Assembléia Ordinárias, e 3 (três) dias de antecedência a sua realização para Assembléia Extraordinária, mediante divulgação em painéis espalhados pelo Campus de Goiabeiras da Universidade Federal do Espírito Santo, dirigida todos os membros efetivos.

**Parágrafo Único** – As Assembléias Gerais, serão ainda convocadas pela Diretoria Executiva, a requerimento de membros efetivos representando no mínimo 10% dos membros efetivos da **ECOCEANO**.

**Artigo 12** – A Assembléia Geral Ordinária reunir-se-á 2 (duas) vezes ao ano, sendo uma 2 (dois) meses após o início do ano civil e outra no prazo de 2 (dois) meses antes do término do mesmo.

**Artigo 13** – Compete privativamente à Assembléia Geral:

- a) Eleger a Diretoria Executiva;
- b) Destituir a Diretoria Executiva;
- c) Alterar o Estatuto;
- d) Aprovar as contas.

**Parágrafo Único** – Para as deliberações a que se referem os incisos b) e c), é exigido o voto concorde de 2/3 dos presentes à assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de 1/3 nas convocações seguintes.

**Artigo 14** – Serão nulas as decisões da Assembléia Geral sobre assuntos não incluídos na ordem do dia, a não ser que na Assembléia Geral se encontrem todos os membros efetivos e não haja oposição de qualquer um deles.

**Artigo 15** – A instauração da Assembléia Geral requer um quorum de 2/3 dos membros efetivos e associados, e suas decisões serão sempre tomadas por 50% + 1 de votos presentes, a não ser que disposto de forma distinta neste Estatuto.

**Parágrafo 1** – Se à hora marcada para a Assembléia Geral não houver quorum de maioria absoluta dos membros efetivos e associados, será dado um prazo de 15 (quinze) minutos para que seja atingido este quorum.

**Parágrafo 2** – Caso não seja atingido o quorum de realização da Assembléia Geral após decorrido 15 (quinze) minutos da primeira convocação, a Assembléia Geral se realizará se estiverem presentes pelo menos 1/3 de membros efetivos e associados.

**Parágrafo 3** – Caso não seja atingido o quorum de realização da Assembléia Geral após decorridos 15 (quinze) minutos da segunda convocação, a Assembléia Geral ocorrerá com os membros presentes.

**Artigo 16** – A Assembléia Geral será presidida por qualquer membro da Diretoria Executiva e as funções de secretário da Assembléia Geral serão desempenhadas por um membro associado, escolhido pelo Conselho Administrativo.

#### **Capítulo V – Conselho Administrativo**

**Artigo 17** – O Conselho Administrativo é o órgão de deliberação da **ECOCEANO** composto de 4 (quatro) membros indicados pela Diretoria Executiva, sendo aprovados em Assembléia Geral para o mandato de 1 (um) ano, podendo ser reconduzido uma única vez.

**Artigo 18** – As reuniões do Conselho Administrativo somente serão instauradas com a presença de 50% + 1 dos componentes do Conselho Administrativo e as decisões serão tomadas por maioria 50% + 1 de votos dos membros presentes, observadas as exceções estabelecidas no presente Estatuto.

**Artigo 19** – O Conselho Administrativo reunir-se-á, pelo menos, 2 (duas) vezes durante o ano civil, mediante convocação do Presidente do Conselho com antecedência mínima de 2 (dois) dias.

**Parágrafo Único** – As reuniões do Conselho Administrativo poderão ser ainda convocadas a requerimento de no mínimo, 1/3 de seus membros ou a requerimento da Diretoria Executiva.

**Artigo 20** – Compete ao Conselho Administrativo:

- a) Regulamentar as deliberações da Assembléia Geral;
- b) Examinar e emitir parecer sobre as demonstrações financeiras, relatórios de atividades e orçamentos apresentados pela Diretoria Executiva, a cada reunião Ordinária do Conselho Administrativo;
- c) Estabelecer diretrizes fundamentais da **ECOCEANO**;
- d) Manifestar-se sobre propostas e matérias que lhe sejam submetidas pela Diretoria Executiva;
- e) Aprovar a demissão de membros da **ECOCEANO** e a perda da condição de membro da **ECOCEANO** em caso de violação das disposições do presente Estatuto;
- f) Aceitar subvenções e legados;
- g) Deliberar sobre casos omissos neste Estatuto, por solicitação encaminhada pela Diretoria Executiva.

#### **Capítulo VI – Diretoria Executiva**

**Artigo 21** - A Diretoria Executiva é investida dos poderes de administração e representação da **ECOCEANO** de forma a assegurar a consecução de seus objetivos, observando e fazendo observar o presente Estatuto e as deliberações da Assembléia Geral.

**Artigo 22** – A diretoria Executiva será composta por 5(cinco) membros eleitos entre os efetivos da **ECOCEANO** para mandato de 1 (um) ano, conforme previsto no capítulo VII deste Estatuto.

**Artigo 23** – A Diretoria Executiva será composta pelo Diretor Presidente, Diretor de Projetos Oceanográficos, Diretor de Projetos de Educação Ambiental, Diretor de Marketing e Relações Públicas e Diretor Financeiro-Administrativo.

**Parágrafo Único** – As funções de cada Diretor será definida pelo Regimento Interno da **ECOCEANO**.

**Artigo 24** – Compete à Diretoria Executiva:

- a) Executar as deliberações da Assembléia Geral e do Conselho Administrativo;
- b) Elaborar as demonstrações financeiras, relatórios de atividades e orçamento semestral apresentando-os ao Conselho Administrativo para exame e emissão de parecer;
- c) Receber os pedidos de prestação de serviços a terceiros, sempre levando em conta a capacidade da **ECOCEANO** para assumi-los, bem como seus interesses e objetivos fundamentais;
- d) Elaborar e aprovar as propostas de prestação de serviço e respectivos contratos;
- e) Requerer e providenciar todas as formalidades necessárias à obtenção de imunidade e isenção fiscal;
- f) Indicar substitutos de Diretores no caso de impedimento temporários dos mesmos sendo que, no caso de Diretor Presidente, seu substituto temporário será necessariamente um outro Diretor Executivo;
- g) Aprovar a admissão de novos membros efetivos;
- h) Emitir certificados de participação de atividades, quando solicitado.

## Capítulo VII – Das Eleições

**Artigo 26** – O Diretor Presidente será eleito por Assembléia Geral, e os demais membros da Diretoria Executiva serão indicados pelo Diretor Presidente da **ECOCEANO**, e aprovados por membros durante a Assembléia Geral convocada para esse fim.

**Artigo 27** – Os membros do Conselho Administrativo serão indicados pela Diretoria Executiva da **ECOCEANO**, e aprovados por membros efetivos durante Assembléia Geral convocada para esse fim e realizadas 2 (dois) meses antes do término do mandato da gestão anterior.

**Artigo 28** – O Edital de Convocação da Assembléia Geral de Eleições deve ser publicado com mínimo de 7 (sete) dias de antecedência à data da eleição.

**Artigo 29** – Todo membro efetivo pode candidatar-se ao cargo da Diretoria Executiva ou Conselho Administrativo.

**Parágrafo Único** – A reeleição para o mesmo cargo da Diretoria Executiva é permitida uma única vez.

## Capítulo VIII – Disposições Gerais

**Artigo 30** – O exercício social coincidirá com o ano civil.

**Artigo 31** – Os resultados da **ECOCEANO** que se verificarem ao final de cada exercício social serão compulsoriamente reinvestidos na empresa.

**Artigo 32** – É vedada a remuneração aos integrantes do Conselho Administrativo e da Diretoria Executiva pelo exercício de tais funções, bem como a distribuição de bonificações ou vantagens a dirigentes, membros associados ou efetivos da **ECOCEANO**.

**Parágrafo 1** – Os participantes de todos os projetos receberão da **ECOCEANO** reembolso referente aos custos incorridos nos mesmos.

**Parágrafo 2** – Em caso de vacância, ausência ou impedimento de qualquer Diretor, os substitutos devem ser indicados pela Diretoria Executiva e Conselho Administrativo e aprovados em Assembléia Geral.

**Artigo 33** – Os membros associados que se formarem no exercício de seus mandatos serão substituídos da seguinte forma: pelos membros da Diretoria Executiva e Conselho Administrativo e aprovados em Assembléia Geral.

**Artigo 34** – A **ECOCEANO** será extinta a qualquer tempo, por deliberação de no mínimo 2/3 dos membros efetivos e associados em Assembléia Geral convocada para este fim.

**Artigo 35** - O regime de trabalho dos empregados da **ECOCEANO** é o da Consolidação das Leis de Trabalho, CLT, o estabelecido por contrato de locação de serviços, previsto no Código Civil Brasileiro, mediante processo de seleção publicado em jornal de grande circulação na UFES.

**Artigo 36** – O pessoal da **ECOCEANO** regido pela Consolidação de Leis do Trabalho, CLT, será enquadrado no plano de cargos e salários da **ECOCEANO**, aprovados pelo conselho administrativo.

**Parágrafo Único** – Para execução de tarefas temporárias poderão ser contratadas pessoas físicas ou jurídicas.

## **ANEXO 7 – REGIMENTO INTERNO DA ECOCEANO**

Empresa Júnior de Consultoria em Oceanografia e Educação Ambiental

### **TÍTULO I**

#### **CONDUTA ÉTICA**

Artigo 1 – A ECOCEANO não participará em hipótese nenhuma de movimentos políticos, seja apoiando ou recomendando candidatos a cargo, dentro ou fora da UFES, e nem serão discutidos assuntos de política partidária ou sectarismo religioso.

Artigo 2 – Nenhum sócio da ECOCEANO poderá servir-se dela para conseguir suas aspirações profissionais, sem o consentimento unânime de todos os membros do Diretoria Executiva e do Conselho Administrativo, que zelarão pelo cumprimento do Estatuto da ECOCEANO, sem ferir de modo algum os propósitos e objetivos do movimento Empresa Júnior, e da própria Empresa Jr.

Artigo 3 – Todos os sócios da ECOCEANO, em sua conduta, acatarão e procurarão viver o código de ética, respeitarão os outros membros da Empresa Jr., e os seus compromissos assumidos com a mesma, bem como as opiniões individuais dos sócios.

### **TÍTULO II**

#### **ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL DA EMPRESA JÚNIOR**

##### **CAPÍTULO I – DA DIRETORIA EXECUTIVA**

###### **SEÇÃO I – DO DIRETOR PRESIDENTE**

Artigo 4 – Representa ativa e passivamente a ECOCEANO de maneira responsável, transmitindo com seriedade e eficiência todas as informações importantes tanto para o público em geral, quanto para futuros clientes, quando solicitado.

Artigo 5 – Cumprir e fazer com que se cumpra o Estatuto e Regimento Interno da ECOCEANO, e o código de ética do Movimento Empresa Júnior.

Artigo 6 – Presidir a Diretoria Executiva, coordenando suas atividades, no sentido de operacionalizar os objetivos, e lutar pela realização dos ideais da ECOCEANO.

Artigo 7 – Responsabilizar-se pelo cumprimento das deliberações da Assembléia Geral.

Artigo 8 – Elaborar e Controlar todas as cartas, ofícios, editais e requerimentos em nome da ECOCEANO, sendo que os mesmos devem ser emitidos sempre em duas vias, onde uma é enviada e a outra arquivada para controle interno.

Artigo 9 – Analisar junto com o Diretor de Projetos Oceanográficos e o Diretor de Projetos de Educação Ambiental as necessidades de cada laboratório, durante a realização de um trabalho, e será responsável juntamente com este pelo cumprimento dos contratos de prestação de serviço.

Artigo 10 – Juntamente com o Diretor Financeiro-Administrativo, se responsabilizará pela gestão financeira da ECOCEANO.

###### **SEÇÃO II – DO DIRETOR DE MARKETING E RELAÇÕES PÚBLICAS**

Artigo 11 – Analisar a satisfação dos clientes em relação as atividades desenvolvidas pela ECOCEANO, bem como transmitir as informações necessárias a Diretoria Executiva, garantindo assim o cumprimento das necessidades de toda e qualquer responsabilidade assumida.

Artigo 12 – Juntamente com o Diretor Presidente, estabelecer contatos com Empresas privadas, instituições de ensino, órgãos públicos, entidades e/ou associações que possam vir a colaborar com a ECOCEANO, tanto na forma de tecnologia como na forma de contribuição ou patrocínio.

Artigo 13 – Organizar, coordenar e promover a realização de eventos para todos os membros da ECOCEANO, e a distribuição e elaboração de materiais de divulgação referentes as atividades prestadas, e características da ECOCEANO, com o objetivo de difundir não só o nome da Empresa como também do Movimento Empresa Júnior como um todo.

Artigo 14 – Repassar junto com o Diretor de Projetos Oceanográficos e Diretor de Projetos de Educação Ambiental todos os dados referentes a ECOCEANO para as empresas colaboradoras.

Artigo 15 – Agendar e divulgar, reuniões da Diretoria Executiva, do Conselho Administrativo e Assembléia Geral.

Artigo 16 – Efetuar o controle de filiação dos membros da ECOCEANO, seguindo critérios previamente estabelecidos, e encaminhando todos os dados para o Conselho de Administração de maneira ordenada para serem arquivados.

Artigo 17 – Representar a ECOCEANO a pedido do Diretor Presidente em ocasiões e eventos em que o mesmo esteja impossibilitado de comparecer.

### **SEÇÃO III – DO DIRETOR DE PROJETOS OCEANOGRÁFICOS**

Artigo 18 – Acompanhar todas as etapas dos trabalhos de Oceanografia encaminhados a ECOCEANO, ficando responsável por todas as atividades realizadas por membros efetivos durante a realização dos mesmos, nas dependências da UFES.

Artigo 19 – Efetuar os primeiros contatos com o cliente, visando identificar a natureza do serviço e coletar informações necessárias, analisando a capacidade e o interesse por parte da ECOCEANO em assumir a prestação de serviços.

Artigo 20 – Contatar professores visando garantir a escolha daqueles mais adequados para orientação do projeto oceanográfico.

Artigo 21 – Zelar pela qualidade do trabalho e cumprimento do contrato.

Artigo 22 – Responsabilizar-se pela elaboração da proposta de trabalho de Oceanografia, em conjunto com todo o Conselho Administrativo, e membros efetivos envolvidos no projeto e apresentá-lo ao professor orientador para aprovação final.

### **SEÇÃO IV – DO DIRETOR DE PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Artigo 23 – Acompanhar todas as etapas dos trabalhos de Educação Ambiental encaminhados a ECOCEANO, ficando responsável por todas as atividades realizadas por membros efetivos durante a realização dos mesmos, nas dependências da UFES.

Artigo 24 – Efetuar os primeiros contatos com o cliente, visando identificar a natureza do serviço e coletar informações necessárias, analisando a capacidade e o interesse por parte da ECOCEANO em assumir a prestação de serviços.

Artigo 25 – Contatar professores visando garantir a escolha daqueles mais adequados para orientação do projeto de Meio Ambiente.

Artigo 26 – Zelar pela qualidade do trabalho e cumprimento do contrato.

Artigo 27 – Responsabilizar-se pela elaboração da proposta de trabalho de Meio Ambiente, em conjunto com todo o Conselho Administrativo, e membros efetivos envolvidos no projeto e apresentá-lo ao professor orientador para aprovação final.

### **SEÇÃO V – DO DIRETOR FINANCEIRO-ADMINISTRATIVO**

Artigo 28 – Planejar e coordenar a execução do orçamento financeiro da ECOCEANO.

Artigo 29 – Executar e responsabilizar-se por serviços de tesouraria, contas a pagar e receber, compras, bem como administrar as relações da ECOCEANO.

Artigo 30 – Responsabilizar-se pela conta bancária, junto ao Diretor Presidente, através do controle das entradas e retiradas da mesma.

Artigo 31 – Responsabilizar-se pela legislação perante o FISCO, incumbindo-se de organizar os pagamentos de todos os impostos aos quais a ECOCEANO está sujeita, bem como o controle aos quais está isenta.

Artigo 32 – Controlar os arquivos da ECOCEANO, referentes ao livro de ATA, todos os livros de finanças, ofícios, contratos e requerimentos, expedidos por toda a Diretoria Executiva.

Artigo 33 – Responsabilizar-se pela elaboração de contratos e pela expedição de recibos da ECOCEANO.



## **SEÇÃO VI – DO CONSELHO MARKETING E RELAÇÕES PÚBLICAS**

Artigo 34 – Participar ativamente no processo de filiação dos membros, responsabilizando-se pelo recebimento dos dados de cada sócio.

Artigo 35 – Divulgar de maneira ampla e abrangente os informativos relevantes da ECOCEANO, referentes as reuniões, assembléias, eventos, cursos, entre outros.

Artigo 36 – Participar junto ao Conselho de Administração da elaboração de contratos

Artigo 37 – Aprovar todo material de divulgação elaborado pela Diretoria de Marketing e Relações Públicas.

## **SEÇÃO VII – DO CONSELHO DE PROJETOS OCEANOGRÁFICOS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Artigo 38 – Participar ativamente do processo de seleção dos membros efetivos para a realização de trabalhos, e na escolha dos professores e profissionais aptos à orientar os membros efetivos durante a realização de um serviço.

Artigo 39 – Solicitar quando necessário relatórios parciais de um serviço, para averiguação de sua eficiência e qualidade por todos os membros associados.

Artigo 40 – Apresentar um contato freqüente com todos os laboratórios, com a finalidade de verificar e fortalecer o relacionamento deste com a ECOCEANO.

Artigo 41 – Participar da elaboração do projeto final, colhendo e organizando todos os dados obtidos ao final de um serviço, para a análise conclusiva dos professores orientadores.

## **SEÇÃO IX – DO CONSELHO FINANCEIRO-ADMINISTRATIVO**

Artigo 42 – Participar junto ao Diretor Financeiro-Administrativo na execução do serviço de tesouraria, elaboração do balanço financeiro.

Artigo 43 – Manter-se atualizado sobre todas as legislações vigentes sobre a ECOCEANO.

## **CAPÍTULO II – DO QUADRO SOCIAL**

### **SEÇÃO I – DO INGRESSO DE SÓCIOS**

Artigo 44 – Para ingresso na ECOCEANO como membro efetivo, o candidato necessita ser obrigatoriamente acadêmico do Curso de Graduação em Oceanografia da UFES.

Artigo 45 – A escolha dos membros efetivos para a realização de serviços na ECOCEANO, será realizada por um processo de seleção previamente definido, levando-se em conta as necessidades do projeto e suas características.

Artigo 46 – Para ingresso na ECOCEANO como membro associado, o candidato necessita ser obrigatoriamente acadêmico de qualquer curso da UFES.

### **SEÇÃO II – DO DESLIGAMENTO DE SÓCIOS**

Artigo 47 – Pelo não cumprimento ou desrespeito ao Estatuto, ao Código de Ética e ao Regimento Interno da ECOCEANO.

Artigo 48 – Por desacato à Assembléia Geral, Diretoria Executiva e ao Conselho Administrativo

Artigo 49 – A comunicação da penalidade deverá ser feita ao associado envolvido, por escrito, pelo Diretor de Marketing e Relações Públicas, fundamentando as razões da medida.

Artigo 50 – Será desligado do quadro de membros efetivos o sócio que, voluntária e oficialmente solicitar seu desligamento da ECOCEANO, devendo para tal enviar pedido, por escrito, à Diretoria Executiva. Caberá ao Diretor de Marketing e Relações Públicas analisar o pedido e homologado em reunião da Diretoria Executiva.

## **CAPÍTULO III – DA ASSEMBLÉIA GERAL**

Artigo 51 – Assembléia Geral Ordinária é toda aquela que apresentar sua apreciação do plano de trabalho com a respectiva proposta orçamentária, do balanço financeiro e patrimonial e as assembléias de eleição, as demais serão consideradas assembléias gerais extraordinárias.

## **CAPÍTULO IV – DO PATRIMÔNIO**

Artigo 52 – A administração do patrimônio, constituído pela totalidade dos bens, compete à Diretoria Executiva.

Artigo 53 – Os atos que importem em malversam do patrimônio da ECOCEANO, são comparados ao crime de peculato, julgado e punido de acordo com a legislação penal.

## **CAPÍTULO V – DO CONSULTOR JÚNIOR**

Artigo 54 – O consultor júnior envolvido na elaboração e execução dos projetos desenvolvidos na ECOCEANO devem ser exclusivamente membros efetivos ou associados desta Empresa Júnior, aprovados pelo critério de seleção elaborado para este projeto.

Artigo 55 – O critério de seleção será elaborado pelo Diretor de Marketing e Relações Públicas juntamente com seu Conselho, e aprovado em reunião da Diretoria Executiva.

Artigo 56 – O sócio escolhido será aquele que adquirir melhores resultados dentro do padrão estabelecido para o critério de seleção, salvo quando o melhor colocado na seleção já tenha realizado outros dois (2) serviços consecutivos na Empresa Júnior, ficando este como consultor coordenador do seguinte colocado.

Artigo 57 – Será estabelecido como consultor em treinamento aquele sócio que apresentar força de vontade e interesse sobre o serviço, com o objetivo de analisar seu potencial técnico e sua dinâmica de grupo, fortalecendo e aprimorando assim todos os sócios da Empresa Júnior.

Artigo 58 – Será isenta de remuneração os cargos de consultor coordenador e de consultor em treinamento.

Artigo 59 – Todo e qualquer Consultor Júnior está proibido de receber alguma forma de gratificação extra ao que foi estabelecido nas cláusulas do contrato.

Artigo 60 – Fica estabelecido a Diretoria de Projetos Oceanográficos, Diretoria de Projetos de Educação Ambiental e Diretoria de Marketing e Relações Públicas a divulgação das necessidades pessoais para o desenvolvimento do serviço, dentro de aspectos técnicos e legais, sendo emitido pelo Diretor de Projetos Oceanográficos e/ou Diretor de Projetos de Educação Ambiental uma ordem de serviço, na qual constará o número de consultores necessários.

Artigo 61 – Após a definição dos consultores juniores que atuarão em um projeto, o Conselho de Marketing e Relações Públicas terão dois (2) dias úteis para providenciar o Edital de Convocação destes consultores, e estes por sua vez terão dois (2) dias úteis para se apresentarem na sede da Empresa Júnior. O Edital de Convocação deve conter em seu corpo de texto informações como; nome, número de matrícula, área de atuação dentro do projeto, nome do projeto, prazo máximo para apresentação deste na sede da ECOCEANO, além de dados gerais da Empresa Jr.

Artigo 62 – Os clientes tem o direito de pedir absoluto sigilo de toda e qualquer informação repassada a ECOCEANO, e esta por sua vez deve apresentar responsabilidade na manutenção e guarda de documentos deste cliente.

## **CAPÍTULO VI – DO PROCESSO ELEITORAL**

Artigo 63 – O voto é direto, individual e aberto.

Artigo 64 – O prazo para registro de chapas será de três (3) dias antes da data da Assembléia Geral de Eleição.

Artigo 65 – A posse dos eleitos realizar-se-á no início do ano letivo.

## **CAPÍTULO VII – DOS DISPOSITIVOS TRANSITÓRIOS**

Artigo 66 – O símbolo e nome da ECOCEANO é reservado para uso exclusivo dos membros associados, concebidos por seus direitos, de forma digna e somente durante o período em que pertencerem ao quadro social. Após isto este direito será revogado.

Artigo 67 – Todos os membros desta empresa, por se tornarem membros efetivos, concordam com os princípios da ECOCEANO, e em cumprir os dispositivos do Estatuto e do Regimento Interno e, somente nestas condições, terão direito aos privilégios da Empresa. Nenhum membro será dispensado de obedecer ao Estatuto e o Regimento Interno pela alegação de que não tomou conhecimento dos mesmos.

Artigo 68 – Este regimento poderá sofrer modificações por maioria de 2/3 dos membros associados ou por uma parcela de 50% +1 dos membros efetivos da ECOCEANO.

al  
n  
n  
a,

is